

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE  
MESTRADO INTERDISCIPLINAR

---



VANDERLEY RABELO DE JESUS

# PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS E ATIVIDADE TURÍSTICA: análise de projetos de ocupação no Centro Histórico de São Luís - MA



---

SÃO LUÍS  
2020



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE**  
**MESTRADO INTERDISCIPLINAR**

**VANDERLEY RABELO DE JESUS**

**PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS E ATIVIDADE**  
**TURÍSTICA: análise de projetos de ocupação no Centro Histórico de São Luís - MA**

São Luís

2020

**VANDERLEY RABELO DE JESUS**

**PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS E ATIVIDADE  
TURÍSTICA: análise de projetos de ocupação no Centro Histórico de São Luís - MA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – Mestrado Interdisciplinar – da Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção de título de mestre em Cultura e Sociedade.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Conceição de Maria Belfort de Carvalho

São Luís

2020

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

JESUS, Vanderley Rabelo de.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS E  
ATIVIDADE TURÍSTICA : análise de projetos de ocupação no  
Centro Histórico de São Luís - MA / Vanderley Rabelo de  
JESUS. - 2019.

150 f.

Orientador(a) : Conceição de Maria Belfort de Carvalho.  
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em  
Cultura e Sociedade/cch, Universidade Federal do Maranhão,  
São Luís - MA, 2019.

1. Centro Histórico de São Luís. 2. Espaço Público.  
3. Participação Social. 4. Turismo. I. Belfort de  
Carvalho, Conceição de Maria. II. Título.

**VANDERLEY RABELO DE JESUS**

**PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS E ATIVIDADE**

**TURÍSTICA:** análise de projetos de ocupação no Centro Histórico de São Luís - MA

Aprovado em: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Conceição de Maria Belfort de Carvalho (Orientadora)  
Universidade Federal do Maranhão

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Kláutenys Dellene Guedes Cutrim  
Universidade Federal do Maranhão

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Hermeneilce Wasti Aires Pereira Cunha  
Universidade Estadual do Maranhão

A meus pais, que tanto amo,  
Nicialva Rabelo e Lucidalto de Jesus.

## AGRADECIMENTOS

Se eu sinto a Santa Paz e estou agradecido, é porque Deus está comigo. E se Deus está comigo, dentro do meu coração, sigo firme e sigo forte para minha redenção.

Começo meus agradecimentos louvando a Deus, o eterno, que concede o sopro da vida para mim e para meus irmãos. Obrigado, Pai Criador, por ser meu maior porto seguro. As minhas palavras de agradecimento não conseguem alcançar a grandeza do seu valor e o tamanho da sua bondade. Me resta acordar todos os dias e agradecer veementemente pela vida que me dá. Dentro das mais complexas adversidades o senhor me fez forte e corajoso para continuar trilhando meu caminho. Hoje eu reconheço o poder da fé. Dentro da humildade, quero continuar pertinho de ti.

É difícil buscar palavras bonitas para agradecer à minha mãe querida, Nicialva Rabelo. Na verdade, eu poderia simplesmente abraçá-la forte e dizer que nós estamos conseguindo. A minha mãe que me deu a vida, que me ama, que esteve e sei que vai está ao meu lado em todos os momentos. Você é a minha maior inspiração e dona do meu maior conforto. Obrigado por nunca ter desistido. Obrigado por toda força que teve até hoje, por todo suporte e todo amor. A minha vida é você. Meu propósito maior é você. Te amo além da vida.

Gostaria de agradecer ao meu estimado pai, Lucidalto de Jesus. Sou grato por todo suporte. Obrigado pelo exemplo de homem forte e guerreiro. Sou grato pelos momentos que tivemos e pelos ensinamentos que tomei para mim nas oportunidades em que estivemos juntos. Tenho orgulho da sua história e de ser seu filho. Eu te amo, meu pai.

Agradeço também aos meus irmãos amados, Girley Vanda Rabelo de Jesus e Daltonilson Rabelo de Jesus. Obrigado pelos exemplos ao longo da vida, pelo suporte e até pelos conflitos que me ajudaram a crescer. Não poderia pedir melhores companheiros de vida. Vocês têm todo meu amor.

Minha eterna gratidão ao meu bem-querer, Marcos Andre Pinheiro Abreu. Você é meu porto seguro, meu tesouro e amor verdadeiro. Sem sua companhia e todo conforto dado a mim seria um caminho muito mais difícil. Você foi a pessoa que mais ouviu sobre as minhas inseguranças. Sempre esteve em prontidão para me confortar e motivar. Obrigado pela compreensão, pela paciência e o carinho insubstituível. Nosso amor está sacramentado em meu coração. Eu te amo baluartemente.

Agradeço de coração à minha querida professora, orientadora e amiga, Conceição de Maria Belfort de Carvalho. Serei eternamente grato por todas as oportunidades, todas as lições

e apoio dado na minha trajetória acadêmica até aqui. Com você aprendi muito mais do que apenas o ofício acadêmico. Que nossa amizade perdure o tempo suficiente de uma vida.

Agradeço a todos os meus colegas de mestrado, dos quais, dentro da sua diversidade, consegui extrair bons aprendizados. Em especial às queridas Suellen, Danielle e Viviane, que me acolheram desde os primeiros dias no curso. Obrigado pelo suporte, pelos puxões de orelha nos momentos de pouco foco e por todo carinho que me deram.

Quero deixar meus agradecimentos a todos os meus amigos. Estes, embora não tenham estado muito presentes neste período, são todos conforto e acolhimento na minha existência. Agradecimento especial aos meus queridos amigos Carlos Richard e Thamires Monteiro por estarem, de algum modo, sempre comigo.

Um grande agradecimento à minha irmandade do Centro de Iluminação Cristã Estrela Brilhante Raimundo Irineu Serra – CICEBRIS. Gratidão por toda fé e paz emanada pelos meus irmãos. Isto ajudou no meu desenvolvimento espiritual e me fez fortaleza de amor.

Obrigado à Universidade Federal do Maranhão. A jornada nesta instituição tem sido longa e muito gratificante. Obrigado também ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – PGCult e todos os professores que fazem parte desta “casa”. Obrigado por terem me acolhido durante esses dois anos. Tenho muito apreço e dou muito valor a todo conhecimento adquirido. Um agradecimento especial a minha estimada professora Kláutenys Dellene Guedes Cutrim. Obrigado pelas oportunidades a mim conferidas. Sua leveza e sabedoria na vida acadêmica também me inspiram muito.

Minha gratidão ao Grupo de Estudo e Pesquisas em Patrimônio Cultural – GEPPaC. Os encontros e discussões sempre me motivaram a manter o foco e a dedicação na produção do conhecimento. A troca do saber sempre será maior e melhor do que o acúmulo. Muito obrigado a todos os membros e coordenadoras.

Muito obrigado à CAPES. Sem o auxílio financeiro desta instituição seria quase impossível manter os estudos e a dedicação exclusiva na construção deste estudo. A educação é capaz de mudar o mundo. É bom saber que existem boas iniciativas para dá suporte a isto.

A educação sempre foi e sempre será parte essencial na minha vida. Me sinto muito grato e feliz em poder retribuir todos os esforços de quem me ajudou de alguma forma a perseverar neste caminho. Obrigado ao universo e todos os seres divinos. Todas as forças que se inclinaram para me ajudar em mais essa conquista. Meu coração pulsa gratidão.



## RESUMO

A participação social vem adquirindo consideráveis atribuições quanto às demandas por sistemas de gestão urbana que adotem uma conduta descentralizada na criação de políticas públicas direcionadas para os espaços públicos da cidade. Quando se trata da implementação da atividade turística nesses espaços públicos, o tema ganha novos desdobramentos. Isto ocorre devido a tendência do turismo em alterar a cidade, tanto em contexto territorial como no plano social. Partindo dessa problemática, investigou-se a existência da participação social no planejamento e gestão de projetos de lazer e turismo realizados em espaços públicos do Centro Histórico de São Luís-MA. A pesquisa teve como recorte territorial os espaços públicos urbanos que são utilizados para a operação de projetos de lazer e turismo promovidos pelo Poder Público, quais sejam, a Casa do Tambor de Crioula, o Largo/Palácio dos Leões e o Complexo Deodoro, onde acontecem os projetos Quarta do Tambor, Pôr do Sol no Palácio e o Sarau Histórico, respectivamente. Para isso, em um contexto inicial, se fez uso de recursos bibliográficos e documentais para composição de um referencial teórico sobre os temas pertinentes ao estudo. Posteriormente, por meio de entrevistas semiestruturadas com os moradores locais presentes durante a realização dos projetos e com gestoras do corpo de servidores da Secretaria de Estado da Cultura e da Secretaria Municipal de Turismo, se buscou verificar a presença de mecanismos de inserção da participação social nas suas etapas de planejamento e gestão, contemplando as fases de concepção, execução e avaliação dos projetos. Por fim, com base nos resultados dos dados obtidos, foi realizada uma análise qualitativa, para compreender as dimensões atendidas da participação social nesses projetos de lazer e turismo que ocupam os espaços públicos do Centro Histórico de São Luís-MA. Os resultados apontam para uma fragilidade nos mecanismos de democratização da gestão dessas políticas de ocupação dos espaços públicos, uma vez que, participando somente enquanto espectadores dos projetos, os moradores locais têm atuações limitadas e insuficientes para tornarem suas participações efetivas. Por isso, enuncia-se a necessidade de descentralização da gestão desses projetos de lazer e turismo, bem como das demais políticas que venham ocupar os espaços públicos do Centro Histórico de São Luís-MA, para que, por meio de métodos participativos eficientes, ocorra a democratização dos instrumentos de gestão da cidade.

**Palavras-chave:** Participação Social. Espaço Público. Turismo. Centro Histórico de São Luís.

## ABSTRACT

Social participation has acquired considerable attributions regarding the demands for urban management systems that adopt a decentralized conduct in the creation of public policies directed to the city's public spaces. When it comes to the implementation of tourism activity in these public spaces, the theme gains new developments, due to the tendency of tourism to change the city, both in the territorial context and at the social level. Based on this problem, it was investigated the existence of social participation in the planning and management of leisure and tourism projects carried out in public spaces in the Historic Center of São Luís do Maranhão. The research cut out the urban public spaces that are used for the operation of leisure and tourism projects promoted by the Public Power, namely, the Casa do Tambor de Crioula, the Largo/Palácio dos Leões and the Complexo Deodoro, where the projects Quarta do Tambor, Pôr do Sol in the Palácio and the Sarau Histórico, respectively, take place. To this end, bibliographic and documentary resources were used to compose a theoretical framework on the themes pertinent to the study. Subsequently, through semi-structured interviews with local residents present during the projects and with managers of the staff of the State Secretariat of Culture and the Municipal Secretariat of Tourism, where was verified the presence of mechanisms for the insertion of social participation in their planning and management stages, contemplating the phases of design, implementation and evaluation of projects. Finally, a qualitative analysis was made, based on the results of the data obtained, to understand the dimensions of social participation in these leisure and tourism projects that occupy the public spaces of the Historic Center of São Luís. The results point to a fragility in the mechanisms of democratization of the management of these policies of occupation of public spaces, since, participating only as spectators of the projects, the local residents have their limited and insufficient performance to make their participation effective. Therefore, it is stated the need for decentralization of the management of leisure and tourism projects, as well as other policies that will occupy the public spaces of the Historic Center of São Luís, so that, by means of good participatory methods, the democratization of city management instruments occurs.

**Keywords:** Social Participation. Public Space. Tourism. Historic Center of São Luís.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

MA	Maranhão
OMT	Organização Mundial do Turismo
PGCult	Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade
PPRCH	Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico
SECMA	Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão
SETUR	Secretaria Municipal de Turismo
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UGADC	Unidade Gestora de Ação e Difusão Cultural
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
GEPPaC	Grupo de Estudo e Pesquisas em Patrimônio Cultural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFMA	Instituto Federal do Maranhão
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> De não-participação à participação autêntica: uma escala de avaliação.....	38
<b>Figura 2:</b> Turismo e coexistência no território .....	53
<b>Figura 3:</b> Parte alta e parte baixa da região da Praia Grande, 1908 .....	74
<b>Figura 4:</b> Largo do Comércio e entrada da Feira da Praia Grande, 1908.....	75
<b>Figura 5:</b> Avenida Beira Mar sentido Cais da Sagração .....	76
<b>Figura 6:</b> Obras nas ruas provenientes do PPRCH.....	81
<b>Figura 7:</b> Imóvel em ruínas da Rua da Palma adaptado para abrigar 5 apartamentos e 5 lojas no térreo.....	82
<b>Figura 8:</b> Casa do Tambor de Crioula .....	87
<b>Figura 9:</b> Largo e Palácio dos Leões .....	88
<b>Figura 10:</b> Complexo Deodoro.....	89
<b>Figura 11:</b> Projeto Pôr do Sol no Palácio .....	91
<b>Figura 12:</b> Projeto Quarta do Tambor na Casa do Tambor de Crioula .....	93
<b>Figura 13:</b> Realização do Sarau Histórico no Complexo Deodoro .....	94
<b>Figura 14:</b> Mapa de palavras sobre possibilidades de cooperação nos projetos pelos moradores locais .....	118

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Projetos e seus respectivos espaços .....	23
<b>Quadro 2:</b> Caracterização dos projetos de ocupação .....	24
<b>Quadro 3:</b> Classificação da amostra.....	28
<b>Quadro 4:</b> Modalidades de participação.....	35
<b>Quadro 5:</b> Tipologias de participação social.....	66
<b>Quadro 6:</b> Princípios priorizados na concepção dos projetos .....	98
<b>Quadro 7:</b> Descrição dos moradores abordados.....	107
<b>Quadro 8:</b> Atividades desenvolvidas por moradores participantes .....	112
<b>Quadro 9:</b> Categorias de informações possuídas pelos moradores .....	113

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Participação social em etapas de planejamento e gestão dos projetos .....	111
<b>Gráfico 2:</b> Proporção de moradores por tipo de canal de divulgação dos projetos .....	116

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>2 METODOLOGIA</b> .....	23
<b>2.1. Classificação, objeto e local da pesquisa</b> .....	23
<b>2.2. Caracterização e quantidade da amostra</b> .....	26
<b>2.3. Instrumentos e procedimentos da pesquisa</b> .....	28
<b>2.4. Análise de dados</b> .....	29
<b>3 PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO DA CIDADE COMO INSTRUMENTO DEMOCRÁTICO: conceitos e desafios</b> .....	31
<b>3.1. Participação social na gestão de espaços públicos e seus aspectos identitários</b> .....	42
<b>4 GESTÃO DA CIDADE E A ATIVIDADE TURÍSTICA: o espaço público real e o espaço público ideal</b> .....	51
<b>4.1. Gestão democrática de projetos de lazer e turismo e mercantilização de espaços públicos</b> .....	59
<b>4.2. Estratégias e metodologias participativas para gestão turístico-urbana dos espaços públicos da cidade</b> .....	66
<b>5 O CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS – MA: nuances da formação, urbanização e turistificação</b> .....	73
<b>6 PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM PROJETOS DE LAZER E TURISMO EM ESPAÇOS PÚBLICOS DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS - MA</b> .....	86
<b>6.1 Análise da participação social nos projetos de lazer e turismo do Centro Histórico de São Luís na perspectiva do Poder Público</b> .....	96
<b>6.2 Análise da participação social nos projetos de lazer e turismo do Centro Histórico de São Luís na perspectiva dos moradores locais</b> .....	107
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	125
REFERÊNCIAS .....	129
ANEXOS .....	140
APÊNDICES .....	140

## 1 INTRODUÇÃO

A participação social, também chamada de participação cidadã ou participação popular, adquire cada vez mais espaço nas discussões que se referem à proposição e execução de políticas públicas para espaços urbanos, uma vez que, quaisquer que sejam as iniciativas do poder público para o desenvolvimento urbano e promoção da justiça social, estas carecem apresentar espaços de participação que permitam, não apenas a representação, mas também a possibilidade de deliberação.

Desta forma, uma vez que se proponha construir um destino turístico em áreas urbanas – usa-se aqui o termo “construir” no sentido de elaborar todo um cenário necessário para a implementação de atividades de lazer e turismo, tais como infraestrutura, entretenimento, sinalização, serviços de apoio, hospedagem, alimentação, entres outros – torna-se necessário um detalhado planejamento turístico que envolva o máximo de agentes interessados nesta construção, integrando-se intimamente com os processos, limites e estruturas urbanos locais, haja vista que, a curto ou longo prazo, o turismo irá modificar, não só as estruturas urbanas físicas, seus espaços públicos e limites territoriais, mas a vida e o cotidiano de todos que pertencem à localidade.

Em muitos destinos o turismo, como afirma Urry (2001), ainda se desenvolve predominantemente de forma massificada e mercadológica, o que leva os seus promotores a produzirem exibições da cidade cada vez mais extravagantes para os seus observadores, que por sua vez, afastam-se progressivamente da população local.

O autor ressalta que isto acontece devido à uma reação do turismo, onde cada vez mais isolado de um ambiente acolhedor e das pessoas locais, este promove viagens em grupos guiados e seus participantes encontram prazer em atrações artificiais e pouco autênticas, *acreditando em pseudo-acontecimentos, deixando de levar em conta o mundo real em volta deles.* (URRY, 2001, grifo nosso).

Diante disso, a produção de atividades com intenções turísticas no espaço urbano adquire fortes elementos da economia de mercado e da produção capitalista. Assim, em um estágio avançado do capitalismo, “a cidade sofre efeitos da reestruturação produtiva decorrente dos processos de mundialização do capital”. (RAMOS, 2002, p.134). Os espaços públicos tendem, de forma progressiva, a perder sua função social e tornam-se eles próprios mecanismos de reprodução de objetivos mercadológicos, omitindo-se, em muitos casos, a necessidade de maior articulação com as percepções e necessidades da população local.



Partindo dessa problemática, na oportunidade de realizar uma pesquisa sobre turismo no cenário urbano, buscou-se articular a questão da participação social e, a partir disso, verificar a participação dos moradores locais na gestão de projetos que visam construir experiências de lazer e turismo em espaços públicos do Centro Histórico da cidade de São Luís-MA. Ou seja, analisar como os sujeitos sociais locais são percebidos e inseridos nos processos de planejamento e gestão desses projetos de ocupação.

A motivação para a escolha do tema partiu de experiências na extensão universitária e em pesquisas de iniciação científica, obtidas na graduação em Turismo pela Universidade Federal do Maranhão entre os anos de 2014 e 2017, nas quais, trabalhando com temas voltados para o espaço da cidade e o turismo, a cidade, como destino turístico e como espaço de uso público e social, mostrou-se ser um fator relevante para a reincidência de situações prejudiciais às experiências turísticas, uma vez que não ocorra articulação dos gestores do turismo e os gestores urbanos.

Além dessas experiências na graduação, cabe citar a participação no Grupo de Estudo e Pesquisas em Patrimônio Cultural – GEPPaC, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – PGCult, que no exercício de suas discussões sobre patrimônio cultural, preservação de espaços históricos e demais estudos interdisciplinares, também trouxe contribuições para as reflexões acerca da relação intrínseca entre os espaços públicos da cidade e o turismo, notadamente na fase de problematização do objeto de estudo, o Centro Histórico de São Luís, sendo este reconhecido como espaço de relevância histórica e cultural maranhense.

A escolha do Centro Histórico como recorte espacial para a execução da pesquisa se deu devido a sua relevância social para a composição da identidade de São Luís, haja vista que, em termos históricos e culturais, os espaços públicos do Centro Histórico se apresentam como uma metonímia da cidade.

Isto porque “concepções e representações sobre cidades são frutos de momentos históricos e de contextos espaciais fazendo com que bairros ou localidades determinadas expressem, de forma significativa, uma totalidade urbana” (BARREIRA, 2012, p. 165). Além disso, consoante aos objetivos da pesquisa, o Centro Histórico concentra boa parte dos projetos do Poder Público voltados para lazer e turismo em espaços públicos da cidade.

O Centro Histórico de São Luís-MA compõe um conjunto de cerca de quatro mil imóveis, todos remanescentes dos séculos XVII, XVIII e XIX, que possuem proteção patrimonial na esfera estadual e federal (IPHAN, 2019), além de salvaguarda da UNESCO como Patrimônio Mundial Cultural. O tecido urbano do Centro Histórico manteve seus

elementos particulares, o que o torna singular, e mesmo com a expansão da cidade, a região ainda se destaca pela sua malha urbana do século XVII e por seu conjunto arquitetônico original (IPHAN, 2019).

A região na qual se situa o Centro Histórico sempre esteve ligado ao avanço econômico da cidade. Isso se explica devido ao fato de estar em um território privilegiado para o comércio, possuindo porto e estruturas de apoio às atividades mercadológicas, seja no período inicial da fundação e desenvolvimento da cidade, onde a criação da Companhia do Comércio Maranhão e Grão-Pará em 1755 foi considerada como marco na história da economia de São Luís (ANDRÈS, 1998), seja no período atual, no qual as atividades que se destacam na região é o Turismo e a Administração Pública.

Após a fundação de São Luís, a cidade se expandiu para além do território onde hoje é a região da Praia Grande, formando outros bairros no perímetro histórico, além de outros conjuntos com traçados urbanos mais modernos. A partir da década de 1970, a cidade se desenvolve para a outra margem do rio Anil, auxiliada pela construção da ponte que ligou o Centro Histórico ao bairro do São Francisco. Isto contribuiu para a conservação da área do Centro Histórico, visto que, os investimentos que poderiam comprometer o patrimônio histórico foram deslocados para os bairros mais novos (CORRÊA, 2003).

Com a manutenção do seu acervo arquitetônico, o território do Centro Histórico tornou-se um dos principais espaços para a realização de atividades com fins turísticos e de lazer, atraindo cada vez mais políticas voltadas para a ocupação dos seus espaços públicos. Este processo de turistificação trouxe consigo, no decorrer dos anos, muitas mudanças e transformações no espaço urbano do Centro Histórico, alterando a paisagem, reconfigurando o ambiente e modificando os vínculos sociais presentes na relação dos moradores com seus espaços públicos. A região em questão torna-se, assim, um território de conflitos de interesses e necessidades, o que faz emergir constantes debates sobre a ambivalência, remetendo a Marx (2013), do *valor de uso e o valor de troca* dos espaços públicos da cidade.

Neste contexto, com a dualidade do processo de ocupação dos espaços públicos, foram selecionados 3 (três) projetos governamentais de lazer e turismo. A escolha dos projetos foi feita consoante os objetivos da pesquisa, uma vez que, tendo o intuito de verificar como os moradores locais participam dos processos de gestão dos espaços públicos para intentos de lazer e turismo, foi necessário selecionar projetos que têm como característica principal a ocupação de espaços que fazem parte do cotidiano da comunidade local e, ao mesmo tempo, é experienciado pelos turistas.

Os projetos de ocupação selecionados foram o Quarta do Tambor, realizado na Casa do Tambor de Crioula, que está localizada na Rua da Estrela; o Pôr do Sol no Palácio, realizado no Largo do Palácio/Palácio dos Leões, localizado na avenida Dom Pedro II; e o Sarau Histórico, realizado no Complexo Deodoro, localizado entre a Rua Rio Branco e Rua de Santaninha. Estes espaços possuem relevante representatividade sociocultural local, pois fazem parte de um conjunto de pontos onde acontecem diversas atividades e práticas de lazer, políticas, de trabalho e de cultura.

Todos os espaços estão situados dentro de áreas de proteção patrimonial municipal, estadual, federal e internacional. Isto traz para dentro deste debate – sobre a gestão democrática dos espaços públicos e sua relação com turismo – a questão patrimonial, que por sua vez, insere uma carga sociocultural nas estratégias de proposição, criação e execução de políticas públicas, observando a necessidade de inserção de princípios de descentralização da gestão do Centro Histórico de São Luís-MA, principalmente, devido ao fato de que a região apresenta, a todo momento, um compartilhamento dos seus territórios para as suas atividades cotidianas e as práticas de lazer e turismo.

Posto isto, cabe atentar para a existência de muitos estudos que tomam a gestão urbana como objeto de investigação, além de diversas abordagens que relacionam-se com a legitimação da cidadania, através da análise de mecanismos de participação popular nos programas e projetos do poder público, na maioria das vezes, buscando entender como ocorre os processos voltados para o gerenciamento da cidade.

Entretanto, esta pesquisa vai além, pois centraliza-se na verificação do relacionamento com atividades externas à gestão pública da cidade, embora não dissociada, a exemplo das atividades de lazer e turismo realizadas nos espaços públicos da cidade. O que a torna um estudo interdisciplinar, no que que concerne a sua chamada para áreas e subáreas da Gestão Urbana, Geografia Humanista, Turismo e Sociologia.

Neste contexto, é importante salientar que o estudo tem objetivos focados no questionamento sociológico da apropriação dos espaços da cidade pelo fenômeno turístico. Na tarefa de unificar essas áreas, intenta-se estabelecer uma maior presença das questões de criação, manutenção e transformação do espaço no contexto da sociologia.

Ribeiro (2012, p. 17), coloca que é necessário reconhecer a ausência ou falta do espaço na produção em Sociologia, buscando enfrentar elementos que dizem respeito à forma como o espaço é trabalhado pelas distintas correntes da Geografia, “procurando identificar aproximações ou distanciamentos com relação às problemáticas construídas pelas teorias sociológicas”. Este movimento interdisciplinar é essencial para se alcançar os objetivos do

estudo, particularmente, no que tange a análise das percepções sobre gestão urbana e turismo, espaço da cidade e cidadania, e como esses temas se apresentam para os residentes locais enquanto agentes políticos e sociais.

O caráter social do espaço já é reivindicado em apontamentos de autores como Oliveira (2010, p. 502), no qual ele fala que “o espaço é o produto das relações sociais constitutivas do processo histórico”. Nessa perspectiva, no viés de uma teoria crítica, o espaço é pensado como dimensão social, ou seja, a materialização das relações sociais de uma determinada sociedade, num determinado momento histórico (OLIVEIRA, 2010).

Evidencia-se, deste modo, a ampliação da noção de espaço público, não sendo mais apenas aquilo que pode ser entendido por meio da simples conceituação em lineares – as vias de circulação – e os não-lineares – praças, largos e parques (BURNETT, 2008), mas atribuindo-os valores, para, assim, dotá-los de significado e representação social.

Desta forma, as significações sociais presentes na cidade, caso percebidas e inseridas no processo de planejamento e gestão dos espaços públicos para o uso turístico e de lazer, irão influenciar de forma resultante na construção da experiência dos turistas e moradores locais. Assim, a existência da participação social no gerenciamento de projetos de lazer e turismo, realizados nesses espaços públicos do Centro Histórico de São Luís-MA, torna-se um elemento imprescindível para a manutenção de um diálogo equilibrado entre as demandas por desenvolvimento econômico e o respeito à diversidade social das cidades, fazendo com que os planejadores considerem nas suas metodologias de trabalho os sentidos sociais coletivos.

Ademais, este processo poderá potencializar a criação de sentimento de pertencimento nos residentes locais, aproximando-os das atividades turísticas realizadas nos cenários urbanos, para que se tornem multiplicadores, em vez de afastá-los, segregá-los ou excluí-los das etapas de planejamento e gestão dos projetos de ocupação desenvolvidos no território do Centro Histórico.

A participação dos cidadãos, em todo o processo ou em etapas isoladas de criação de projetos de lazer e turismo para esses espaços, adquire também a função de instrumento para o fortalecimento da identidade desses indivíduos enquanto agentes políticos e indivíduos conscientes da sua realidade, contribuindo para que estes desenvolvam maiores capacidades de proposição, criação, implementação e verificação de políticas urbanas, bem como reconhecerem-se como atores das transformações urbanas, seja no que tange o uso social dos espaços ou na apropriação destes pelo mercado.

Neste contexto, os moradores locais devem tomar para si o protagonismo diante da criação de políticas, não só voltadas para o setor de lazer e turismo, como para as demais iniciativas promovidas pelo Poder Público na cidade.

Destarte, o estudo, no mais íntimo de seus intuitos, permite a compreensão da relação dos sujeitos sociais locais com os espaços públicos do Centro Histórico, que, na realização de suas atividades cotidianas, divide esses espaços com múltiplas práticas de lazer e entretenimentos turísticos direcionadas para os turistas e visitantes.

Dito isto, o estudo foi realizado mediante o uso de 3 (três) fontes de informações complementares, nas quais em um primeiro momento foi feita uma contextualização teórica do tema por meio de estudos de autores como ELIAS (1994), CASTELLS (1996), BORJA (1997), ANDRÈS (1998), CRUZ (2000), CORRÊA (2003), HARVEY (2005, 2012), YÁZIGI (2005), e outros.

Em um segundo momento, se buscou informações em documentos oficiais do Poder Público, tendo por base documentos como revistas, editais, programas e projetos governamentais. E como terceira fonte de informações, enveredou-se para a pesquisa de campo. Neste processo empírico houve a realização de entrevistas com residentes locais e com gestoras representantes da Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão (SECMA) e da Secretaria Municipal de Turismo de São Luís (SETUR São Luís).

As seções do relatório da pesquisa estão organizadas de forma a fazer com que as temáticas e ideias se complementem. Após serem introduzidas as informações iniciais sobre a pesquisa e seu objetivo geral, coloca-se, em seguida, o segundo capítulo. Este vem discutir a participação social na gestão da cidade como instrumento democrático, percebendo os contributos que essa articulação entre Estado e Sociedade na gestão urbana tem para a fortalecimento das identidades individuais e coletivas.

O capítulo apresenta conceitos e aspectos referentes à participação social na gestão urbana, sua variação ao longo do tempo, bem como uma reflexão crítica sobre sua legitimidade e a sua conexão com o fortalecimento da identidade do sujeito social.

No terceiro capítulo relaciona-se a gestão do cenário urbano e a gestão do turismo, analisando os impactos trazidos pela abordagem capitalista e mercadológica na gestão da cidade e a necessidade de participação dos residentes locais nesses processos, evidenciando os processos de mercantilização dos espaços públicos das cidades.

No quarto capítulo, descrevem-se nuances do processo de formação territorial, urbanização e turistificação do Centro Histórico de São Luís, para compor uma digressão

necessário ao início das análises sobre a estrutura da gestão de atividades de turismo e lazer que ocupam esses espaços públicos do Centro Histórico de São Luís-MA.

No quinto capítulo, situa-se as características dos projetos e espaços trabalhados. Bem como aplica-se as discussões e resultados da pesquisa, por meio da análise e interpretação dos dados obtidos nos processos de investigação documental e empírico.

E para finalizar, por meio da organização de todos os “espaços” e reconhecimento de todas as “participações”, compõe-se as considerações finais.

## 2 METODOLOGIA

### 2.1. Classificação, objeto e local da pesquisa

Uma pesquisa com abordagem qualitativa, pois a pesquisa qualitativa se aproxima de forma mais contundente dos intuítos interpretativos do estudo, visto que, de acordo com Silva (2005, p. 20), se “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”. Desta forma, consoante os objetivos da pesquisa, a utilização do percurso metodológico da pesquisa qualitativa trouxe maior eficácia, além da análise estrutural dos mecanismos de participação social nos projetos, para a compreensão da forma como esta participação é entendida pelo Poder Público e pela Sociedade Civil.

O objeto da pesquisa é um conjunto de 3 projetos de lazer e turismo que são realizados nos espaços do Centro Histórico de São Luís, quais sejam os Projetos Quarta do Tambor e Pôr do Sol no Palácio, com coordenação na esfera estadual por meio da Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão (SECMA) e o Projeto Sarau Histórico, coordenado na esfera municipal por meio da Secretaria Municipal de Turismo (SETUR São Luís).

Logo, a pesquisa teve como recorte espacial os 03 (três) espaços públicos do Centro Histórico de São Luís onde são realizados os projetos citados. Destaca-se que os limites onde estão localizados estes espaços compreende uma região onde se concentra grande parte das atividades de lazer e turismo da cidade e, portanto, onde há considerável fluxo de turistas e visitantes, bem como intensa presença de moradores locais que buscam esses espaços, na maioria das vezes, para atividades de lazer. Os projetos selecionados e seus respectivos espaços de realização podem ser observados no Quadro 1:

**Quadro 1:** Projetos e seus respectivos espaços

<b>PROJETOS</b>	<b>ESPAÇOS</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>
<b>Quarta do Tambor</b>	Casa do Tambor de Crioula	Rua da Estrela - Centro, São Luís - MA.
<b>Pôr do Sol no Palácio</b>	Largo do/o Palácio dos Leões	Av. Dom Pedro II - Centro, São Luís - MA.
<b>Sarau Histórico</b>	Complexo Deodoro	R. de Santaninha, 480 - Centro, São Luís – MA

Fonte: Autor (2019)

Os projetos selecionados possuem como característica similar o objetivo de ocupar os espaços do Centro Histórico de São Luís do Maranhão por meio de atividades artísticas e culturais, trazendo em sua realização um movimento de articulação entre o patrimônio material e o patrimônio imaterial da cidade. No Quadro 2 pode ser observado a caracterização dos Projetos Quarta do Tambor, Pôr do Sol no Palácio e Sarau Histórico.

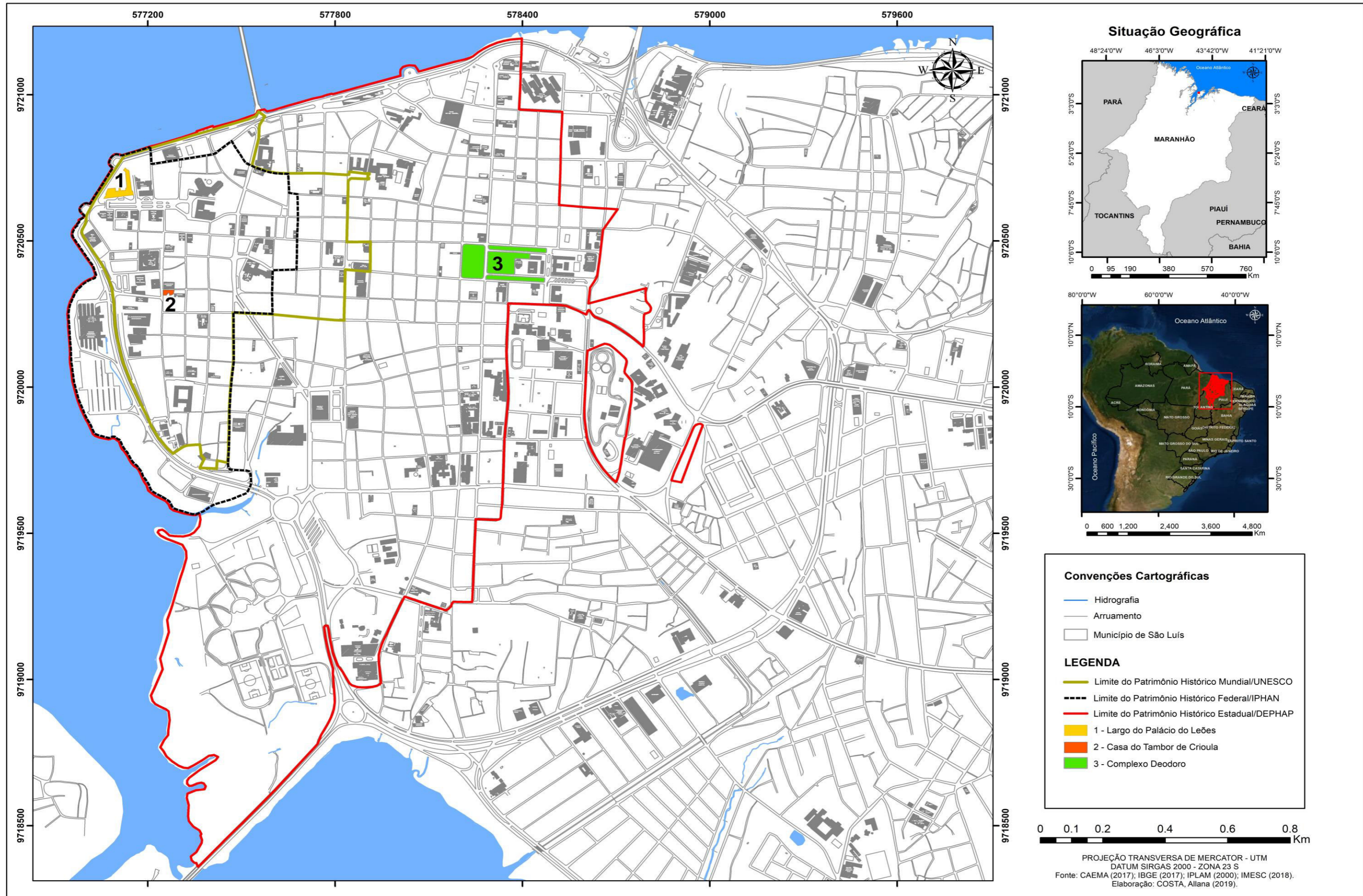
**Quadro 2:** Caracterização dos projetos de ocupação

<b>Projetos</b>	<b>Criação</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Gestão</b>	<b>Atividades</b>	<b>Localização</b>
<b>Quarta do Tambor</b>	2017	Fomentar a produção cultural local e dinamizar os centros culturais de São Luís por meio da ocupação dos espaços.	Secretaria de Estado da Cultura - SECMA	Rodas de Tambor de Crioula	Casa do Tambor de Crioula, Rua da Estrela, 308-282, Centro Histórico de São Luís – MA.
<b>Pôr do Sol no Palácio</b>	2018	Dinamizar os atrativos históricos por meio da ocupação dos espaços.	Secretaria de Estado da Cultura - SECMA	Bandas e grupos de música instrumental aliadas à apreciação de paisagem natural.	Largo do Palácio dos Leões, Av. Dom Pedro II, S/N, Centro Histórico de São Luís – MA.
<b>Sarau Histórico</b>	2016	Contar a história de São Luís através da poesia dos poetas em um local permanente.	Secretaria Municipal de Turismo – SETUR São Luís	Apresentações teatrais e musicais, recitação de poesias sobre a história e patrimônio do Maranhão.	Complexo Deodoro, R. de Santaninha, 480 – Centro Histórico de São Luís – MA

Fonte: Autor (2019)

No que tange os espaços onde são desenvolvidos os projetos selecionados para a pesquisa, estes estão situados nos limites de um conjunto urbano de prédios, casarões, igrejas e outros monumentos que fazem parte do acervo arquitetônico registrado como patrimônio histórico da cidade, como pode ser observado no mapa aumentado da página seguinte.





A Casa do Tambor de Crioula é um dos espaços museais mais recentes do Centro Histórico, guarda um rico acervo sobre a manifestação conhecida como Tambor de Crioula, como é propriamente intitulado o espaço. No local são realizadas diversas atividades, dentre elas destaca-se o Projeto Quarta do Tambor, que compreende apresentações do Tambor de Crioula, manifestação simbolicamente traduzida no local.

O largo do Palácio dos Leões é um espaço aberto situado estrategicamente em frente aos rios Bacanga e Anil, onde é possível observar uma bela paisagem do mar. No espaço também estão localizadas instituições do Poder Público, como o próprio *Palácio dos Leões*, sede do governo estadual, um espaço que funcionalmente se divide entre residência do governador e museu, esta última função busca receber visitantes interessados em conhecer peças e artefatos antigos que fazem alusão à história do Maranhão e sua capital.

O espaço é um dos destinos mais procurados por turistas que visitam o Centro Histórico da cidade, sendo este, entre outros aspectos, fundamento para a realização do Projeto Pôr do Sol no Palácio, que une apreciação da paisagem natural e música instrumental.

Já o Complexo Deodoro está entre os espaços que receberam ações recentes de revitalização urbana. Situado no meio do Centro Comercial Popular da cidade e em frente a Biblioteca Benedito Leite, o espaço atrai um grande fluxo de moradores locais para as mais diversas atividades cotidianas. No espaço é realizado o Projeto Sarau Histórico, o qual utiliza o teatro e a poesia para difundir a história maranhense.

Esses espaços do Centro Histórico de São Luís, bem como os respectivos projetos de lazer e turismo que neles são realizados serão melhor caracterizados no Capítulo 04 (quatro) desta dissertação.

## **2.2. Caracterização e quantidade da amostra**

O primeiro grupo de indivíduos pretendidos para a composição da amostra foram os moradores locais, uma vez que, cotidianamente, estes são os principais responsáveis pela apropriação dos espaços públicos do Centro Histórico de São Luís – MA. Na seleção destes moradores fixou-se alguns critérios para melhor alcance de uma amostra representativa.

O primeiro critério foi a presença dessas pessoas durante a realização dos projetos analisados, pois embora se pudesse abordar os demais moradores presentes em outras atividades do Centro Histórico, deu-se ênfase nos moradores participantes dos projetos específicos da pesquisa, pois estes poderiam conceber, mais facilmente, análises e alternativas para a participação social nos projetos.

Como segundo critério deu-se preferência aos moradores da cidade de São Luís, não havendo introdução de residentes de cidades adjacentes, pois entendeu-se que estes não estão, a priori, sob assistência das iniciativas municipais de São Luís, e, embora presentes, não são o público alvo do projeto Sarau Histórico, o qual compõe parte do objeto de estudo.

Outros critérios adotados foram a não distinção de sexo, perfil econômico/financeiro e de escolaridade, visto que, estas variáveis não interferem no objetivo de identificar a participação social, podendo esta ser verificada independentemente do sexo, da situação financeira e/ou acadêmica do entrevistado.

Além dos moradores, buscou-se alcançar os gestores das instituições do Estado que são responsáveis pelo planejamento e gestão dos projetos de turismo e lazer que ocupam os espaços públicos do Centro Histórico de São Luís, aqui representados por servidoras da Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão (SECMA) e da Secretaria Municipal de Turismo (SETUR São Luís).

Cabe ressaltar que a escolha por desenvolver as entrevistas somente com uma gestora representante de cada instituição do Poder Público se deu devido estas cumprirem a finalidade de explicitar a forma como os projetos foram construídos e suas estruturas de planejamento e gestão. Assim, sendo as gestoras entrevistadas diretamente responsáveis pela organização e implementação dos projetos, seja estadual ou municipalmente, não houve necessidade de demandar outros servidores para o recolhimento das informações sobre os projetos. As entrevistas foram realizadas nas respectivas instituições onde as profissionais desenvolvem suas jornadas de trabalho, em horário de funcionamento normal.

Em relação à quantidade da amostra, esta foi não-probabilística por conveniência. A quantidade pretendida da amostra pôde, assim, variar tanto de forma crescente como decrescente, de acordo com a necessidade de flexibilização durante o processo de coleta de dados nos espaços selecionados. Para Silva (2005, p. 32), a “amostra é parte da população ou do universo, selecionada de acordo com uma regra ou plano”. Desta maneira, a amostra foi distribuída em 2 (dois) grupos de pessoas, os moradores locais e os gestores dos projetos.

A priori, com quantidades não definidas para cada grupo de pessoas, já caracterizadas anteriormente, a amostra esteve suscetível às alterações no decorrer do processo metodológico, interrompendo-se por saturação teórica. De acordo com Pires (2008), há saturação teórica quando a interação entre campo de pesquisa e o investigador não mais produz elementos para fundamentar ou aprofundar a teorização.

**Quadro 3:** Classificação da amostra

<b>UNIDADE DE AMOSTRAGEM</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO</b>
<b>Sujeitos Sociais</b>	99	Moradores locais presentes nos espaços durante a realização dos projetos.
<b>Gestores dos Projetos</b>	02	Coordenadora da Unidade Gestora de Ação e Difusão Cultural da Secretaria de Cultura do Maranhão (SECMA) e pela Coordenadora de Projetos Turísticos da Secretaria Municipal de Turismo (SETUR São Luís).

Fonte: Autor (2019)

Ao final da pesquisa de campo, se alcançou o total de 99 moradores locais e 2 gestores do Poder Público, como pode ser observado no Quadro 3. A aplicação do método de saturação da amostra foi necessário quando se percebeu a repetitividade das assertivas e interrupção do surgimentos de novos elementos e informações que pudessem ser aproveitados no procedimento de análise dos dados.

### **2.3. Instrumentos e procedimentos da pesquisa**

A pesquisa utilizou roteiros de entrevistas, realizadas no modelo padronizado/estruturado, onde já existe um roteiro previamente estabelecido (SILVA, 2005). Desta forma foi possível organizar as variáveis de acordo com os objetivos da pesquisa, mas, ao mesmo tempo, permitiu uma flexibilidade para o surgimento de potenciais variáveis.

As entrevistas contaram com uma apresentação da proposta de estudo e perguntas abertas e fechadas, deixando os moradores locais livres para exporem suas percepções acerca de temas enunciados nas variáveis e temas não observados anteriormente. Ademais, se fez uso do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (apêndice C) na fase de aplicação das entrevistas, para a garantia do conhecimento sobre o estudo, concordância e preservação das identidades dos participantes.

Os procedimentos técnicos se concentraram na coleta de dados secundários e dados primários. Os dados secundários foram levantados e organizados nas etapas bibliográfica e documental. Na pesquisa bibliográfica foram trabalhados os conceitos de Participação Social,

Gestão Urbana, Turismo, Planejamento Turístico e Urbano, Cidadania e demais noções teóricas referentes às questões levantadas no estudo.

Na pesquisa documental foram levantados arquivos e documentos que portassem informações sobre os projetos de lazer e turismo que ocupam os espaços públicos do Centro Histórico de São Luís, como revistas e editais, onde foi observado a possível existência de mecanismos de inserção da participação social nas fases de planejamento e gestão dos projetos Quarta do Tambor, Pôr do Sol no Palácio e Sarau Histórico.

Durante a pré-análise da pesquisa documental foram identificadas as fontes de dados e fixados dois objetivos principais, quais sejam, a identificação dos editais de investidura para participação nos projetos e o recolhimento de informações sobre os projetos em revistas, cadernos e outros arquivos oficiais do Poder Público estadual e municipal. Esse material foi organizado de acordo com sua validade para o estudo, a exemplo do recolhimento dos editais referentes ao ano de 2019 e as revistas de difusão de projetos culturais e de assistência do Poder Público.

Já os dados primários foram obtidos na pesquisa de campo, que buscou, por meio das entrevistas, investigar como se dá participação social no planejamento e gestão dos projetos. As entrevistas foram realizadas com moradores locais que estavam presentes nos espaços durante a realização dos seus respectivos projetos, nos meses de setembro e outubro de 2019.

As entrevistas com o Poder Público, por sua vez, foram feitas com a servidora da Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão (SECMA) no dia 04 de setembro de 2019, na sede da SECMA e com a servidora da Secretaria Municipal de Turismo (SETUR São Luís) no dia 27 de agosto de 2019, também na sede da SETUR São Luís.

Estes procedimentos ajudaram a compor um quadro de percepções das unidades de amostragem estabelecidas (sujeitos sociais e gestores dos projetos), que permitiu a análise da estrutura formativa das políticas públicas e, assim, compreender como é colocada a participação social no contexto dos projetos de lazer e turismo do Poder Público que ocupam os espaços do Centro Histórico de São Luís do Maranhão. Após a coleta primária, foi feito, computacionalmente, a tabulação e apresentação dos dados, na qual estes foram selecionados, organizados, verificados e categorizados para posterior interpretação e análise.

#### **2.4. Análise de dados**

O procedimento de análise foi feito de forma qualitativa, na qual se pôde ser utilizada a estrutura de análise estipulada por Miles e Huberman (1994), em que divide-se a análise

qualitativa em três etapas, denominadas de a) *redução* (seleção e organização dos dados); b) *exibição* (classificação e diagramação dos dados) e c) *conclusão/verificação* (revisão e validação, interpretação e análise).

Na redução, os dados obtidos sobre os projetos na pesquisa de campo foram reunidos em só conjunto, dividindo-se em categorias de análises. Estas categorias foram criadas de acordo com as variáveis do roteiro de entrevista. Dessa forma a análise dos projetos se deu enquanto um conjunto de atividades similares, formando um só objeto de estudo.

No processo de exibição dos dados, as entrevistas foram transcritas e todas as descrições foram divididas e classificadas de acordo com o tipo de informação que continham, para que, computacionalmente, fossem diagramadas.

Na verificação, após os dados tabulados, estes foram dialeticamente analisados. Esta abordagem fundamenta-se em uma práxis (análise teórica voltada para uma aplicação prática), ou seja, espera-se que este fundamento se associe a uma ação sobre uma realidade em busca da transformação (FERRARI, 2008).

Para obtenção de sucesso na aplicação do método, as variáveis foram contrapostas e os dados, obtidos na análise documental e na pesquisa de campo, foram correlacionados com o problema de pesquisa e com embasamento teórico feito na revisão bibliográfica do estudo. Procedimento também adotado na observação das percepções sobre a participação social, na qual se fez a análise na perspectiva dos gestores do Poder Público e na perspectiva dos moradores locais, com o intuito de estabelecer um viés democrático aos resultados da pesquisa.

### **3 PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO DA CIDADE COMO INSTRUMENTO DEMOCRÁTICO: conceitos e desafios**

Desde a Constituição de 1988, conhecida como constituição cidadã, os níveis e esforços para a inserção da participação popular nas questões públicas aumentou em grande escala. Estabelecendo um novo cenário no processo de criação e execução de políticas públicas de gestão. Sobre isso, Nogueira (2004), coloca a importância desse processo de redemocratização para a abertura da participação social.

Particularmente em países que romperam com regimes e com situações ditatoriais ao longo dos anos 1980, o processo mesmo da (re)democratização funcionou como importante incentivo à participação. Antes de qualquer coisa, porque a própria dinâmica desse processo dependeu, em maior ou menor medida, de avanços em termos de mobilização social, ou seja, de participação política (NOGUEIRA, 2004, p. 138).

Jacobi (2000), complementa que a participação cidadã, por volta da década de 1980, se transforma em um mecanismo para um emergente aprofundamento da democracia. Com a supressão dos regimes autoritários que prevaleciam na América Latina, tem início um processo de descentralização que propicia mudanças na dinâmica da participação, principalmente em nível local, permitindo que, de alguma forma, se ampliasse a esfera de engajamento dos cidadãos. O autor coloca que isso ocorreu através do reconhecimento da necessidade de arranjos institucionais que estimulassem, desde a esfera estatal, a criação de canais de comunicação com a sociedade (JACOBI, 2000).

Novos avanços são alcançados com o Movimento Nacional da Reforma Urbana, o qual se centrou principalmente na definição de uma nova esfera de direitos – os direitos urbanos – diretamente ligados ao papel do Estado na garantia da reprodução social, e na defesa de uma nova concepção de democracia, pautada na participação popular na gestão da cidade e seus espaços. Este contexto envolvia, ainda, necessariamente, um maior controle da ação dos capitais privados no urbano, o que se expressa principalmente através da ideia de limitação ao direito de propriedade (RIBEIRO; CARDOSO, 2003).

Dentro dessa proposta, o movimento elabora três princípios básicos para referenciar sua prática: a) Direito à Cidade e à Cidadania, entendido como uma nova lógica que universalize o acesso aos equipamentos e serviços urbanos, a condições de vida urbana digna e ao usufruto de um espaço culturalmente rico e diversificado e, sobretudo, em uma dimensão política de participação ampla dos habitantes das cidades na condução de seus destinos; b) Gestão Democrática da Cidade, entendida como forma de planejar, produzir, operar e

governar as cidades submetidas ao controle e participação social, destacando-se como prioritária a participação popular; c) Função Social da Cidade e da Propriedade, entendida como a prevalência do interesse comum sobre o direito individual de propriedade, o que implica o uso socialmente justo e ambientalmente equilibrado do espaço da cidade (DE GRAZIA, 1990).

Esse novo entendimento das relações sociais com o espaço público configura um novo horizonte na forma de tratar as demandas urbanas, as quais passam a ser trabalhadas de acordo com um princípio socio-sustentável, abrangendo a pluralidade de existências dentro dos aglomerados urbanos.

De acordo com Ribeiro e Cardoso (2003), o avanço se dá, ainda, na inclusão da obrigatoriedade da elaboração de planos diretores, além do já determinado pela Constituição de 88 – que são os municípios com mais de 20.000 habitantes – aqueles integrantes de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e de áreas de especial interesse turístico ou que possuam áreas que contenham empreendimentos com significativos impactos ambientais de âmbito regional e nacional.

Ademais, são garantidos no processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, por parte dos Poderes Executivo e Legislativo, a execução de audiências públicas com a participação da população e o acesso de qualquer interessado às informações produzidas nas discussões referentes à gestão das demandas da cidade (RIBEIRO; CARDOSO, 2003). Isto porque a criação deste instrumento reflete um conjunto de medidas que irão definir a forma como a cidade e seus espaços serão organizados, e, portanto, será necessário que este instrumento se configure, desde as primeiras proposições para sua criação, em princípios democratizantes, onde a sociedade veja suas necessidades representadas e constantemente atendidas.

Este cenário evidencia o início de um direcionamento estatal voltado para modelos de gestão dos espaços públicos das cidades que sejam mais articulados com a sociedade, em uma tentativa de alinhar os programas e projetos do Poder Público com as demandas e necessidades apresentadas pelos moradores locais. Iniciativas como estas colocaram em questão a participação social, não apenas como dispositivo democrático, como também um alicerce legítimo para a aproximação entre o Estado e os sujeitos sociais, particularmente, aqueles sujeitos que estão invisibilizados nas camadas mais desfavorecidas da população.

Essa compreensão – de que existe proficuidade na percepção das relações sociais que estão ligadas às estruturas das cidades – revela um amadurecimento dos agentes de planejamento e gestão dos espaços urbanos, conferindo-lhes características de fomentadores



de mudanças sociais nos espaços públicos das cidades por meio de aplicação de projetos criados e geridos democraticamente.

Esta aceção renovada de modelos de planejamento e gestão urbanas garantem às regiões como o Centro Histórico de São Luís - MA uma orientação democrática da organização e disposição de seus espaços públicos, uma vez que descentraliza o domínio do poder de decisão no que se refere o ato de planejar a cidade.

Para além disso, de acordo com Souza (2004, p. 51-53), nos anos 80 e 90 observa-se um “enfraquecimento do antigo planejamento urbano regulatório, isto é, do planejamento fortemente baseado em normas, leis e ações criadas pelo Estado para regular e normatizar os diferentes usos dos espaços da cidade”. Isto enuncia uma abertura necessária nos processos de gestão e implementação de políticas nos espaços públicos urbanos.

Entretanto, de acordo com Oliveira (2010), a participação dos sujeitos sociais na gestão da cidade irá se materializar como prática social apenas no que concerne as interpretações dadas às dimensões socioespaciais da cidade. O conteúdo dos processos constitutivos da cidade atribui seu caráter histórico e social, que transcende sua forma meramente física para enaltecer o seu sentido enquanto produção social. Assim, o sentido da cidade se configura a partir dos sujeitos ali presentes. Todavia, surgem algumas problemáticas, pois os membros da sociedade não são reconhecidos como sujeitos produtores da cidade, mas apenas como atores sociais (OLIVEIRA, 2010).

Além disso, Oliveira (2010), ainda destaca outro deslocamento, que se configura como o entendimento da cidade na sua dimensão de uma prática socioespacial, onde é produzida uma contradição entre as necessidades e desejos da realização da vida cotidiana na cidade e as necessidades sempre reivindicadas da produção e reprodução capitalista. Souza (2004, p. 240), complementa alertando que “[...] em uma sociedade capitalista, o planejamento e a gestão tendem a ser conservadores – isto é, a conservar a ordem econômica e política atual – uma vez que o Estado tende a ser controlado pelas classes dominantes”.

Assim, existe um conflito resistente na consolidação de uma visão humanizada da cidade no contexto capitalista contemporâneo, na qual se interprete a cidade para além do que está visível, levando em conta a vida social com todas as suas implicações e fragmentações presentes. É fundamental observar que “a cidade em última instância é a síntese entre sociedade e o espaço, e, portanto, é a atuação sobre as condições de vida da população o fator que apresenta possibilidades de garantir as condições de sustentabilidade urbana.” (CARDOSO; RIBEIRO, 2003, p. 152).

Deste ponto, apresentando uma nova relação com o fator político, instaura-se uma nova relação entre Estado e o espaço da cidade, cuja problematização tem passado ao largo daqueles que defendem incansavelmente a gestão urbana descentralizada, na qual esta seja entendida como um projeto revolucionário e transformador (OLIVEIRA, 2010).

Souza (2010), reflete que as decisões que são realmente importantes, ou seja, que não se refiram às meras rotinas administrativas, deverão ser de domínio da coletividade como corpo político soberano, diante da qual os profissionais de planejamento, por maior que sejam suas capacidades de domínio e orientação, compareçam, no primeiro momento, não como gurus, mas como cidadãos junto aos outros cidadãos.

Todavia, uma atuação discreta e comedida, como a referida, não suprime, mas realça a solidez da contribuição desses planejadores para um projeto político-social, que busque um genuíno desenvolvimento socioespacial em diferentes escalas, seja das cidades ou de contextos mais gerais da qual estas fazem parte (SOUZA, 2010). É importante fazer essa chamada para a atuação dos planejadores profissionais e sua relação com a comunidade local, devido ao fato de que, em muitas situações, o planejamento dos espaços públicos da cidade se configura como um processo isolado da interpretação mais ampla da cidade, no que se refere sua relação com todo o cenário social.

Uma visão mais abrangente e flexível do papel do planejamento, que faça justiça à complexidade dos quadros de ação socio-espaciais concretos, deve desembocar em uma perspectiva que relativize o próprio dualismo, tão usual quanto simplista, entre o “espontâneo” e o “planejado” nos processos de produção do espaço social: espontâneo e planejado interagem o tempo todo de maneira nada simples; aquilo que parece, à primeira vista, totalmente espontâneo, se revela, olhando mais detidamente, fruto de uma pletera de ações dispersas, muitíssimas delas deliberadas e não poucas formalmente programadas, que criam uma sinergia (SOUZA, 2010, p.52).

Isto leva a pensar que a articulação do planejamento técnico da cidade com o cotidiano e os processos de socialização locais torna-se uma alternativa equilibrada, que preze pela necessidade de uma metodologia de gestão sólida e bem elaborada, mas que não elimine o valor das atividades espontâneas existentes no ambiente alterado pela realização de programas e projetos que ocupam os espaços públicos d regiões como o Centro Histórico de São Luís – MA.

Entretanto, em significativa quantidade de casos, a gestão da cidade adquire um caráter reducionista, que não consegue abranger a diversidade socioespacial urbana existente em seus mais diversos espaços públicos. Cardoso e Ribeiro (2003), colabora ao colocar que a ideia de plano para a cidade é erroneamente substituída por uma dimensão mais minimalista –

programas e/ou projetos – e as preocupações seminais são abandonadas em favor de uma abordagem instrumental na intervenção, e por meio desta dota-se a cidade de elementos que melhor a adaptem às aspirações de flexibilidade e competitividade mercadológica.

Isto reflete o que é presenciado em nossa volta, um monumentalismo e o embelezamento como padrão de intervenção urbanística (CARDOSO; RIBEIRO, 2003). Os valores relacionados aos fins originais da cidade, os quais estão amparados na constante vinculação da responsabilidade social no processo de desenvolvimento urbano, não estão mais em foco nos princípios estéticos dominantes, pois estes, diluídos em um sistema globalizado e capitalista, pouco visualiza a pluralidade e a diversidade de experiências sociais existentes em uma sociedade.

Desta forma, para ir de encontro à esta perspectiva, cabe aos sujeitos sociais trabalharem o desenvolvimento de aptidões que os permitam protagonizarem, de forma mais penetrante, as decisões relacionadas à gestão urbana. Esta integração nos assuntos urbanos lhes permitirá estarem mais informados, articulados e preparados para os possíveis rumos que a gestão urbana trará para a cidade da qual são membros, consolidando-se enquanto grupo participante das atividades dirigidas aos espaços públicos.

Esta participação pode acontecer de forma total ou direcionada, individualmente ou coletivamente, podendo ocorrer não apenas no que se refere aos espaços da cidade, mas todos os setores nos quais os interesses sociais estejam em questão. Existem diversos conceitos de participação, que se configuram de acordo com a natureza da atuação que os indivíduos prospectam. Nogueira (2004), chama a atenção para quatro categorias de participação, as quais podem se reajustar conforme o cenário sociopolítico vigente.

**Quadro 4:** Modalidades de participação

<b>Participação Assistencialista</b>	<b>Participação Corporativa</b>	<b>Participação Eleitoral</b>	<b>Participação Política</b>
Participação de natureza filantrópica ou solidária, que se mostra mais relevante entre os segmentos sociais mais pobres e marginalizados que buscam sua sobrevivência.	Diz respeito à defesa de interesses de determinados grupos sociais ou categorias profissionais.	Trata da participação do cidadão nas escolhas das lideranças políticas, delegando autoridade ou se constituindo numa.	É uma prática ético-política que se realiza tendo em vista a comunidade com um todo, e a organização da vida social em seu conjunto, tendo a ver com a questão do poder e dominação, e do consenso e

			hegemonia.
--	--	--	------------

Fonte: Nogueira (2004)

Estas formas de participação, no entanto, não contemplam de forma integral as dimensões da aproximação da população nas questões urbanas, uma vez que, embora se trate de ações participativas, não possibilitam o protagonismo dos cidadãos nas tomadas de decisões, caracterizando-se, na maioria das vezes, em ações representativas e de assistencialismo. Assim, o tema da participação, centralizado no movimento pela redemocratização do Estado brasileiro, traz consigo uma enraizada carga regimental, cujo cenário desejável esteve ao longo do tempo associado à transformação, esta por sua vez, entendida como alteração completa ou parcial das estruturas dominantes (TATAGIBA, 2006).

Sob este prisma, os cidadãos tomariam para si o papel de operadores ativos das estruturas sociais, trabalhando na construção de uma vontade coletiva para a democratização das ações desempenhadas pelo Poder Público, bem como reivindicar a participação no gerenciamento da cidade e seus espaços públicos. Neste encadeamento, Souza (2010, p. 321), ressalta que “[...] os instrumentos de planejamento, por mais relevantes e criativos que sejam, só adquirem verdadeira importância ao terem a sua operacionalização [...] e a sua implementação influenciadas e monitoradas pelos cidadãos”.

A consolidação dessa participação precisaria passar pela organização coletiva dos participantes, possibilitando a abertura de espaços de discussão dentro e fora dos limites da comunidade e, obrigatoriamente, chegar até a definição de prioridades, a elaboração de estratégias de ação e o estabelecimento de canais de diálogo com o poder público (TENÓRIO, 1997). Contudo, ainda se discute, extensivamente, a legitimidade da participação dos sujeitos sociais nos assuntos públicos, devido ao falseamento de muitos processos, nos quais a participação popular é colocada apenas como aparato para aplacar movimentações sociais prejudiciais à imagem e atuação do Estado.

Demo (2001), defende que os fenômenos participativos, preferencialmente, as formas de organização da sociedade civil, precisam manifestar pelo menos quatro aspectos qualitativos para corresponderem ao que podemos chamar de qualidade política, são eles: representatividade, legitimidade, participação da base e planejamento participativo

autossustentado. Para o autor, a participação fora destas dimensões aproximasse da farsa ou é incompetente. Concomitante, colocam-se os grandes desafios da qualidade participativa, para além dos aspectos da quantidade (DEMO, 2001).

Logo, para se tornar eficaz, essa participação social carece obter elementos de qualificação do poder de voz dos indivíduos, para que estes consigam alcançarem um outro nível de influência nos assuntos relacionados à gestão da cidade e seus espaços públicos. Este processo de solidificação da participação social carece, em um primeiro momento, ultrapassar noções simplistas e reduzidas de inclusão social, para que, a partir desse movimento, se inicie uma outra fase de estruturação da sua legitimidade enquanto elemento indispensável para a gestão das cidades e suas dimensões.

Essa participação dos sujeitos comuns na gestão da cidade passou por muitos contextos de afirmação, tendo em vista que sempre foi interpretada como algo que deixava lento o andamento dos interesses do poder público e ameaçava a hegemonia do Estado nos processos de tomada de decisões. Todavia, isto foi sendo desmistificado e a participação dos sujeitos sociais, agora, se configura como fator essencial para criação e implementação de políticas públicas.

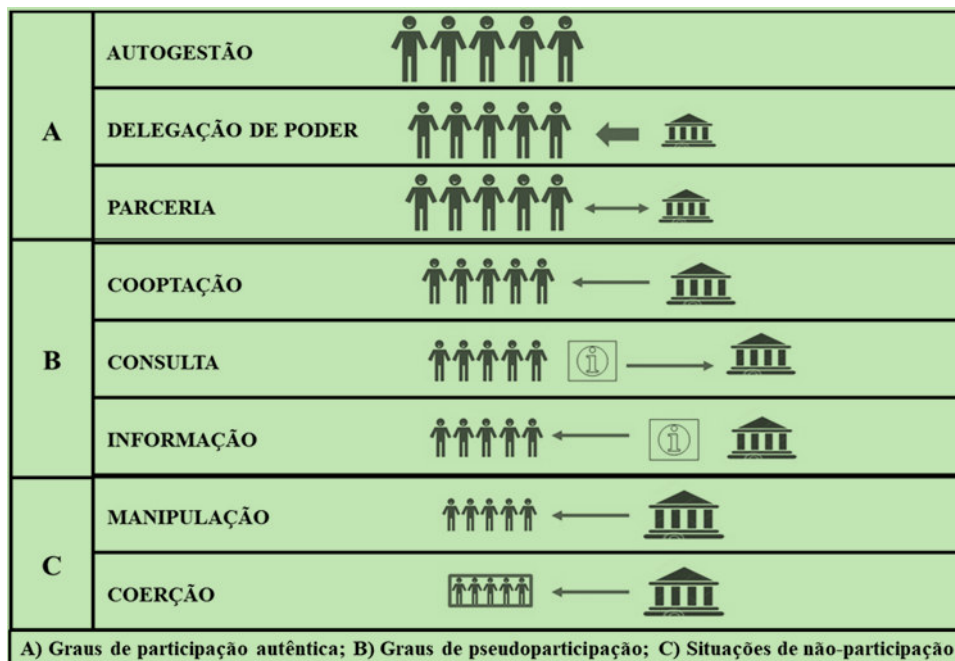
A concepção de que processos participativos não colaboravam para o crescimento econômico, pois dificultavam a tomada rápida de decisões foi sendo, pouco a pouco, substituída pelo reconhecimento de que a participação tem um valor em si, e, além disto, potencialmente relevante no fornecimento de sustentabilidade às políticas públicas e ao próprio desenvolvimento. Os processos participativos converteram-se, assim, em recurso estratégico do desenvolvimento sustentável e da formulação de políticas públicas, particularmente na área social (NOGUEIRA, 2005, p. 118).

De acordo com Jacobi (2000), as transformações no processo de gestão e o fortalecimento de ações que tornam legítima a participação do sujeito social estão, diretas ou indiretamente, associadas à necessidade de tornar mais eficiente a ação governamental sobre a cidade. Dessa maneira, sem que se atribua ao Estado a responsabilidade total de inserir os sujeitos sociais no contexto do planejamento e gestão da cidade, ainda deve-se reivindicar a necessidade de este fixar seus mecanismos institucionais de gerenciamento da cidade às aspirações da sociedade civil.

Refletindo um pouco mais sobre a participação e a consolidação de sua legitimidade, Souza (2010), elabora uma escala de avaliação a ser analisada no processo de inserção do sujeito social na gestão da cidade urbana, a qual verifica e classifica como determinadas ações se configuram enquanto exercícios democráticos legítimos de participação social.

Nela o autor classifica os tipos de participação em três categorias, quais sejam as situações de *não-participação* – referentes a contextos em que o Poder Público impõe as políticas e ações do governo à população, sem que exista um espaço para mecanismos de cooperação entre Estado e Sociedade Civil – as situações de *pseudoparticipação* – caracteriza-se pela prestação de informações e mecanismos de consulta utilizados pelo Poder Público, nesta situação o Estado busca aproximar-se da sociedade civil – e por fim, a participação autêntica, – o Poder Público absorve a comunidade como parceiros, atribui responsabilidades diretas para a população por meio da delegação de poder – neste cenário a Sociedade Civil, outrora desprovida de influência no processo de tomada de decisão, agora alcança outras dimensões de participação social.

**Figura 1:** De não-participação a participação autêntica: uma escala de avaliação



Fonte: Adaptado de Souza (2010)

Souza (2010), comenta que até mesmo em uma sociedade heterogênea, não será, dentro de uma perspectiva autonomista, apenas o Estado que irá planejar e gerir. A visão de participação popular deve ser interpretada ao máximo das suas representações, não se limitando com efeitos domesticados como a “democracia participativa”, na qual se designa a democracia representativa ornamentada com alguns mecanismos de participação direta da sociedade civil.

Além disso, o autor ressalta que as questões da quantidade e qualidade das informações, assim como da adequação dos canais de comunicação, são essenciais, visto que, somente estando informados, adequadamente, os cidadãos poderão decidir com conhecimento de causa, que por sua vez, somente decidindo com conhecimento de causa poderão decidir lucidamente, sem cair em manipulações e induções espúrias (SOUZA, 2010).

Assim, um dos objetivos do processo de validação da participação social nos projetos de lazer e turismo que ocupam os espaços públicos do Centro Histórico de São Luís seria, prioritariamente, ultrapassar a cultura da representação como falsa inserção da comunidade na produção e gestão de políticas para os espaços da cidade, onde os cidadãos, privados de determinadas qualificações técnicas, geralmente impostas pelo Estado, não chegam a se fazer presentes nos processos mais elevados de tomada de decisões.

Sem esta legitimação da participação social, de acordo com Souza (2003), o planejamento da cidade tem significado, correntemente, a elaboração de planos para modificar o traçado das ruas e praças, alterar formas espaciais que já existem e criar novas, geralmente com o objetivo de melhorar o funcionalismo e a estética de determinadas áreas (na maioria das vezes com o intuito de realizar atividades de mercado nesses espaços). Esse trabalho é feito por técnicos a serviço do Estado, com uso de pranchetas e computadores em escritórios fechados da prefeitura.

O autor coloca, ainda, que são raros os casos em que se verifica as diversas percepções – dos moradores e usuários dos espaços geridos – sobre as intervenções feitas pelo Poder Público, e “quando isso acontece, fica-se apenas na consulta, sem que se dê às pessoas a oportunidade de participar, verdadeiramente, na busca de soluções para os problemas de seus bairros e suas cidades.” (SOUZA, 2003, p. 14).

É muito comum tratar a temática da participação de maneira reducionista, igualando o seu sentido complexo à co-gestão ou auto-gestão quando se trata de uma política pública. É preciso compreender que a participação é em alguns casos usada como instrumento de legitimação que possibilita o controle do Estado diante de tensões decorrentes de conflitos sociais. Neste contexto, através da participação induzida, visa-se a neutralização dos conflitos, ou seja, a sociedade é estimulada a cooperar a fim de “integrar-se” socialmente para mascarar o caráter excludente das políticas públicas. Ao refletirmos sobre a participação e sua relação com a construção democrática é conveniente superar a tendência de restringi-la à busca do consenso, contemplando principalmente a mobilização e a organização da sociedade como dimensões importantes de manifestações do conflito de interesses e da luta pelo poder presentes na dinâmica das relações Estado-Sociedade (RIBEIRO; CARDOSO, 2003, p. 160).

Entretanto, Souza (2010), evidencia, como já referido, que não se pense que a tarefa de gerar dados e informações e disponibilizá-los deve ser vista como responsabilidade exclusiva

do Estado. A sociedade civil deve encarar o desafio de influir na estrutura política e modificar a correlação de forças e poder, a ponto de transformar o aparelho do Estado em algo menos opaco e mais permeável para uma participação direta da população no planejamento e gestão das políticas direcionadas aos espaços da cidade. Esta passa a instituir o Estado como instrumento democrático, e não como figura de caráter superior à sociedade.

Por isso, as organizações da sociedade civil não devem se ater exclusivamente no Estado ou dele depender, elas devem prospectar e buscar gerar seus próprios dados e informações, nos quais basearão suas críticas e suas próprias propostas de planejamento e gestão dos espaços públicos do Centro Histórico de São Luís – MA.

Ademais, Souza (2010, p. 423), ressalta que “[...] é interessante que o Estado, na esteira de um esforço de descentralização da gestão municipal, organize e mantenha técnicos responsáveis pelo monitoramento e acompanhamento de partes específicas da cidade”. Desta forma, esses técnicos organizar-se-iam, em cada bairro ou conjunto de bairros, em pequenos grupos, e assim, se tornar-se-iam capazes de desdobrar-se em uma “força-tarefa” para resolver ou ajudar a resolver problemas de interesse mais local ou específico de cada parte da cidade (SOUZA, 2010, grifo do autor).

E mais, a administração poderia organizar cursos de qualificação profissional periodicamente, nos quais a finalidade principal seja o aprofundamento da capacidade de questionamento político e técnico dos cidadãos interessados. Isso daria aos cidadãos a chance de participarem, não somente de debates em um nível ampliado das questões, mas também, de conhecerem os fundamentos básicos dos mecanismos e procedimentos do planejamento, além de alguns outros assuntos, oferecendo-lhes a possibilidade concreta de manter uma relação mais crítica e madura com os gestores e planejadores profissionais (SOUZA, 2010).

A participação social, nestes moldes, seria, de acordo com Bava (1994, p. 08), “entendida como uma intervenção periódica, refletida e constante nas definições e nas decisões das políticas públicas”. (BAVA, 1994, p. 08). Finalmente, por meio desta apreensão, legitimar-se-ia a participação social, tornando-a essencial para a construção de uma gestão inclusiva da cidade e seus espaços públicos, comprometida com a percepção e vinculação dos sujeitos sociais na busca pelo desenvolvimento socioeconômico das cidades.

A maturidade desta nova acepção de participação na gestão urbana comportaria um conjunto de aproximações entre Poder Público e comunidade, beneficiando, em termos democráticos, diversos setores da cidade, dentre os quais destaca-se o Turismo e o Lazer. Este, no que se refere aos projetos de lazer e turismo que ocupam os espaços da cidade, acumula uma série de questões – a serem discutidas nos próximos capítulos – que envolvem,



frequentemente, a interação das atividades de lazer e turismo desenvolvidas com as percepções e necessidades dos moradores locais.

Portanto, como dispõe Daniel (1994, p. 27), os conselhos ou comissões da população “podem ser concebidos enquanto órgãos da sociedade, portanto, independentes do Estado, organizados com a perspectiva de buscar a ocupação de espaços de participação de uma gestão local”. A vitalidade social urbana, por conseguinte, carece de uma profunda relação de cooperação entre o poder público e a sociedade civil, onde as identidades dos cidadãos sejam percebidas, refletidas e articuladas com a tomada de decisões para o gerenciamento de atividades nos espaços públicos do Centro Histórico de São Luís – MA.

Modesto (2014, p. 111), coloca que o fundamental “[...] é tornar presente a condição e posição do sujeito escondido sob a égide de mero espectador das ações alheias, em especial a sua participação oculta ou mesmo bestializada frente aos mandos e desmandos da política”. O autor defende que é necessário retirar os sujeitos desse processo de invisibilidade, orientando, oportunizando e desenvolvendo espaços para que se organize, reivindique, participe e, principalmente, seja ouvido (MODESTO, 2014).

Contribuindo com essa visão, na década de 1980, Coutinho (1984), já assinalava que o sistema democrático deveria pressupor, a existência e usufruto constante, de condições sociais e institucionais que permitissem que o cidadão adquira a participação ativa no controle da vida social e, além disso, a presença na construção coletiva do espaço público e da cidadania, como processos resultantes da crescente e efetiva democratização das relações sociais nos espaços urbanos.

Sendo assim, por ser um assunto de certa complexidade, a questão social carece de uma nova forma de mediação do Estado, bem como novas estratégias que executem a descentralização político-administrativa sinalizada na Constituição de 1988, onde seja exigido que a esfera local se torne um espaço para movimentação coletiva, permitindo que os cidadãos se transformem em agentes políticos (GOMES, 2002). A gestão das políticas de ocupação dos espaços do Centro Histórico de São Luís – MA tornar-se-ia um mecanismo de expansão das experiências sociais presentes na região, garantindo maior inclusão no processo.

Neste novo cenário, uma vez, portadores de garantias de acesso ao processo de planejamento e gestão de espaços públicos da cidade, estes indivíduos podem executar tarefas que dizem respeito às estruturas sociais as quais fazem parte, ao tempo que solidificam suas identidades sociopolíticas diante das ações promovidas pelo Poder Público.

### 3.1. Participação social na gestão de espaços públicos e seus aspectos identitários

A observação das práticas cotidianas e das redes de interação dos sujeitos sociais no cenário socioespacial do Centro Histórico de São Luís - MA só é viável quando se dedica uma atenção e um certo cuidado para trabalhar a relação dos sujeitos e a cidade, conseguindo perceber nuances dos potenciais conflitos, movimentos de resistência, processos de apropriações e ressignificações, ações identitárias, bem como exercícios de pertencimento e suas ligações com os diferentes espaços públicos no território urbano.

Para isso, é preciso entender territorialidade como um modelo ampliado da dimensão do território, isto é, entendê-lo para além de sua dimensão política, mas também algo que se vincula às relações simbólicas e culturais do espaço (HAESBAERT, 2006). Assim, percebe-se uma eminente necessidade de aproximar as dimensões do espaço público com as práticas cotidianas de lazer e turismo e seus significados sociais.

No entanto, de acordo com Canclini (2010, p. 77), ainda existem implicações na articulação dos vários sentidos que os sujeitos atribuem às suas práticas com os condicionamentos sociais e culturais produzidos pelas cidades, nos quais são inseridos significados que “os próprios atores desconhecem”. Aqui, percebe-se um distanciamento entre as dinâmicas cotidianas de gestão dos espaços da cidade e a apreensão dos seus múltiplos conteúdos simbólicos.

Modesto (2014, p. 69), coloca que “a questão da compreensão dos sentidos das ações dos sujeitos sociais passa a ter uma centralidade nas interpretações sobre o urbano”. O autor propõe que existe uma contribuição relevante no processo de reflexão sobre a produção do espaço da cidade ao levarmos em conta o envolvimento de agentes diversos na consolidação de seus interesses, sejam individuais ou de grupo.

E para isto, ainda de acordo com Modesto (2014, p. 69), no exercício da implementação de projetos nos espaços públicos do Centro Histórico de São Luís - MA, deve-se considerar não necessariamente o caráter puramente econômico, mas a intenção de alcançar as especificidades do poder e do simbólico. O autor reflete “que a produção do espaço é decorrente da ação de agentes sociais efetivos, com papéis diversificados, portadores de interesses, contradições, práticas espaciais comuns ou específicas ocorridas em diferentes escalas”.

Contribuindo com o assunto, Carlos (2004, p. 27), evidencia que o resgate mais relevante para análise é que “a cidade se revela concretamente e através do uso que dá sentido à vida; é no uso (como ato e atividade) que a identidade se realiza como atividade prática que

sustenta a memória.” Desta forma que se revela o conteúdo da prática socioespacial. “É nessa dimensão que a vida se transforma, na transformação dos lugares da vida.” (CARLOS, 2004, p.27).

As atividades de resgate e absorção dos significados que permeiam os vínculos sociais permitem a construção dos sentidos presentes no espaço público da cidade. Por isso, o sentido da cidade se institui no que a cidade dá e no que não dá, no que os indivíduos podem fazer com sua vida em meio às ordens do hábitat e “no que imaginam sobre si e sobre os outros para suturar as falhas, os desenganos com que as estruturas e intenções urbanas respondem às suas necessidades e desejos”. (CANCLINI, 2010, p. 90).

De acordo com Barreira (2012, p. 16), “[...] a unidade de uma cidade é também junção provisória de pedaços, cenários e momentos da vida social”. Desta maneira, em relação aos processos sociais presentes na cidade, não se pode simplesmente seguir orientações advindas de projeções estatísticas para imaginar os seus desdobramentos, tendo em vista que estes processos apresentam certa complexidade que impede de serem interpretados dessa forma reducionista (SOUZA, 2004).

Sendo assim, a participação dos sujeitos sociais nos projetos desenvolvidos nos espaços públicos aqui suscitados caracteriza-se como um ponto essencial para a criação de uma identidade político-social dos indivíduos da cidade de São Luís - MA, precisamente, aqueles que não são diretamente incumbidos de gerir as demandas de políticas sociais. Esta noção de participação social vem contribuir para a expansão dos mecanismos de atuação identitária destes indivíduos na gestão da cidade.

Nogueira (2004, p. 130), contribui dizendo que “quem participa procura projetar-se como sujeito que porta valores, interesses, aspirações e direitos”. O autor ressalta que é necessário os indivíduos, por meio do posicionamento dos seus ideais e valores, adotarem uma postura mais crítica e questionarem os processos de gestão, edificando-se como voz notável na sociedade e nos assuntos públicos, que até então ficam a cargo apenas de agentes diretamente ligados ao poder público (NOGUEIRA, 2004).

Destarte, a gestão da cidade deveria conhecer as aspirações das pessoas para fornecer um gerenciamento dos espaços públicos compatível com as dimensões sociais correntes. De acordo com Jacobs (2011), esses espaços devem ter segurança e adquirirem viabilidade para a vida urbana. E esta viabilidade carece, “[...] entre outras coisas, de personagens públicos informais, espaços públicos vivos, bem vigiados e usados com constância, acompanhamento fácil e natural das crianças e inter-relação de usos com as pessoas de fora.” (JACOBS, 2011, p. 262). Ou seja, na sua reintegração à estrutura urbana, esses projetos precisam manifestar as

virtudes de uma estrutura urbana saudável (JACOBS, 2011). Esse processo de gestão de projetos para os espaços públicos precisa ser dotado de aspectos e valores que façam sentido para os residentes locais da cidade de São Luís – MA, fortalecendo suas identidades enquanto membros de um todo social, ou seja, componentes de uma sociedade.

Dentro deste viés, Elias (1994), afirma que a sociedade só existe porque existe um grande número de pessoas e ela continua a funcionar devido a inclinação que, isoladamente, essas pessoas têm para almejam e realizarem certas coisas. Dentro dos limites espaciais de uma cidade acontecem diversas movimentações políticas, culturais e sociais que refletem a forma como essa determinada sociedade se organiza, se articula e constrói os seus sentidos, tanto em relação aos espaços públicos da cidade, como também na forma como os próprios sujeitos se relacionam com esses espaços e, muitas vezes, entre si.

O que une os indivíduos não é cimento. Basta pensarmos no burburinho das ruas das grandes cidades: a maioria das pessoas não se conhece. Um quase nada têm a ver com as outras. Elas se cruzam aos trancos, cada qual perseguindo suas próprias metas e projetos. Vão e vêm como lhes apraz. Partes de um todo? A palavra “todo” certamente parece deslocada, ao menos se seu sentido for determinado exclusivamente por uma visão de estruturas estáticas ou espacialmente fechadas, por experiências como as proporcionadas pelas casas, as obras de arte ou os organismos (ELIAS, 1994, p. 17).

De acordo com Pérez (1998), o espaço é composto pelos grupos humanos a partir dos seus mapas mentais e dos seus valores culturais, o seu significado está interligado com a ação social desses grupos com os quais estabelece uma relação, construindo-se com a cultura e constituindo uma mensagem simbólica a ser decifrada. Para ele o espaço reflete os processos de organização do conjunto social e as estruturas culturais dos grupos humanos, e partindo desse ponto, o espaço deve ser analisado como um elemento com significado e ao mesmo tempo um vetor significativo.

Sobre isso, Oliveira (2010, p.122), assinala que a cidade é “manifestações de relações sociais e, como tal, é impregnada pelo poder, por símbolos e signos, por marcas, por afeto, elementos esses que inviabilizam a apreensão imediata de seu dinamismo”. Portanto, seus protagonistas irão criar e recriar enredos, disputar espaços da cidade, conceber lugares pautados em interesses particulares e tornar a cidade matizada – dividida em vários valores que o autor chama de “pecados” – a cidade transforma-se em um palco de disputa territorial (OLIVEIRA, 2010, grifo do autor).

É no espaço da cidade que a organização do trabalhador pode ter potencializada sua força política, devido a uma infinidade de relações e práticas sociais que manifestam a complexidade da sociedade e que se projetam sobre o território urbano,

socializando informações e incentivando o desenvolvimento da criatividade humana. (RAMOS; BARBOSA, 2002, p. 106)

Segundo Arantes (1997), os habitantes deslocam-se e situam-se nos espaços da cidade. Nesse espaço comum, trilhado todos os dias, vão sendo construídas coletivamente as fronteiras simbólicas que separam, aproximam, nivelam, hierarquizam ou, sistematicamente, ordenam as categorias e os grupos sociais em relações diversas entre si. Assim, a implementação de projetos de lazer e turismo nos espaços públicos do Centro Histórico de São Luís também produz espacialidades simbólicas, ora se agrupando, ora se distanciando da realidade social local.

Esses espaços se tornam, mais do que territórios bem demarcados, *contextos* ou *ambientes* que podem ser entendidos como zonas de interação, onde se entrecruzam moralidades contraditórias. Dimensões socioespaciais que são parte de um mesmo todo se aproximam, mas que, ainda assim, se encontram irremediavelmente separados (ARANTES, 1997, grifo nosso).

Portanto, como afirma Souza (2010), as intervenções de planejamento e mecanismos de gestão, esteja sob domínio do Estado ou dos agentes da Sociedade Civil, “precisam ser entendidos à luz de uma teia de relações em que a existência de conflitos de interesse e de ganhadores e perdedores, dominantes e dominados, é um ingrediente sempre presente”. (SOUZA, 2010, p. 83).

No que se refere esses conflitos, Ramos e Barbosa (2002), colocam que as cidades, notadamente as localizadas nos países subdesenvolvidos, reproduzem determinações que apresentam um elevado grau de estratificação e segmentação social dos distintos setores sociais que compõe a vida urbana. Neste processo existe uma reprodução da lógica conflituosa entre capital e trabalho, que hierarquiza fortemente as camadas sociais, onde cada categoria social é acomodada a espaços físicos e à condições sociais orientadas por suas condições de classe.

Os autores ainda observam que os dilemas da gestão local são diversos, e alguns bastante complexos, sobretudo aqueles que estão presentes na prática política das forças sociais, os quais se dedicam para a criação de uma sociedade “adequada”, a exemplo, das vicissitudes ocasionadas na implementação de critérios para a gestão das políticas urbanas, que estão historicamente a “serviço dos grupos hegemônicos locais e em detrimento dos interesses de grandes contingentes da população residente no município”. (RAMOS; BARBOSA, 2002, p. 115).

Harvey (2000), ressalta, em seus estudos sobre cidades no campo do projeto urbano contemporâneo, que os espaços da cidade estão sendo encarados como algo fragmentado, de formas passadas superpostas umas às outras com uma colagem de usos atuais, muitos dos quais podem ser efêmeros. Para ir de encontro a isto, o espaço urbano precisa ser observado e planejado não apenas como terreno geográfico para habitação, circulação de pessoas e implantação de edificações públicas e privadas, mas como importante dispositivo de construção de significados e sentidos sociais, fortemente articulado com as noções identitárias dos moradores locais.

Nestes termos, o espaço público seria, então, um local a ser planejado e gerido por todos os indivíduos que pertencem a cidade, ou pelo menos por uma parcela significativa capaz de reivindicar os interesses e necessidades de todos. No entanto, na maioria dos casos, a gestão urbana acaba por adotar um princípio determinista e vertical no planejamento e gestão das políticas que ocupam os espaços da cidade, distanciando-se, progressivamente, dos princípios de democratização que considere os valores, aspirações e demandas sociais.

Isto pode ser explicado pelo o que se chama de planejamento urbano modernista. Esta forma de gerir os espaços da cidade trabalha sempre por meio do zoneamento com funções únicas e isoladas, onde a circulação dos cidadãos por canais artificiais é a principal preocupação dos planejadores, perdendo, na maioria dos casos, a capacidade de compreender a relação das pessoas e dos espaços públicos como algo mais complexo do que simplesmente planejar ruas e edifícios para usos e deslocamentos (RECHIA, 2005).

Ademais, cabe lembrar que isso se soma aos processos capitalistas atuais, que acompanham todas as atividades humanas do século. Estes também estão presentes na concepção dos métodos de planejamento e gestão da cidade. Sobre isso, Sánchez (2003), ressalta que um grande número de governos locais é orientado por esse modelo de gestão, fazendo uma nítida opção pelo chamado Planejamento Estratégico de Cidade, cujo princípio constrói uma certa necessidade da transformação da cidade em produto para o consumo.

Dessa maneira, as políticas econômicas, de caráter restritivo e recessivo, criadas e executadas num contexto de globalização e reestruturação produtiva, refletem também no espaço urbano, modificando a estrutura e a representação dos grupos e das respectivas classes sociais, e, como resultado, determina as políticas locais direcionadas para os espaços da cidade (RAMOS, 2002).

Em consequência, as significações presentes na relação dos residentes locais com os espaços públicos das cidades, as quais refletem seus aspectos identitários, comumente não conseguem se sobrepor aos intentos capitalistas presentes na gestão da cidade e o conjunto de

interesses particulares não permitem que essa noção mais profunda do processo de interação dos habitantes com os espaços públicos do Centro Histórico de São Luís – MA seja materializada.

É necessário, portanto, que os processos da cidade sejam percebidos como um todo mais complexo, que deve ser observado partindo de seus elementos identitários. Elementos esses que só poderão ser percebidos e compreendidos no intenso envolvimento dos planejadores com as interações e dinâmicas sociais vigentes (JACOBS, 2011).

Farias (2004, p. 18), provoca que “[...] esta concepção reflete a busca da sociedade por mecanismos de participação democrática e a expectativa de que possibilitem superar os desequilíbrios na distribuição dos serviços públicos a que as cidades estão submetidas.” Assim, a abordagem democrática passa a ser um componente essencial para os novos modelos de gestão dos espaços das cidades, garantindo sua vinculação com a diversidade da vida urbana (FARIAS, 2004).

Por isso, novamente retomando à Harvey (2000), os projetos urbanos devem ser mais sensíveis às culturas e histórias locais, concebendo formas edificadas especializadas que podem variar de espaços íntimos ao espetáculo, do moderno ao mais antigo. Ressalta que o ambiente construído constitui elemento de um conjunto de experiências urbanas, vitais para se trabalhar novas aspirações culturais. Para ele, o modo como os espaços de uma cidade se organiza forma uma base material, a partir da qual é possível pensar e realizar novas sensações e práticas sociais.

Pérez (1998, p. 98), situa que “a gramática espacial da rua mostra como as normas culturais estão a organizar as relações sociais, e como as relações sociais estão a encher de conteúdo o espaço.” Deste modo, o espaço público não deve entender-se em si próprio, estruturado pela cultura, ou seja, uma determinada ordenação espacial condiciona a estrutura social tanto quanto a estrutura social condiciona a ordenação espacial (PÉREZ, 1998). Estabelecendo, assim, um vínculo intenso entre ordenação dos espaços públicos e as significações presentes na rotina dos grupos de indivíduos da cidade.

Alcançando esta sensibilidade social, a gestão da cidade, obteria o estreitamento legítimo entre as técnicas utilizadas para promover o gerenciamento do universo urbano e suas micropartículas, dotando de significados o planejamento dos projetos de lazer e turismo que ocupam os espaços do Centro Histórico de São Luís – MA. E mais, tornando-o ele mesmo significante no fortalecimento das identidades dos sujeitos sociais, seja como indivíduos, seja como membros de um coletivo maior, na busca pela gestão participativa e democrática do Centro Histórico e seus diversos espaços públicos.

Em consonância com esta diversidade de espaços, também é necessário a busca pelo princípio da diversidade na idealização do plano de gestão pública, bem como compreender a necessidade de entender a historicidade sociocultural, que permitirá aos planejadores urbanos acolherem a pluralidade das formas de expressões urbanas, abdicando do determinismo e da estratificação nas políticas de intervenções urbanas. “Eliminando a injustiça social e enfatizando a corresponsabilidade da comunidade no trato da cidade e das políticas públicas.” (PALLAMIN et al., 2002, p. 22).

Elias (1994, p. 43), evidencia que essa “margem individual de decisão é sempre limitada, mas é também muito variável em sua natureza e extensão, dependendo dos instrumentos de poder controlados por uma dada pessoa”. Basta apenas direcionar um olhar rápido para a natureza da integração humana para tornar compreensível essa variabilidade dos limites individuais. “O que dobra e cerceia os indivíduos, visto por outro lado, é o oposto diametral dessa limitação: sua atividade individual, sua capacidade de tomar decisões de maneiras muito diversificadas e individuais.” (ELIAS, 1994, p. 43).

Ainda para o autor, a atividade individual de uma parte da população é a limitação social de outra parte. Quem será mais capaz de limitar quem através de sua atividade, irá depender do poder das funções interdependentes em questão, mais especificamente, do grau de dependência recíproca (ELIAS, 1994). De acordo com Goffman (1985), em grande parte das sociedades dá para perceber um sistema principal ou geral de estratificação e “em muitas sociedades estratificadas existe a idealização dos estratos superiores e uma certa aspiração, por parte dos que ocupam posições inferiores, de ascender às mais elevadas”. (GOFFMAN, 1985, p. 45).

Deste modo, a gestão descentralizada da cidade se transforma em um instrumento de aproximação desses estratos, na medida em que, dentro dessa experiência social mais focada na vida cotidiana e mais essencial da socialização pública, as necessidades de pertencimento estão disseminadas e fragmentadas intrinsecamente nos espaços da cidade, cujas reivindicações se associam “às formas de *estar* na cidade, de ocupar *lugares* e transitar em *espaços* que codifiquem e tornem públicas essas demandas por direitos e pelos diferentes sentidos de pertencimento”. (LEITE, 2007, p. 46, grifo do autor).

Neste contexto, as interações entre os indivíduos para o planejamento e gestão dos espaços públicos precisam se sobreporem as concepções identitárias de estratificação. Concebendo, assim, um processo de socialização livre de determinismos e exclusão, considerando todos os conhecimentos, concepções identitárias e experiências no processo de gestão da cidade. Isto por que os “comportamentos que o indivíduo aprende através da



socialização geralmente se relacionam com sistemas amplos de significados e valores que se estendem muito além de sua situação imediata”. (BERGER, P., BERGER, B., 1977, p. 214).

[o espaço urbano] é um produto não-intencional resultante da produção de milhares de valores, por milhares de trabalhadores e milhares de proprietários de meios de produção: edifícios, ruas, redes, praças. [Mas], entretanto, [o espaço urbano] tem um valor próprio que não se confunde nem com o valor desses produtos, nem com sua soma (VILLAÇA, 1999, P. 222).

Essas relações de existência e significação transformam-se a todo momento dentro dos espaços públicos. A gestão da cidade tem como função perceber esses processos mediante inserção de mecanismos que aproximem os residentes locais do gerenciamento de políticas a serem executadas nas dimensões urbanas, atribuindo, de forma crescente, relevância para as concepções identitárias dadas ao espaço urbano pelos moradores locais e demais indivíduos presentes na cidade.

Barreira (2012, p. 27), coloca que “as narrativas urbanas, e é importante pensá-las no plural, exprimem pontos de vista, disputas simbólicas e utopias sobre o patrimônio de cidades que caracterizam as metrópoles modernas”. Portanto, a ideia “[...] de que é no espaço, e não no tempo, que o passado íntimo se inscreve como tradição, pode ser tomada como um reconhecimento da força que os lugares mantêm na especialização das relações sociais”. (LEITE, 2007, p. 34).

Modesto (2014), enuncia que o não reconhecimento dos sujeitos que se encontram em um processo de invisibilidade, ocasionado por influência socioeconômica – advinda da ação do sistema capitalista em sua fase neoliberal – recai “sob as crises de identidade não reconhecidas em seu aspecto das relações hierarquizadas, onde despontam as relações de poder e em especial a questão da representação”. (MODESTO, 2014, p. 68).

Como um dos elementos essenciais para o debate da gestão da cidade e suas nuances identitárias surge “a referência do fortalecimento dos sujeitos/atores sociais e políticos como condição básica para a construção de uma nova ética urbana”. Isto ajudaria a promover uma direção diferente da já referida concepção de cidade submetida à lógica do mercado, que tem criado, historicamente, uma desigualdade crescente, acompanhada de todas as formas de exclusão (RIBEIRO; CARDOSO, 2003, p. 56).

Assim sendo, uma vez que o Poder Público, no âmago de sua atuação, se manifeste verdadeiramente enquanto símbolo democrático, os indivíduos poderão adotar uma conduta político-social sólida. Os recursos urbanos poderão estar acessíveis a todos os cidadãos, transformando-se, neste cenário, em aparelhos muito mais abertos, em termos políticos,

sociais e culturais, para a implementação de políticas públicas, notadamente, no que diz respeito à gestão de projetos de lazer e turismo direcionados para espaços públicos, a exemplo dos projetos Quarta do Tambor, Pôr do Sol no Palácio e o Sarau Histórico, realizados nos espaços públicos do Centro Histórico de São Luís – MA, uma vez que estes promoverão alterações, não apenas nestes espaços da cidade, como também nas dinâmicas sociais locais.

#### **4 GESTÃO DA CIDADE E A ATIVIDADE TURÍSTICA: o espaço público real e o espaço público ideal**

A cidade de São Luís do Maranhão caracteriza-se por um cenário urbano diverso, com a coexistência de múltiplas dimensões de espaços públicos, os quais são resultado de um conjunto de usos, que ora se articulam, ora se conflitam, culminando no estabelecimento de uma relação contínua e complexa. As categorias de espaços públicos, semipúblicos e privados formam o espaço urbano (BURNETT, 2008).

De acordo com Steinberger (2009, p. 52), um dos elementos mais marcantes da cidade é a coexistência de usos. Seus usos tradicionais para residência, comércio e indústria espelham essa coexistência que, constantemente, é transposta para o zoneamento urbano, um dos instrumentos clássicos de planejamento. Por isso, trabalhar com a coexistência não se constitui uma tarefa nova para os pesquisadores urbanos. Todavia, nas últimas décadas, essa tarefa tornou-se um pouco mais desafiadora, visto que, o território de um grande número de cidades, de diferentes tamanhos, “vem acolhendo um novo uso: o turismo”.

O turismo não tinha os espaços da cidade como lugares interessantes para o desenvolvimento de suas atividades até metade da década de 1970, apesar das experiências vividas, em centros urbanos como Paris, Florença, Roma e Veneza, pelos jovens aristocratas em suas viagens de Grand Tour nos séculos XVIII e XIX. A cidade adquire certa relevância no século XX, apesar de ainda ser, em largo entendimento, percebida apenas enquanto centro emissor de turistas (HENRIQUES, 2003).

Isto se dava, de acordo com Krippendorf (2000), devido ao ambiente urbano ser associado ao trabalho e, sendo assim, contrário à ideia de lazer. Ou seja, na reflexão de Henriques (2000), essencialmente, fazer turismo necessitava afastar-se do urbano e seus males, para dirigir-se ao campo, ao mar e às montanhas.

Allis (2012), destaca que, partindo desse pressuposto, as grandes cidades tornavam-se unicamente portões de entrada dos seus países, pois, como já detinham extensos serviços de hospedagem e transportes, exerciam, principalmente, o papel de apoio às atividades de lazer e turismo que eram realizadas regionalmente nos campos e áreas naturais da região. Nos anos seguintes, essa situação começa a mudar e os espaços da cidade despontam como um cenário atraente para a implementação de projetos de lazer e turismo, tornando a cidade uma potencial destinação turística, capaz de atrair, receber e oferecer lazer e entretenimento para uma grande quantidade de visitantes.

Um documento francês, intitulado “Pilotar a Atratividade Turística dos Destinos Urbanos”, aponta uma significativa quantidade de cidades europeias que nas últimas duas décadas executaram projetos de requalificação de centros históricos e desenvolvimento de infraestrutura urbana para a melhoria da qualidade de vida, tornando-as, assim, mais atrativas turisticamente (ATOOUT FRANCE, 2012).

Este foi um dos processos efetuados nos espaços do Centro Histórico de São Luís – MA, ocorrendo ações de requalificação das infraestruturas da região, de forma significativa, em dois momentos específicos, quais sejam, a elaboração do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís (PPRCH) em 1980 e a criação do primeiro instrumento de organização do turismo do Estado, inicialmente configurado pelo Plano Estadual de Turismo em 1995, seguido de suas versões posteriores criados nos anos de 2000 e 2010 (MARANHÃO, 2000; 2012).

Em virtude da necessidade emergente de preservação do patrimônio histórico e cultural, reconhecido em nível estadual, federal e internacional como patrimônio mundial, o processo de modernização da cidade, bem como para o acompanhamento da corrente que difundia cada vez mais o desenvolvimento do turismo no cenário urbano, singularmente, em cidades com potencial para o turismo cultural, as políticas públicas tenderam a seguir a linha da reestruturação e “requalificação” territorial, trazendo inúmeras mudanças para a estrutura dos espaços urbanos da cidade de São Luís – MA.

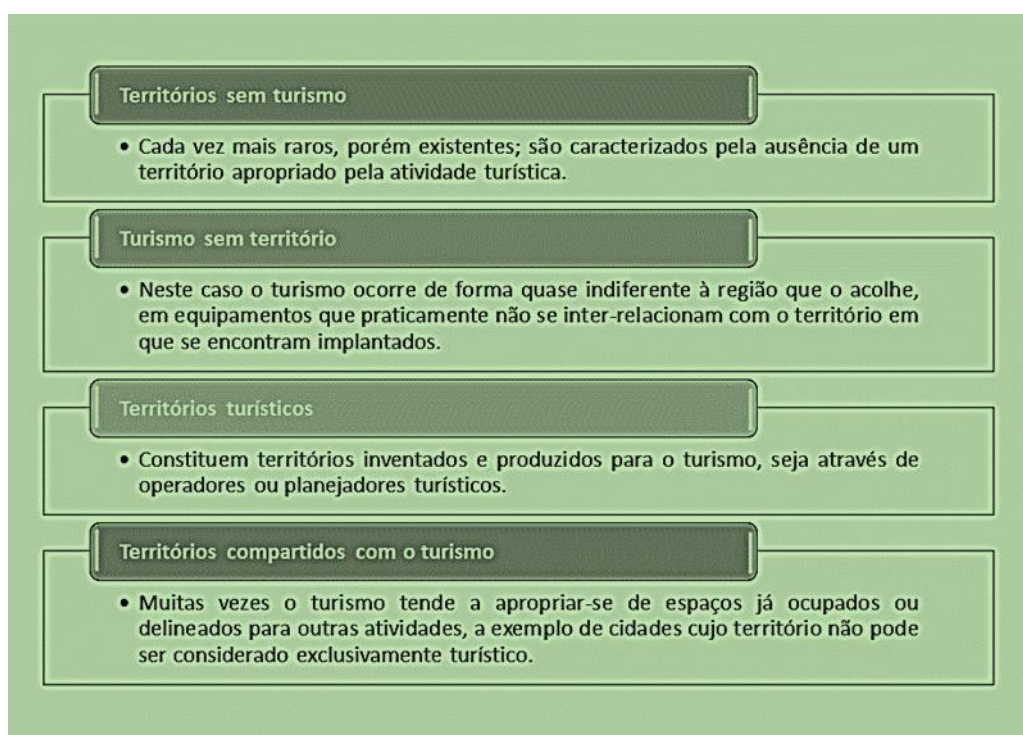
Isto favoreceu o processo de urbanização da cidade, uma vez que, em um cenário cada vez mais competitivo, os gestores passam a dedicar-se à reconfiguração das dimensões urbanas para a criação de uma nova estrutura para a cidade, onde se pudesse implementar novas atividades de multiplicação de capital, a exemplo do turismo. Neste contexto, de acordo com Wall (2009), as duas faces da cidade de São Luís, a moderna e a histórica, passam a ser planejadas no mesmo movimento do Plano Diretor de 1974. Esse movimento permitiu que a valorização do patrimônio se enquadrasse no contexto da modernização.

Segundo Cazes e Potier (1996), essa melhoria na imagem das cidades, ocasionada pelas transformações urbanísticas de centros urbanos, direcionadas, a priori, para dialogar com as necessidades e aspirações dos habitantes, foi a responsável por um crescente interesse pelos espaços da cidade como centros de recepção de turistas, juntamente com os novos modismos, ofertas de novos produtos culturais, interesse pelo comércio e entretenimentos urbanos diversos.

Os espaços da cidade passam a conceber um tipo de composição que admite a atividade turística em coalizão com os processos habituais já existentes na cidade, onde o

território urbano se transforma em cenário multifacetado, com atividades plurais, voltadas para a vida cotidiana dos moradores locais, como também para o mercado e para o turismo. Sobre essa coexistência do turismo e a dinâmica social no território, de acordo com observações realizadas em estudos de Knafou (2001), observa-se na Figura 2 um grupo de relações possíveis entre turismo e território.

**Figura 2:** Turismo e coexistência no território



Fonte: Adaptado de Knafou (2001)

A entrada do turismo nos espaços da cidade, configurar-se-ia, assim, como um processo diverso, no qual, concernente às composições de cada território, este apresentaria múltiplas dimensões, sempre alinhadas em aplicabilidades viáveis para a estrutura do espaço urbano. Desta maneira, de acordo com Rebollo et al (1997), de prosaica atividade relacionada à visitação de lugares diversos, o turismo se tornou um instrumento de promoção da cidade e mecanismo de reestruturação territorial urbana.

Deste modo, uma vez observados esses processos no Centro Histórico de São Luís – MA, seria necessário a busca por formas de atribuição de valor social aos processos das atividades de lazer e turismo, fundamentadas em um intenso processo de articulação entre os membros que compõe as dimensões do cenário urbano, em especial os residentes locais, que

vivenciam cotidianamente a realização de projetos de lazer e turismo nos mais diversos espaços públicos da cidade.

Para isto, como ressalta Ribeiro e Cardoso (2003, p. 56), é imprescindível que as “cidades sejam reconhecidas na sua totalidade para repensar o planejamento a partir da negociação entre a população, os agentes que produzem e se apropriam do espaço urbano e os governos [...]”. Isto porque, de acordo com Cruz (2000), o turismo diferencia-se das demais operações produtivas por consumir o espaço, sendo este processo de consumo dos espaços que dá origem aos territórios turísticos.

Assim, “[...] uma dessas especificidades (do turismo) diz respeito ao fato de o principal objeto de consumo do turismo ser o espaço, entendido como o conjunto indissociável de objetos e de ações, de fixos e de fluxos”. (CRUZ, 2000, p. 17). Neste contexto de turistificação dos territórios, as grandes cidades urbanas “revelaram-se em dimensões marcantes: espaços de atração e concentração de população e lócus de produção e distribuição de bens de consumo”. (BARREIRA, 2012, p. 198).

Portanto, os novos modelos de ordenamento do espaço para a prática da atividade turística contribuem para o surgimento de novos conjuntos de espaços na cidade e conseqüentemente influenciam na forma de organização dos espaços (CRUZ, 2000).

Esse conjunto de características evidencia a extensão das transformações provocadas pelo uso turístico no território da cidade, que não se restringe somente a efeitos localizados nem a atores específicos. Espalha-se por todo o seu território e envolve todos os atores. Dentre esses estão aqueles que têm um enraizamento territorial permanente, como moradores, os empresários e os governos locais, mas também os de enraizamento transitório como os turistas, os empresários de cadeias hoteleiras e os agentes de viagem. Assim, produz-se um espaço urbano de nova fisionomia, pois é fruto das relações de poder entre atores permanentes e transitórios que usam o território da cidade (STEINBERGER, 2009, p. 53).

Para que a atividade turística venha refletir, predominantemente, aspectos positivos para a cidade e seus espaços, é necessário que se faça uma gestão descentralizada e constante de políticas públicas, como planos, programas e projetos de lazer e turismo, os quais demonstrem eficiência no que tange processos de democratização da gestão e uso dos espaços públicos, e que sejam, essencialmente, políticas voltadas para os interesses e necessidades de todos os envolvidos.

Esta integração de interesses comuns facilitaria a promoção da cidadania e da justiça social na gestão da cidade, evitando a capitalização imprópria dos benefícios econômicos das atividades de lazer e turismo. Isto porque, onde a produção e acumulação de capital, através do consumo dos espaços, são catalisadores de conflitos, como já referido, o espaço da cidade

se torna um lugar de disputa entre grupos sociais, uma vez que o acesso diferenciado a determinados bens, serviços e equipamentos “permite o aumento da renda real via valorização do patrimônio imobiliário, assim como maior conforto material”. (RIBEIRO; CARDOSO, 2003, p. 109).

De acordo com Ribeiro e Cardoso (2003), este acesso permite ainda a configuração de determinadas situações de prestígio social, a partir do local de moradia. Isto gera a identificação de determinados espaços da cidade com certos grupos sociais dominantes e a exclusão de outras parcelas da população do acesso a estes bens.

Podemos então caracterizar o espaço urbano como uma arena onde se defrontam interesses diferenciados em luta pela apropriação de benefícios em termos de geração de rendas e obtenção de ganhos de origem produtiva ou comercial, por um lado, e em termos de melhores condições materiais e simbólicas de vida, por outro (RIBEIRO; CARDOSO, 2003, p. 109).

Por esse motivo, evidencia-se a importância da observação crítica das modificações no Centro Histórico de São Luís - MA e nos seus espaços públicos, as quais podem fundamentar-se na reconfiguração urbana em benefício das atividades de lazer e turismo, da produção de capital e da segregação social. Harvey (2005), coloca que a valorização de regiões urbanas degradadas, a inovação cultural e a melhoria física do ambiente urbano (incluindo a mudança para estilos pós-modernistas de arquitetura e design urbano), atrações para consumo (estádios esportivos, centros de convenção, marinas, shopping centers, praças de alimentação exóticas) e entretenimento (a organização de espetáculos urbanos em base temporária ou permanente), são responsáveis pelas alterações urbanas.

Para o autor, estas modificações no espaço urbano “se tornaram facetas proeminentes das estratégias para regeneração urbana”. (HARVEY, 2005, p. 176). As atividades de lazer e turismo convertem-se em produtoras e produto, ao mesmo tempo, da modernização urbana crescente. Todos esses processos e transformações na cidade, facilitam a implementação de políticas de ocupação dos espaços públicos urbanos.

Lopes Júnior (2000, p. 213), reflete que o conceito ligado à urbanização turística tem emergido para “expressar uma nova forma derivada da conexão entre o desenvolvimento de atividades turísticas e a emergência de novas paisagens urbanas no fim do século XX”. Isto é, transformar os espaços da cidade para a entrada de novos conceitos de organização, pautadas na capacidade da cidade de se tornar atraente, competitiva e estratégica para o recebimento de visitantes com outras culturas e fundi-los ao cotidiano da cidade.

Isto porque, no contexto da globalização, a cidade acaba não se constituindo apenas pelo que acontece no interior do seu território, mas também pelo modo como migrantes e turistas, carregados de mensagens e bens procedentes de outros países, a atravessam (CANCLINI, 2010). Desta maneira, os projetos de lazer e turismo Quarta do Tambor, Pôr do Sol no Palácio e o Sarau Histórico, estimados pelos gestores devido seus potenciais de promoção política, difusão cultural e aproximação social, trarão, espontaneamente, um conjunto de conteúdos que modificarão o Centro Histórico de São Luís – MA, seus espaços públicos e, gradativamente, a forma como os moradores locais interagem com os visitantes da cidade.

Essas imbricações referentes à inserção de atividades de lazer e turismo nos espaços da cidade merecem certa atenção dos gestores, para que, sem que se perca a lógica social, sejam feitas alterações no cenário urbano. Destarte, ao analisar a relação entre turismo e espaço da cidade, Silva (2009), indica que se nota o uso do ambiente urbano como atrativo voltado para a execução de práticas turísticas, principalmente, em razão do crescente interesse por elementos culturais e patrimoniais que compõem as dimensões cotidianas de uma cidade.

A partir desse crescente uso dos seus espaços para a implementação de atividades de lazer e turismo, a cidade passa, de acordo com Borja (1997), a alocar um determinado conjunto de mecanismos e estratégias com foco na atração de investidores, visitantes e usuários capazes de consumir a sua oferta de infraestrutura e de serviços, fortalecendo-se enquanto polo receptor de pessoas, bem como atraindo princípios globalizantes para a gestão dos espaços urbanos.

Essa infraestrutura e serviços ofertados pela cidade se distribuem nos mais diversos setores da cidade, tais como o suporte em comunicação, transporte, segurança e acesso ao patrimônio cultural, sendo este último ressignificado nos projetos de lazer e turismo que ocupam os espaços públicos de regiões como o Centro Histórico. Contudo, esse planejamento globalizado dos espaços transforma-se em uma condição de sucesso de planos e políticas setoriais, uma vez que, a organização de todos os setores produtivos, encarada como forma de adequação e sobrevivência a um mercado globalizado, é afetada pela racionalidade e pela competitividade (CRUZ, 2000).

Por isso, é comum que, dentro da gestão de projetos de lazer e turismo direcionados para espaços públicos da cidade, exista uma segmentação de espaços públicos, na qual a estes são atribuídos valores de acordo com sua potencial função mercadológica e interesses particulares com foco na utilização desses territórios para o mercado e/ou políticas de promoção exercício do Poder Público.



A exemplo disso, Barreira (2012), assinala que, caso adotada esse tipo de gestão operacional, o turista acaba por visitar *o que deve ser visitado e conhece o que deve ser conhecido*, de forma explícita ou velada, alguns espaços são apresentados como sendo nobres porque fazem parte da história local, ao passo que outros destacam-se como expressões de fatos curiosos ou referentes ao que, comumente, é nominado como cultura popular local.

Assim, no âmago desses conflitos de representações, o autor coloca, ainda, que o uso dos espaços na cidade não se distancia de processos, conflitos e intervenções políticas nos quais se nota a emergência de atores no fluxo de diferentes dinâmicas. Para ele, a cidade torna-se múltipla, sem que isso a impeça de se sobrepor aos moradores e turistas, se transformando em uma espécie de unidade imaginária (BARREIRA, 2012).

Nessa perspectiva, observando a diversidade social presente no ambiente urbano, a gestão da cidade dota-se de essencialidade sociopolítica, onde os espaços públicos adquirem simbolismos sociais que particularizam cada segmento social dentro das dimensões diversificadas da cidade, os quais devem ser plenamente atendidos por uma gestão democrática, descentralizada e participativa.

Reflexões sobre a vida urbana contemporânea supõem, entre outras abordagens, uma observação que capte os investimentos políticos para dar forma à cidade, articulados a disputas simbólicas pelo uso e apropriação dos espaços. A cidade como totalidade e suas materialidades plurais trazem referentes importantes tanto para se pensar na expansão comum às metrópoles, como nos territórios específicos oriundos de cada localidade urbana. Em tal perspectiva, as cidades, assim como os bairros, trazem as marcas de seus atores, o fluxo das interações descontínuas e das sociabilidades conflitivas (BARREIRA, 2012, p. 200-201).

Logo, uma vez que a cidade seja entendida como berço de inúmeros vínculos sociais, muitos deles conflitivos, os gestores da cidade têm o desafio de estabelecer mecanismos estratégicos capazes de envolver essa totalidade. Uma vez que isto não seja alcançado, o Poder Público, difundido em uma sociedade capitalista marcada por conflitos, contrastes e desigualdades, inclina-se “a promover ações de planejamento e de gestão que, normalmente, facilitam a manutenção das desigualdades [...]”. (SOUZA, 2004, p. 28).

Assim, indo de encontro a isto, os métodos de gestão de projetos de lazer e turismo nos espaços públicos da cidade devem promover cada vez mais uma integração dos interesses do Estado e da Sociedade Civil. Ribeiro e Silvera (2006), ressaltam que a valorização dos espaços da cidade, através de mecanismos de planejamento adequado, envolve as populações, conserva os ambientes naturais e artificiais, e para além disso, ainda promove a integração social associada ao lazer e bem-estar da cidade como um todo, evitando, como esperado, os impactos negativos.

Haja vista que, de acordo com Rodrigues (1997, p. 83), “esta atividade [o turismo] produz territórios, da mesma forma como todas as demais atividades do modo industrial de produzir mercadorias e na sua essência é insustentável”. É sempre necessário levar em conta que toda produção é simultaneamente destruição também, ou seja, assim como as demais, as atividades de turismo tratam-se da chamada produção destrutiva (RODRIGUES, 1997).

Dito isto, seria propício o olhar mais crítico para a implementação de projetos de lazer e turismo que ocupam os espaços públicos do Centro Histórico de São Luís – MA, delimitando sua atuação ao conteúdo estrutural da cidade e buscando a proposição da integração dos diversos cenários espaciais aos contextos sociais, possibilitando que a cidade forneça alternativas viáveis, sustentáveis e participativas de lazer e turismo nesses espaços públicos, as quais estejam intimamente articuladas aos interesses do Poder Público e da comunidade local.

Harvey (2005, p. 170), corrobora ao evidenciar que as dinâmicas da cidade nada mais são do que resultados de um processo social composto espacialmente, “no qual um amplo leque de atores, com objetivos e compromissos diversos, interage por meio de uma configuração específica de práticas espaciais entrelaçadas”.

Em vista disso, Ashworth e Page (2011), salientam que, no meio de muitos aspectos da dinâmica das cidades, múltiplas e diversificadas, a gestão do turismo urbano funde-se à gestão urbana mais ampla. Aquela que consegue pensar a cidade como um corpo maior do que apenas reorganização de superfícies espaciais para locomoção de pessoas e construção de edifícios.

Qualquer que seja a direção dessa gestão da cidade, Luchiari (1998, p. 17), reflete que “este movimento entre o velho e novo, acelerado pela urbanização turística, gera novas paisagens, consome outras, traz à cena novos sujeitos sociais, elimina ou marginaliza outros e redesenha as formas de apropriação do espaço urbano.” Este processo vai substituindo antigos usos e elegendo novas paisagens a serem valorizadas pelo prazer (LUCHIARI, 1998).

Em uma visão simplista, poderia se argumentar que o turismo é apenas mais um uso dentre os vários da cidade. Todavia, com um olhar mais atento percebe-se que ele revoluciona a cidade e o espaço urbano porque provoca transformações sociais, econômicas e ecológicas, entres outras (STEINBERGER, 2009, p. 52).

Desta forma, as “[...] transformações de um lugar em “destino turístico” promovem a ideologia da autenticidade, fazendo emergir as linguagens típicas do turismo passíveis de uma análise socio antropológica”. (AMIROU RACHID, 2000 Apud BARREIRA, 2012, p. 29). Os espaços públicos seriam, assim, ocupados por políticas que fazem referência às representações

sociais e simbólicas da cidade, preenchendo-se de funcionalidade democrática e identitária, que levaria aos moradores, caso inseridos no processo de gestão dos projetos de lazer e turismo, situarem-se enquanto protagonistas no planejamento da própria cidade.

#### **4.1. Gestão democrática de projetos de lazer e turismo e mercantilização de espaços públicos**

A execução de projetos de lazer e turismo no cenário urbano demanda a compreensão de novas estruturas de gestão da cidade, focadas, principalmente, em modelos de gestão dos espaços públicos que articulem os intentos capitalistas e os elementos sociopolíticos necessários para aproximar os residentes locais desse novo contexto transformador dos territórios urbanos.

De acordo com Harvey (2012, p. 81), “[...] num mundo onde o consumismo, o turismo e a indústria da cultura e do conhecimento se tornaram os principais aspectos da economia política urbana”, a urbanização tem modificado o estilo de vida das pessoas, visto que, tudo é transformado em mercadoria, inclusive os próprios espaços públicos da cidade.

Debord (1997, p. 116, grifo do autor), assinala que este tipo de urbanismo destrói as cidades e reconstitui um *pseudocampo*, onde estão perdidas tanto as relações naturais do antigo campo quanto as relações sociais diretas [...]”. Desta forma, como reitera Arantes (2000), o capital é o grande responsável pela produção dos novos espaços na cidade, por ele completamente requalificados. “Sendo assim, o espaço público e a fisionomia das cidades têm sido determinados ou ditados, em grande parte, por estratégias empresariais, que contam com o apoio e o aval estatais.” (ARANTES, 2000, p. 226).

Oliveira (2010), também reflete sobre a ideia de que a cidade, voltada para a realização da mercadoria e obtenção de lucro, se torna, ela própria, uma mercadoria. Do ponto de vista do capitalismo, ela é estratégica, o que se torna explícito nos grandes espaços urbanos. Portanto, seria essencial levar em conta o papel do Poder Público como importante mediador para a realização das estratégias de gerenciamento da cidade em ambientes capitalistas, direcionando suas ações onde o próprio capitalismo impõe barreiras para a sua reprodução.

O autor continua dizendo que o espaço enquanto mercadoria, conseqüentemente, não apenas torna-se homogêneo, como também fragmentado e hierarquizado. O espaço urbano, cada vez mais homogêneo – fragmentação e hierarquização – constitui-se, assim, na negação da própria cidade, ou seja, a cidade não é mais vivida em seu contexto total (OLIVEIRA,

2010). “Aqui há dois planos, um que é a fragmentação do espaço e o outro que é a fragmentação da vida cotidiana.” (OLVEIRA, 2010, p. 501).

A inserção de projetos de lazer e turismo nos espaços públicos do Centro Histórico de São Luís – MA, quando não executada de forma integrada ao sentido social da cidade, acaba por potencializar fragmentações no cenário urbano, tanto no afastamento dos residentes locais do processo de criação, execução e avaliação desses projetos, quanto no sentido hierarquizante dos valores e representações presentes nestes espaços públicos ocupados.

Assim, de acordo com Carlos (1999, p. 67), “o turismo representa a conquista de uma importante parcela do espaço que se transforma em mercadoria [...]”. E nessa ótica, os lugares passam a ter existência real através da sua propensão à troca, através da atividade dos promotores imobiliários que se servem dos espaços da cidade como meio voltado à realização da reprodução do capital.

Na ocupação dos espaços públicos pelos projetos de lazer e turismo, o Poder Público tende, comumente, a atender os desejos e aspirações dos visitantes, sejam turistas ou outros indivíduos que interessem mercadologicamente para a cidade como destino turístico. Isto porque, o princípio de que este público conceberá a imagem da cidade em outros lugares do país, leva os gestores a adotar estratégias de satisfação das expectativas desses visitantes por meio de inúmeros esforços para conseguir a cooptação desse mercado, tais como alternativas de lazer e entretenimento, medidas de segurança, transporte, entre outras iniciativas.

Mathieson e Wall (1990, p. 229), chamam atenção para a questão do direcionamento apenas mercadológico das operações na gestão da cidade e seus espaços públicos, atentando para “a necessidade dos planejadores se preocuparem menos com os visitantes e dedicarem maior atenção ao bem-estar da comunidade receptora”. Além de questionamentos sobre a capacidade de carga das regiões turísticas e também sobre os potenciais impactos sociais decorrentes do crescimento da atividade (MATHIESON; WALL, 1990).

Souza (2004, p. 55), contribui ressaltando que, baseado em princípios turísticos e mercadológicos, outro elemento pungente nesse tipo de planejamento é a monumentalização e embelezamento dos espaços da cidade.

[...] ênfase em projetos de embelezamento e de “revitalização” de determinados espaços que tenham algum apelo comercial ou turístico, como uma decadente zona portuária. Nada contra a recuperação de espaços desvalorizados e meio abandonados, nem contra a criação de “corredores culturais” com restaurantes, cinemas e teatros para serem desfrutados pela classe média e para atraírem turistas; o problema é como isso tem sido proposto e feito (principalmente, com que custos), sendo que os pobres acabam, de várias maneiras, sendo excluídos dos benefícios (SOUZA, 2004, p. 55).

Isto porque, o processo de articulação dos interesses da atividade turística nos espaços da cidade pode levar “tanto à inclusão de grupos de interesse, por meio do estabelecimento de acordos e parcerias, estendendo a mera consulta para um planejamento inclusivo e colaborativo, quanto à exclusão e hostilidade”. (TYLER, 2003, p. 311).

Portanto, como enuncia Cruz (2006), a execução de obras voltadas para o aumento da flexibilidade do território, bem como outras direcionadas à melhoria das condições de infraestruturas básicas dos espaços da cidade – abastecimento de água, energia elétrica, coleta e tratamento de esgoto e coleta e acondicionamento de resíduos sólidos – correspondem a alguns dos mecanismos estratégicos emanados do Poder Público, sobretudo poderes públicos federais e estaduais, no intuito de desenvolver a atividade turística no território nacional. Logo, “tornar o território atrativo para o capital privado é o objetivo precípua dessas ações”. (CRUZ, 2006, p. 338).

Em vista disso, consoante às reflexões de Souza (2004), constrói-se uma crítica, ao mesmo tempo radical e qualificada, do Estado, uma vez que este precisaria tomar para si a responsabilidade de criar mecanismos e formatar propostas que visem a superação da desigualdade e ampliação da participação popular nos negócios coletivos, essencialmente os que dizem respeito ao planejamento e gestão das cidades e seus espaços públicos para o recebimento de intervenções urbanas.

Todavia, ainda de acordo com Souza (2004, p. 13, grifo do autor), o que se observa, dada o cenário capitalista em que se encontra a sociedade, caracterizada por muitas desigualdades socioeconômicas, o papel do Estado acaba por seguir o caminho contrário da justiça social, onde, em vez de se contrapor à essa situação de injustiça estrutural, “colabora para manter as *regras do jogo* que, justamente, criam as disparidades e provações relativas”.

Evidentemente, o Estado é um importantíssimo agente da reforma urbana, pois ele garante a criação de marcos reguladores, leis e normas que irão controlar as ações dos demais agentes. Além disso, comparado a outras instituições e organizações, o Estado possui uma grande capacidade de arrecadar recursos para investir na criação de programas de geração de emprego e de renda e na realização de políticas públicas de melhoramento da infraestrutura urbana. É uma ilusão imaginar que os mecanismos de uma economia de mercado sejam, por si sós, capazes de corrigir as distorções criadas pelo próprio capitalismo. Nesse sentido, o Estado é uma instituição que pode e deve ser utilizada para se buscar diminuir e superar as desigualdades que vivenciamos. O Estado é um campo de poder constantemente disputado por diferentes grupos e classes sociais, e está, a todo momento, influenciado e submetido a muitas pressões, inclusive dos setores populares. No entanto, [...] a tendência geral é que as ações do Estado estejam voltadas a reproduzir as condições de desigualdades e as injustiças atuais. Por isso, o Estado

possui limitações enquanto um promotor de justiça social, ainda que não se possa abrir mão, completamente, de seus canais e instituições (SOUZA, 2004, p. 70).

Nesse contexto, o papel apresentado pelo Estado permaneceria no reconhecimento ativo dos interesses privados como significantes ou representativos de forças sociais, e é este reconhecimento que transforma as forças e movimentos sociais em interesses contrários aos interesses do mercado, dificultando a tomada da participação social na produção e gestão de políticas públicas direcionadas para os espaços públicos da cidade.

Outro aspecto que distancia os moradores locais do processo de gestão da cidade é o elemento da representação dos cidadãos pelo Estado, o qual implica uma expressão das necessidades que não é obra direta dos grupos sociais em si, mas dos aparelhos políticos que tem reconhecimento e legitimidade dadas pelo Estado. Assim, de acordo com Tosel (1996) apud Ramos (2002, p. 71), “o Estado produz o espaço representativo no qual os indivíduos só existem como representados”.

Ou seja, por meio desses mecanismos representativos, o Estado não atua como suporte para a comunidade, em vez disso, funciona como um instrumento especializado para a produção de generalidade, que por sua vez, condiciona ideologicamente os indivíduos à uma constante submissão (RAMOS; BARBOSA, 2002). Entretanto, de acordo com Souza (2004, p. 13), existe a possibilidade de que, em determinadas situações, “se estabeleça uma correlação de forças políticas que permita que o Estado exerça um papel diferente; isso vai depender, e muito, do grau de conscientização e mobilização da sociedade civil”.

Ademais, embora seja esperado que o desenvolvimento de atividades de lazer e turismo nos espaços da cidade reequilibre a economia urbana, gerando novas atividades e regenerações dos distritos defasados, essa *injeção econômica* não é, por definição, e certamente não para todas as cidades, uma cura mágica (JANSEN-VERBEKE; LIEVOIS, 2002, grifo dos autores).

Por isso, ressalta-se a emergência em reconsiderar a gestão dos espaços públicos do Centro Histórico de São Luís – MA orientada, concentradamente, para fins mercadológicos, sem a devida preocupação de se pensar a cidade como algo amplo, provida de uma extensa rede relações e desdobramentos sociais. Pois, como reflete Harvey (1992, p. 62), “a aparência de uma cidade e o modo como os seus espaços se organizam formam uma base material a partir da qual é possível pensar, avaliar e realizar uma gama de possíveis sensações e práticas sociais”.

Desta maneira, o que define o caráter conservador ou progressista da gestão urbana é o conteúdo social presente nas atividades que ocupam os espaços da cidade, que vai depender

dos tipos de interesses que influenciam, predominantemente, a ação do Poder Público. Além da possibilidade [e necessidade] da sociedade civil, como agente ativo, por meio de ativismos sociais, organizações não-governamentais e outros, também elaborar propostas de planejamento (SOUZA, 2004). Ess protagonismo social nos espaços públicos da cidade possibilitaria que os residentes estabelecessem locais de participação nos projetos direcionados para os espaços públicos.

Estes ativismos sociais, retomando Souza (2004, p. 83), representam formas que os indivíduos têm para se organizarem e se colocarem como participantes efetivos na sociedade. Nesse movimento, os cidadãos lutam por direitos, criam laços de cooperação e realizam ações de caráter político e cultural. E, nesse esforço, tentam tornar-se mais do que simples sujeitos passivos do processo social, afirmando-se enquanto “agentes e protagonistas de seus destinos – por mais modesta que essa atuação de fato seja”.

Assim, por meio da criação de mecanismos de Democracia Direta<sup>1</sup>, unidos à Democracia Representativa, pode-se dizer que está sendo criada, em alguns municípios brasileiros, uma vontade coletiva em favor da transformação do cenário social das políticas dentro da cidade (RAMOS; BARBOSA, 2002).

Isto posto, a compreensão de que dentro da cidade ocorrem, a todo momento, diversos processos de interação decorrentes dessas práticas sociais, que dizem respeito tanto às questões externas como também às questões internas – transformando-a em um extenso centro de transformação, socializações e crises – torna-se essencial para o adequado manejo dos projetos de ocupação dos espaços públicos do Centro Histórico de São Luís – MA.

Pois, como reflete Ribeiro e Cardoso (2003, p. 153), se existe uma crise de grande escala, decorrente da redefinição dos processos econômicos de produção e da formação de grandes blocos que comandam os interesses do capitalismo internacional, “é nas cidades que esta crise é vivida cotidianamente”. É neste cenário que se expressam os mais significativos fenômenos e práticas sociais ilustrativas dos efeitos deste caos”.

---

1

De acordo com os autores esse tipo de democracia precisa adotar algumas características essenciais, tais como: a) vontade política, por parte dos dirigentes, de dividir, de fato as decisões fundamentais com o conjunto da sociedade, e uma vontade da sociedade de ter acesso ao processo decisório, pressionando em favor de sua intervenção real nas deliberações, o que deve ser feito particularmente em relação às classes sociais que tradicionalmente estiveram afastadas das decisões políticas; b) progressiva socialização de conhecimentos até então mantidos como áreas restritas ao saber especializado, como os de natureza econômica e jurídica; e, à medida que se acelera esse processo, providenciar a capacitação progressiva dos sujeitos sociais que intervirão nas decisões a serem tomadas; c) formulação de alternativas, opções possíveis em face do problema a ser enfrentado; d) divulgação e circulação de informações estratégicas a respeito das opções apresentadas; e) existência de meios informatizados de tratamento e de comunicação da informação (RAMOS; BARBOSA, 2002, p. 131).

Segundo Grinover (2007, p. 162), quando se planeja os espaços da cidade deve-se considerar a identidade do território, as atividades e empregos existentes, “sustentar a pluriatividade para a pesquisa de novas atividades [e] [...] examinar quais as condições necessárias à recepção de atividades de serviços não tradicionais [...]”. Ou seja, a gestão dos espaços públicos da cidade, a partir da possibilidade de implementação de projetos de lazer e turismo, os quais alteram, transformam, unificam ou excluem suas dimensões, carece de trabalhos de pesquisa e análise dos conteúdos existentes na política, na cultura e, principalmente, no ambiente social local.

Sendo assim, de acordo com Souza (2003, p. 73), o “planejamento e gestão urbanos, vistos por essa ótica de ciência social, nada mais são que estratégias de desenvolvimento urbano, alimentadas por pesquisa social básica, tanto teórica quanto empírica (ou seja, diagnósticos)”. De acordo com Yázigi (2005), entre os aspectos a serem atendidos pelo planejamento urbano em uma localidade na qual a prática turística se faz presente, destacam-se a necessidade de se dispor de equipe qualificada para lidar com as demandas urbanas e mediar as representações sociais, além de contar com um plano diretor atualizado, incorporando todas as dimensões do fenômeno turístico.

Mais especificamente sobre o turismo, a OMT (2001, p. 174), enfatiza a necessidade do planejamento da atividade turística evoluir, no sentido de considerar aspectos para além da simples modificação do território para seus objetivos implementação, ou seja, ampliar seu enfoque, para que, em moldes mais abrangentes, considere as necessidades do setor privado, dos próprios turistas e da comunidade receptora, “de maneira que cada vez aumenta a preocupação em criar ações coordenadas entre o turismo e o entorno social, econômico e ambiental”.

Portanto, os gestores da cidade e os planejadores, a priori responsáveis diretos pelo gerenciamento dos projetos de lazer e turismo, precisariam buscar mecanismos de integração dos seus interesses mercantis às concepções, interesses e necessidades do máximo de indivíduos que fazem parte dos grupos sociais que compõe a cidade. Pois, como argumenta Castells e Borja (1996), em todas as cidades o projeto de mudança urbana é a somatória de três elementos: a) a sensação de crise aguda pela conscientização da globalização da economia; b) a negociação entre os atores urbanos, públicos e privados e a geração de liderança local; c) a vontade conjunta e o consenso público para que a cidade dê um salto adiante, tanto do ponto de vista físico, como econômico, social e cultural.

Assim, o consenso público permitiria atender as aspirações dos moradores locais, em seu caráter econômico e social, transformando-os em partes benéficas da concepção da cidade



como espaço profícuo para a ocupação por meio de projetos de lazer e turismo. Grinover (2007, p. 32), ressalta essa integração dos moradores locais enquanto multiplicadores das atividades realizadas nos espaços da cidade.

É particularmente o espaço urbano, suas estruturas e infra-estruturas, a arquitetura da cidade, que se identifica com o objeto de estudos mais interessantes na estruturação e organização do acolhimento, dos meios de deslocamentos, dos lugares de repouso, dos parques e jardins, dos monumentos e de tudo aquilo que pode tornar agradável a permanência, e onde todos esses elementos de análise contribuem para tornar a cidade hospitaleira. Da mesma forma participa disso o caráter de seus habitantes: certas cidades são rejeitadas pelo caráter fechado de seus habitantes, enquanto outras são conhecidas pela generosidade de sua acolhida (GRINOVER, 2007, p. 32).

Os habitantes tornam-se potenciais aliados da gestão turística. Desta forma, uma vez que estarão, em muitas situações, em contato direto com os visitantes, podem estabelecer ou não uma relação harmoniosa e receptiva com os turistas. Ou seja, “se o visitante não apreciar a cidade, ele não voltará nem para nossa casa nem para nosso hotel. Dessa forma, a hospitalidade doméstica e a hospitalidade comercial são espaços preliminares ao verdadeiro espaço da hospitalidade, que é a cidade”. (CAMARGO, 2005, p. 719).

Hall (2001, p. 29), complementa ao enfatizar que, “embora o planejamento não seja uma panaceia para todos os males, quando totalmente voltado para processos, ele pode minimizar impactos potencialmente negativos, maximizar retornos econômicos nos destinos”. O autor coloca que desta forma, promove-se uma resposta mais positiva por parte da comunidade local em relação ao turismo e seus benefícios a longo prazo (HALL, 2001).

Butler (2002), contribui trazendo uma reflexão sobre a gestão social dos espaços e das atividades neles desenvolvidos, na qual defende que as tentativas mais sinceras de integração que incluam o envolvimento das comunidades locais, acabam sendo mais bem recebidas do que o desenvolvimento que não apresente esforços no sentido de se chegar à compatibilidade ou integração total com os sistemas locais.

Yázigi (2003), também fortalece essa teoria, onde ressalta que a cidade planejada para e com os moradores locais, percebendo e correspondendo as necessidades da população, e tornando a cidade agradável para os seus habitantes, conseqüentemente, a tornará atraente para os turistas também. O autor acredita que quanto mais os espaços da cidade são compreendidos, valorizados e planejados socialmente, mais valor ela adquire, seja para seus moradores, seja para os visitantes (YÁZIGI, 2003).

Sendo assim, quanto maior o compartilhamento de conhecimentos sobre os espaços locais e as operações de desenvolvimento, maior será a possibilidade de evitar conflitos nas

socializações entre morador e visitantes para construção de experiências de lazer e turismo (BUTLER, 2002). Neste contexto, a implementação de projetos de lazer e turismo deixaria de ser apenas um elemento de conexão entre indivíduos de lugares distintos, e tornar-se-iam, por meio de mecanismos participativos, uma oportunidade de democratização da gestão de políticas públicas direcionadas para os espaços públicos do Centro Histórico de São Luís – MA.

#### **4.2. Estratégias e metodologias participativas para gestão turístico-urbana dos espaços públicos da cidade**

Conscientes de que a participação social é um elemento democratizante da gestão, e que isto possui forte apelo político, muitos governantes e planejadores dizem promovê-la em seus programas e projetos, o que, em muitos casos, não se materializa de fato, prejudicando a potencialização de resultados eficazes das iniciativas do Poder Público para a inclusão e integração da população.

Antes que se enuncie estratégias participativas que possibilitem a incorporação dos moradores locais nas ações governamentais, é importante entender alguns tipos de participações sociais específicas para programas e projetos de desenvolvimento, em que, de acordo com Pretty e Vodouhê (1998), as pessoas podem “participar” apenas sendo informada do projeto que irá ser realizado ou que já se realizou e chegar até a possibilidade de participar de forma autônoma, sem que precise de intermédio do Poder Público.

**Quadro 5:** Tipologias de participação social

<b>Tipologia</b>	<b>Características</b>
<b>Participação passiva</b>	As pessoas participam ao serem informadas do que poderá acontecer ou que já tenha acontecido. Refere-se a uma comunicação unilateral por um gestor de projeto sem nenhuma preocupação em conhecer as percepções da comunidade local sobre o que está sendo proposto. A informação a ser compartilhada parte unilateralmente de planejadores dos projetos desenvolvidos nos espaços públicos do Centro Histórico de São Luís – MA.
<b>Participação no fornecimento de</b>	As pessoas participam respondendo questões colocadas por pesquisadores, geralmente a serviço do Poder Público, que

<b>informação</b>	fazem levantamentos com o uso de questionários ou outros instrumentos. As pessoas não têm oportunidades de influenciar nos procedimentos, na medida em que os resultados da pesquisa não retornam para a população para eventuais tratamentos e/ou críticas sobre os projetos de ocupação.
<b>Participação por consulta</b>	As pessoas participam por meio de consultas e agentes externos escutam suas visões. Os agentes externos são quem definem os problemas e as soluções e podem alterá-las consoante às respostas dos moradores locais. Este processo consultivo não permite nenhuma participação na tomada de decisão e os profissionais podem ou não considerar as observações dos moradores locais.
<b>Participação por contribuição material</b>	Pessoas participam fornecendo recursos, por exemplo, seja manual ou algum tipo de incentivo material. Este tipo participação dificilmente acontece, uma vez que a Sociedade Civil não apresenta muito interesse em custear as iniciativas do Poder Público.
<b>Participação Funcional</b>	Os moradores locais participam por meio de papéis funcionais, mas não atingem os níveis de tomada de decisão e planejamento estratégico. Esta participação não envolve todas as fases dos projetos, sendo sua participação efetivada depois que as decisões mais relevantes já tenham sido tomadas. Nesta está presente uma certa dependência de orientadores e facilitadores, não havendo desenvolvimento da autonomia dos grupos de moradores envolvidos.
<b>Participação Interativa</b>	Os moradores locais participam do diagnóstico da situação, da definição das ações e dos planos operacionais, em conjunto com a equipe de planejadores especializados, possibilitando a interação entre a visão dos técnicos e as proposições da população local. Novas organizações podem ser criadas em nível local para coordenar os projetos. Este tipo de participação envolve metodologias de caráter interdisciplinar e uma ênfase sistêmica, no qual os grupos de administradores do Poder Público ainda mantêm o controle das decisões locais, porém com o total envolvimento da população com as estruturas e projetos a ser implementados nos espaços públicos do Centro

	Histórico de São Luís.
<b>(Auto)mobilização</b>	Os moradores locais participam por sua livre iniciativa, independentemente de orientações das instituições do Poder Público. Desenvolvem contatos com organizações externas para conseguir recursos e tecnologias que estes consideram necessárias, mas sempre mantendo o controle das ações e projetos desenvolvidos. Neste tipo de participação, ocorre realmente uma mobilização de diversas camadas da população local, formando-se uma vontade coletiva para questionar e redistribuir o controle da gestão das atividades desenvolvidas nos espaços públicos da cidade.

Fonte: Adaptado de Pretty e Vodouhê (1998)

Todos os tipos de participação precisam ser analisados e implementados de acordo com as características particulares de cada sociedade. No caso dos projetos de lazer e turismo que ocupam os espaços públicos do Centro Histórico de São Luís, a forma mais adequada de inclusão dos moradores locais seria a Participação Interativa, visto que, os projetos, observados seus elementos de intervenção em espaços públicos, carecem de parcerias do Poder Público e da Sociedade Civil para serem desenvolvidos.

Assim, a gestão democrática dos espaços públicos passa pela estruturação de metodologias participativas a serem aplicadas na concepção de políticas públicas turístico-urbanas. Em termos legais, a Constituição de 1988 apresenta um conjunto de elementos que chamam atenção para a inclusão da população da gestão da cidade, tais como democracia direta-participativa, cidadania e dignidade da pessoa humana, direitos humanos/políticos, princípio da igualdade, princípio da descentralização, entre outros.

No que se refere aos procedimentos particulares à atuação do Estado, pode-se ressaltar algumas estratégias de fortalecimento da participação social, a exemplo das Conferências, Consultas Populares e Audiências Públicas. Estas medidas podem ser facilmente utilizadas para alcançar os propósitos de inclusão, preferencialmente, nas políticas do Poder Público que contenham potenciais impactos socioculturais, como o próprio gerenciamento de projetos de ocupação turística e de lazer nos espaços públicos do Centro Histórico de São Luís – MA.

As conferências podem ser realizadas em qualquer nível federativo e têm o objetivo de debater diretrizes a serem perseguidas em áreas específicas definidas em conjunto com o Poder Público e Sociedade Civil. São instrumentos que visam assegurar um processo

democrático e amplo de participação da sociedade na elaboração e avaliação de políticas públicas. Mobilizam o Estado e a População para a discussão, avaliação e definição de diretrizes da gestão de políticas públicas, assim como para a definição de uma agenda com plano de ações, metas e prioridades sociais (SAULE JÚNIOR, 2002).

De acordo com Saule Júnior (2002), as consultas populares e audiências públicas são outros mecanismos de inclusão da participação social, por meio dos quais o Estado consulta a população sobre as prioridades de investimentos e decisões relacionadas com políticas institucionais que afetam os interesses da sociedade, bem como convoca os espaços e grupos sociais para discutir questões problemáticas e caras aos direitos coletivos.

Todavia, embora essas iniciativas potencializem a inclusão social, a maioria delas tendem a trazer também algumas limitações ao processo participativo, visto que, sendo elas fortemente baseadas na democracia representativa, expandem a cooptação da população e cerceiam algumas camadas populares, principalmente aquelas com menor capacidade técnica e de atuação política. Isto leva a necessidade de estratégias participativas mais eficazes na tarefa de incorporar os cidadãos.

Em relação ao planejamento e gestão de projetos de ocupação não existem metodologias estruturadas e fechadas para a garantia da participação da sociedade civil. Assim, embora se reconheça a essencialidade da presença popular nas questões sociopolíticas de qualquer contexto urbano, não há de fato um caminho infalível para a promoção dessa participação social. O que existem são, de forma complementar, estratégias participativas que fomentam a integração dos sujeitos sociais, que lhes conferem o papel de produtores e gestores de suas próprias políticas públicas.

Destarte, assumindo-se a tímida participação da sociedade civil nas decisões políticas das suas respectivas cidades, cabe como primeira estratégia participativa provocar a mobilização social, ou seja, reunir e convocar as vontades para se projetarem na busca de um objetivo comum (TORO; WERNECK, 2004). Neste processo buscar-se-ia romper a falta de engajamento dos cidadãos, justificado por diversas razões sociopolíticas, que reside na maioria das cidades contemporâneas.

[...] participar de um processo de mobilização social é uma escolha, porque a participação é um ato de liberdade. As pessoas são chamadas, convocadas, mas participar ou não é uma decisão de cada um. Essa decisão depende essencialmente das pessoas se verem ou não responsáveis e como capazes de provocar e construir mudanças (TORO e WERNECK, 2004, p.13).

Suscitar a responsabilidade social dos cidadãos seria, então, uma das primeiras e mais importantes estratégias de promoção da participação social na gestão da cidade, isto porque o exercício da cidadania começa pela percepção que o indivíduo tem sobre seu papel sociopolítico na sociedade da qual faz parte.

Desenvolvida essa consciência, os cidadãos passariam a buscar espaços mais amplos e abertos para expressarem suas ideias e sugestões para o ordenamento urbano promovido pelo Poder Público. Esse movimento enfraqueceria a invisibilização estrutural das camadas mais desfavorecidas da sociedade, invocando um aparelho de Estado mais inclinado para o seu papel democrático de mediar a vontade coletiva.

[...] participar politicamente significa fundamentalmente, tomar parte das políticas públicas. Consiste em formar opinião sobre uma decisão do Estado: em expressar, pública e livremente, essa opinião; e em vê-la levada em consideração. Trata-se de uma meta ainda a ser atingida, pois nenhuma sociedade possibilitou até hoje a plena participação política de todos os seus cidadãos (SAMPAIO, 2005, p.47).

Por isso, despontando como uma estratégia muito eficaz na tarefa de aproximar o Estado da Sociedade Civil no trato das questões urbanas, ressalta-se a abertura dos orçamentos para o compartilhamento das decisões referentes às finanças públicas. A adequada implementação de políticas públicas depende de uma boa gestão dos recursos de uma cidade, na qual todas as demandas sociais sejam supridas e estes recursos sejam empregados da melhor forma possível.

Assim, uma das formas de garantir a participação social no planejamento e gestão dos espaços públicos seria a incorporação dos moradores locais na deliberação que trate dos recursos públicos e os respectivos programas e projetos beneficiados. Isto possibilitaria que os próprios moradores escolhessem os projetos mais expressivos para a cultura e identidade local, bem como a quantidade de recursos destinados a eles, método que caracterizar-se-ia como um tipo de orçamento participativo.

Inicialmente se estabeleceria um ou mais grupos responsáveis pela coordenação da tarefa de criar um orçamento participativo, com ênfase na descentralização e diversificação desses coordenadores, para que, democraticamente, todos os agentes sociais envolvidos sejam atendidos. Consoante às etapas necessárias para o orçamento participativo, promover-se-iam ações de mobilização da população e seriam formados os espaços para deliberação das prioridades a serem atendidas (CARVALHO, et al., 2002).

Iniciativas como essa, caso empreendidas em parâmetros legitimamente democráticos, com poder de deliberação real para os moradores que comumente são excluídos desse

processo, refrigeram a relação do Estado com a Sociedade Civil, facilitam a fiscalização e reduzem a impermeabilidade do Poder Público no planejamento e gestão das políticas públicas desenvolvidas para o atendimento das necessidades da população, a exemplo dos projetos de ocupação aqui analisados.

Outras estratégias possíveis para a democratização da gestão dos espaços ocupados por atividades de lazer e turismo são as iniciativas que podem ser empreendidas no âmbito da sociedade civil, dando origem aos chamados fóruns, conselhos gestores, redes e organizações sociais. Orientadas para o processo de turistificação das cidades, esses órgãos se especializariam no debate de políticas específicas para as temáticas do desenvolvimento urbano, patrimônio histórico-cultural e turismo.

Os conselhos, fóruns, redes e organizações podem se formatar com membros tanto da Sociedade Civil como do Poder Público, formando um órgão administrativo que funcione por colegiado. De acordo com Saule Júnior (2002), estes espaços são parte integrante da administração da cidade, vinculados à uma secretaria estadual ou municipal para poder exercer suas atribuições de fiscalização das ações e construção de políticas públicas e programas a serem executados pelo poder executivo. Porém, é importante que estes espaços não estejam subordinados ao Poder Público, buscando constantemente exercitar sua independência para uma gestão aberta e participativa.

A independência desses espaços pode ser garantida através da sua institucionalização por meio de lei, evitando que, devido a descontinuidade governamental, estes sejam excluídos ou coibidos de atuarem democraticamente por governantes ou administradores. Além disso, esses espaços precisariam ultrapassar a seara do caráter consultivo, visto que, caso esses espaços sejam meramente consultivos, as proposições dos moradores locais podem não ser atendidas pela administração pública, esmaecendo o poder de decisão da população e, novamente, estacionando a gestão dos projetos de ocupação dos espaços públicos do Centro Histórico de São Luís – MA em modelos burocráticos e tradicionais.

Somando-se às demais alternativas de abertura da produção e gestão dessas políticas públicas, surge como principal estratégia o fortalecimento da democracia participativa comprometida com a cidadania, a qual ressignificaria amplamente a relação entre a sociedade civil e o Estado, consolidando-se como cenário propício para o desenvolvimento de parcerias ou até mesmo de novos espaços institucionais de gestão da cidade, não comprometidos hegemonicamente pelo Estado ou pela Sociedade Civil, mas protagonizados por ambos de forma paralela e complementar.

Segundo Santos (2005), esse novo espaço articulador, fundamento na democracia participativa, representaria um verdadeiro movimento social em prol da renegociação das normas de sociabilidade do Estado, pois estes promoveriam a emancipação e o fortalecimento dos cidadãos por meio da experimentação de novas ferramentas institucionais de integração.

No caso da gestão dos espaços públicos do Centro Histórico de São Luís – MA, essas novas ferramentas estariam contidas em um novo modelo institucional de gestão estatal. Este, por sua vez, se manteria aberto às decisões advindas diretamente dos moradores locais. O Estado se abriria, por decisão dos gestores, a uma nova esfera de decisões dos cidadãos que, articuladas com a democracia representativa, permitiria “um processo de desprivatização e publicização das decisões do Estado” (PONTUAL, 2000, p.29).

Essas estratégias expressam apenas um grupo de possibilidades de arranjos institucionais que facilitem o acesso da sociedade civil aos níveis mais elevados de decisão pública, para que, de acordo com Souza (1997), esta esteja cotidianamente informada, integrada e articulada com o Poder Público. Desta maneira, as políticas e projetos desenvolvidos pelo Estado seriam sempre analisados e discutidos entre todos os membros da sociedade desde a sua fase de concepção, evitando que as necessidades sociais não sejam atendidas e atividades mercadológicas e de espetacularização urbana suprimam a função social dos espaços públicos do Centro Histórico de São Luís – MA.



## **5 O CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS – MA: nuances da formação, urbanização e turistificação**

O movimento para a inserção da participação social em políticas públicas, especialmente para aquelas direcionadas aos espaços públicos situados no Centro Histórico de São Luís – MA, está intrinsicamente ligado aos seus processos de formação e urbanização, uma vez que, com a presença de um considerável acervo histórico cultural e a constante entrada de atividades de turismo na região, o gerenciamento desses espaços passa a interferir diretamente no plano social, e, portanto, inviável de se materializar sem mecanismos de inclusão da comunidade local.

Como introdução a este movimento, cabe fazer uma breve contextualização de nuances do processo de formação e urbanização do Centro Histórico da cidade. Localizado na região onde se constituiu o núcleo urbano inicial da cidade durante o século XVII, este se expandiu gradativamente nos dois séculos seguintes (SILVA, 2009). O modelo urbano iniciado no primeiro século de urbanização da cidade, manteve-se nos séculos XVIII e XIX, enquanto a cidade se expandia para o interior da Ilha de São Luís (LOPES, 2008).

A cidade de São Luís se constituiu a partir da região que hoje conhecemos como Praia Grande, onde foi fundada uma fortificação no século XVII pelo capitão Daniel de La Touche e seu auxiliar François de Rasily. Em homenagem ao Rei Luís XIII, foi denominado Forte São Luís e que daria orientação para a formação da cidade (CORRÊA, 2003).

[...] escolheram uma bela praça, muito indicada para esse fim por se achar numa alta montanha e na ponta de um rochedo inacessível e mais elevado que todos os outros e donde se descortina o terreno a perder de vista, assim entrincheirado, formando um baluarte ao lado da terra firme, é inconquistável e tanto mais forte quando cercado quase por completo por dois rios muito profundos e largos que desembocam no mar ao pé do dito rochedo (D'ABEVILLE, 1975, p. 67).

Inicialmente, a região constituiu um importante vetor para o desenvolvimento da cidade, uma vez que, localizada estrategicamente, possuía um porto na sua parte baixa, onde havia predominância de atividades comerciais e portuárias, e na sua parte alta, devido a existência de uma boa estrutura física, foi ao longo do tempo prevalecendo a presença das instituições de poder, alfândega e diversos armazéns.

Silva (2009), coloca que a criação da Companhia do Comércio Maranhão e Grão-Pará possibilitou um fortalecimento da economia por meio da lavoura mercantil, que por sua vez, permitiu a constituição do bairro da Praia Grande, região que se estruturou depois da formação do núcleo seminal da cidade.

O autor ressalta que a formação esta potencializada pela existência do já citado porto da Praia Grande, que facilitava o transporte de mercadorias, escoamento da produção agrícola e chegada de novos indivíduos escravizados (SILVA, 2009).

**Figura 3:** Parte alta e parte baixa da região da Praia Grande, 1908



Fonte: Lopes (2008)

Desde as primeiras nuances de desenvolvimento e urbanização da cidade, o cenário econômico positivo do Maranhão, baseado principalmente na lavoura mercantil e trabalho escravo foi responsável pela facilidade com a qual a cidade de expandiu e se consolidou como uma das mais importantes cidades do Brasil no século XIX. Neste período de intenso desenvolvimento econômico, o Centro Histórico de São Luís já enuncia-se como uma região de potencial atração de intentos mercadológicos, uma vez que, de acordo com Corrêa (2003, p. 117), devido a proximidade topográfica do Centro Histórico com os outros bairros, muitos de seus espaços sempre possuíram forte vocação para polo econômico e administrativo do Estado.

Ademais, o fato do Centro Histórico ser um dos territórios comerciais mais relevantes da cidade trouxe muitas alterações para os espaços da região, seja negativamente, no que se refere as transformações espaciais necessárias para dá suporte ao funcionamento das transações comerciais e construção de edificações para acolher as produções que poderiam descaracterizar as fachadas originais, ou positivamente, uma vez que, indiretamente, este cenário comercial evitou que os espaços do Centro Histórico se tornassem uma zona degradada e sem relevância no contexto urbano (CORRÊA, 2003).

Desta forma, pode-se afirmar, que este crescimento particular da economia maranhense permitiu o desenvolvimento e urbanização da cidade. Isto porque com um cenário econômico fortalecido, torna-se mais viável, materialmente, o processo de edificação da cidade nas dimensões arquitetônicas na qual, até o século atual, ainda se consegue verificar.

**Figura 4:** Largo do Comércio e entrada da Feira da Praia Grande, 1908



Fonte: Cunha (2008)

Silva (2009), corrobora ao evidenciar a estreita ligação do crescimento econômico do século XVIII com o processo de transformação territorial e urbanização da cidade. Na figura 4 observa-se o Largo do Comércio e a fachada da Feira da Praia Grande compondo o cenário com os casarões históricos do Centro Histórico de São Luís – MA.

A organização do tecido urbano do Centro Antigo de São Luís só começou a delinear-se a partir do século XVIII, com a ampliação e desenvolvimento da atividade econômica, fundamentalmente ligada à agricultura, que gerou capitais suficientes para a consecução de melhorias das habitações urbanas (SILVA, 2009, p.55).

A partir deste ciclo econômico favorável começam a surgir um conjunto de alterações urbanas positivas para o espaço da cidade, tais como calçamentos de ruas, implantação do Cais da Sagração, atual Avenida Beira Mar, além de reurbanização das principais praças da cidade (ESPIRÍTO SANTO, 2006). Assinala-se um dos primeiros movimentos que se caracterizam por articular o reflexo do desenvolvimento urbano nas consequentes alterações nos espaços da cidade.

**Figura 5:** Avenida Beira Mar sentido Cais da Sagração



Fonte: Acervo IBGE – 1957 (2019)

Em 1881, foram inaugurados serviços de bonde de tração animal pela Companhia de Ferro Carril, sendo o primeiro do Nordeste, sendo ampliando no ano seguinte. Em 1890, São Luís recebeu um sistema de telefonia, com 200 aparelhos instalados entre alguns comerciantes. Já em 1924, foram feitos investimentos em sistemas de água e esgoto. Mais tarde, com o surgimento da eletricidade, a cidade teve a paisagem de suas principais ruas alteradas pela presença de trilhos e bondes (SANTANA, 2003).

De acordo com Lopes (2008), em 1855, a cidade recebeu sua primeira iluminação pública, que era abastecida por azeite. Em seguida com o surgimento de novos combustíveis, a iluminação passou a utilizar o álcool terebentinado, tendo, apenas em 1861, a inserção da iluminação a gás de hidrogênio, instalada pela Companhia de Iluminação e Gás do Maranhão.

Sendo assim, a formação do conjunto urbano de Centro Histórico de São Luís – MA está ligada ao desenvolvimento de um sistema de lavoura mercantil no decorrer do século XVIII, visto que, o porto da Praia Grande era o canal de deslocamento e distribuição desta produção agrícola, fazendo da região um ponto concentrado de armazéns, lojas comerciais e casas residenciais (SILVA, 2009).

Por força de diferentes vicissitudes históricas a capital maranhense preservou no tempo um acervo magnífico de mais de 3.000 prédios históricos, referentes ao período colonial, com exemplares arquitetônicos que datam dos séculos XVIII e XIX, além de uma cultura popular viva e repleta de originalidades. (CORRÊA, 2003, p. 24).

O tecido urbano do Centro Histórico de São Luís – MA foi preservado com muitos dos elementos que lhe conferem sua identidade e singularidade, manifestados, especialmente nas técnicas construtivas que lhe permitiram preservar boa parte da sua malha urbana do século XVII e seu conjunto arquitetônico original (IPHAN, 2019). Todavia, essa preservação passou por inúmeros momentos de conflitos, principalmente no que tange as transformações causadas pelo processo de urbanização e modernização da cidade. Processo este que se tornou ainda mais vigoroso e transformador dos espaços do Centro Histórico de São Luís – MA ao longo do tempo.

De acordo com Espírito Santo (2006), no final do século XIX se observa o aparecimento das primeiras indústrias, e com elas novos discursos espaciais na ocupação do solo urbano de São Luís, uma vez que, representou a expansão da malha urbana que já existia para o interior da Ilha, cuja ocupação se limitava apenas no Centro Histórico e adjacências.

A implantação das primeiras indústrias têxteis e o surgimento de infraestrutura e serviços urbanos, como a criação da Companhia de Águas e da Companhia Telefônica, evidenciou um processo de crescimento, revelando a aplicação de recursos financeiros por parte do recém surgido empresariado, classe composta por antigos agricultores que naquele momento passaram a trocar não só seus investimentos, como também suas residências do interior do estado pelas da Capital (ESPÍRITO SANTO, 2006, p. 76).

Lopes (2008), coloca que no início do século XX, a cidade colonial portuguesa das primeiras décadas do século XVII apresenta apenas o traçado urbano do núcleo original e a existência de alguns usos, a exemplo de praças, mercado e habitações. O autor coloca que a estes elementos, junta-se a arquitetura em estilo barroco pombalino, construída no século XIX, que apresentava um padrão específico de ocupação de lotes e suas tipologias.

Por um bom tempo, o Centro Histórico manteve-se distante das alterações urbanas pelo qual a cidade passou devido à uma série de fatores, que foram responsáveis pela conservação das suas características históricas. Corrêa (2003), coloca que a região não passou por abandonos totais, tendo seus espaços mais tradicionais ocupados pelas camadas da população mais pobre, o que, em certa medida, garantiu alguma conservação. Além disso, houveram contribuições advindas dos tombamentos que ocorreram em 1995, em escala federal e 1986, em escala estadual.

Outro aspecto importante para a conservação das edificações se deu a partir da década de 1970. A cidade se desenvolve para a outra margem do rio Anil com a construção de uma ponte ligando o Centro Histórico ao bairro do São Francisco. O fato das praias se localizarem na outra margem do rio fez com que uma parte da classe média, e seus investimentos, se deslocassem para os novos bairros. Isso auxiliou a preservação no Centro Histórico no seu aspecto colonial original. A maior

parte dos investimentos que poderiam comprometer este patrimônio arquitetônico foram para os bairros do São Francisco, São Marcos, Calhau, Olho d'Água, etc. (CORRÊA, 2003, p. 116 – 117).

No entanto, houveram os impactos, pois apenas os movimentos pela preservação da população pobre não foram suficientes para manter os monumentos do Centro Histórico conservado. Silva (2010, p. 79), evidencia que a valorização da região mais nova da cidade representou o gradativo abandono da região tradicional, uma vez que houve a deterioração de seus equipamentos urbanos, o abandono do acervo arquitetônico do bairro da Praia Grande e o decréscimo populacional. “[...] Esse esvaziamento econômico levou ao abandono de um grande número de imóveis e à consequente ruína de muitos deles.”

Este cenário de abandono e desprestígio do Centro Histórico recebeu um novo vetor de intensificação devido os novos moldes de progresso e desenvolvimento nos quais as cidades têm sido pressionadas a adotar como mecanismos de articulação com os avanços tecnológicos ao longo da história.

A busca pelo progresso, que se tornava cada vez mais forte com os novos valores que orientavam o país em meados do século XX começava a ameaçar as edificações antigas, uma vez que tais princípios de progresso iam no caminho contrário aos interesses de manutenção de construções antigas. Assim, o modelo arquitetônico remetido aos séculos XVIII e XIX passou a ser encarado como referência ao atraso e entraves para a modernização urbana da cidade (IPHAN, 2007).

De acordo com Lopes (2004), em 1927 foi aprovada uma lei chamada Lei Orgânica dos Municípios, onde sua principal atribuição era o fortalecimento de políticas de qualificação dos serviços públicos, por meio da remodelação de prédios públicos e na política de melhoramentos urbanos. Essas alterações tinham o objetivo de dotar a cidade de infraestrutura viária e de espaços públicos compatíveis com as novas tecnologias de transporte e de serviços.

O autor ressalta ainda que essas remodelações dos prédios consistiam em correções dos defeitos das edificações. Estes processos tinham o objetivo de adaptar os prédios à novas condições de uso e higiene, trazendo-lhes salubridade. Já os melhoramentos urbanos seriam as operações que buscavam transformações mais profundas no espaço urbano, como a adaptação dos espaços públicos e ruas às novas tecnologias de transporte, serviços e de construção (LOPES, 2004).

A tendência das cidades foi a inclinação para a criação de instrumentos de organização urbana, concebidos em forma de planos de urbanização. De acordo com Lopes (2016), com

propósitos diferentes de renovar, ampliar e organizar a cidade, São Luís contou com três planos importantes que pontuaram seu ideário urbano.

O primeiro plano, de 1937, foi elaborado pelo engenheiro e urbanista Otacílio Saboya Ribeiro, prefeito de São Luís na gestão de Paulo Ramos, da “Era Vargas”. Era uma proposta de renovação urbana que queria mudar a “feição da cidade colonial para uma cidade moderna”. Foi publicado no Diário Oficial, mas ficou no plano das ideias e só foi executado parcialmente, pelos seus sucessores, promovendo mudanças no traçado do Centro Histórico, com alargamento da rua do Egito e a abertura da Avenida Magalhães de Almeida. Essa renovação urbana com demolições foi inspirada nas reformas de Pereira Passos, no Rio de Janeiro, embalados pelo higienismo. [...] O segundo plano urbano, de 1958 [...] foi elaborado pelo Engenheiro Ruy Ribeiro de Mesquita, então diretor do Departamento de Estradas e Rodagem do Maranhão – DER, e vislumbrava o crescimento da cidade para além do centro, na direção dos rios e das praias, incentivado pela época desenvolvimentista do país. Propunha a construção de um centro administrativo novo, de três novas pontes ligando o centro ao São Francisco, sobre os rios Bacanga e Anil, além de uma nova infraestrutura viária, com grandes avenidas, que mudariam definitivamente os eixos de crescimento urbano da cidade. [...] o terceiro plano, elaborado pelo urbanista Wit Olaf Prochinik, organizou a estrutura urbana, criando o Anel Viário, normatizando áreas de expansão, interligando-as e zoneando-as. Foi materializado pelo prefeito Haroldo Tavares, em sua gestão, no ano de 1977. (Lopes, 2003, p. 15-16)

A produção do espaço urbano em São Luís intensificou-se a partir de 1970, quando o Estado ampliou suas ações e estratégias visando possibilitar a reprodução do capital (FERREIRA, 2014). De acordo com Lopes (2016, p. 33), seguindo as transformações urbanas, “nos anos de 1970 e 1980, com a construção das infraestruturas previstas do Plano Rodoviário do Município de São Luís (Lei nº 1.322, de 27 de dezembro de 1962), mudam os vetores de crescimento da cidade e intensifica-se a ocupação de novas áreas urbanas”.

Foi no Governo de Epitácio Cafeteira, na década de 1980, que 70% do trabalho na área histórica saiu do papel. Porém, não se pode esquecer, na mesma época quem ocupava o cargo de Presidente da República, em Brasília, era o Sr. José Sarney. Foram gastos milhões de dólares em ações que são até hoje questionadas em sua lisura, como, por exemplo, o aterro do rio Bacanga. Contudo, salvaram-se prédios e praças que estavam num verdadeiro estado de abandono. [...] Neste período presenciou-se a cristalização de uma visão peculiar dos usos dos prédios históricos. As reformas implementadas nos governos Cafeteira-Sarney, basicamente se orientaram para uma política de transformação dos prédios em sedes de secretarias de Estado – grande parte desses edifícios hoje são utilizados por órgãos estaduais e municipais. Isto imprimiu um caráter específico, pois o conceito de Reviver aparece aí desvirtuado. Reviver, levado a extremos, seria um projeto de proporções monumentais de reestruturação museológica dos modos de vida da burguesia comercial maranhense dos séculos XVII e XVIII. No Projeto Reviver trabalha-se com um conceito bastante amplo, o que causa alguns mal-entendidos. [...] Revitalização é um processo desencadeado no sentido de fazer retornar, preservar, conservar e promover as características de algo que perdeu o vigor histórico. Quem vai decidir o que deve, ou não, ser revitalizado? Quase nunca são ouvidos aqueles diretamente ligados ao problema, isto é, as comunidades que moram nos bairros históricos são sempre negligenciadas. Como exemplo disso, cito o projeto de habitação no Centro Histórico. Nessa ocasião foram contatadas pessoas do interior

que desejassem morar em São Luís, lhes foram entregues moradias em apartamentos reformados, limpos e higienizados (CORRÊA, 2003, p. 131).

Silva (2009), salienta que muitas medidas pautadas em ações de modernização da cidade foram responsáveis de forma direta por grandes alterações urbanísticas no cenário arquitetônico do Centro Histórico, uma vez que, progressivamente os espaços da região foram se transformando em referências de não-salubridade.

À medida que o processo de urbanização passa a prosperar, várias intervenções “modernizantes”, à moda dos anos 40 e 50, começam a ser feitas em São Luís, especialmente para dar espaço aos automóveis e outros veículos. Duas igrejas e alguns sobrados notáveis foram demolidos para dar espaço à abertura de avenidas e ruas mais largas, para circulação de veículos, o que ocasionou perdas irreparáveis para o patrimônio cultural (ANDRÈS, 1998, p. 54).

Esse cenário crítico para o patrimônio histórico veio se perpetuando no século XIX, e sentenciando muitos monumentos da cidade de São Luís à ruína e ao desaparecimento, ocasionando perdas de parte de muitas fontes de história da cidade de São Luís, tais como a Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Mulatos, ação que se deu no intervalo de 1937 e 1945, durante o governo do prefeito Pedro Neiva de Santana, como parte de obras executadas em prol da renovação urbana (COSTA, 2016).

Todavia, a partir do segundo quarto do século XX, o Centro Histórico de São Luís passou a ser foco de atenção de diversos estudiosos e observadores que reconheciam a relevância que tinha o acervo cultural representado por seu patrimônio arquitetônico e urbanístico (ANDRÈS, 1998).

Por isso, de acordo com Andrès (1998), fundamentado na preocupação em torno do processo de modernização inconsequente, o Governo do Estado solicita à UNESCO em 1966, a contribuição de um especialista no assunto, tendo sido enviado como consultor o arquiteto da França Michel Parent, que por sua vez, elaborou um conjunto de recomendações para a preservação do Centro Histórico de São Luís.

Diversos estudos apontam para o não cumprimento das recomendações do consultor enviado pela UNESCO, todavia, após muitos debates, em 1980, foi elaborado o texto básico oficial do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís, sendo denominado de Projeto Praia Grande e, posteriormente, devido a influências políticas, Projeto Reviver, sob a coordenação dos arquitetos John Gisiger e Ronald de Almeida Silva e do engenheiro Luiz Phelipe Andrès (SOUZA, 2002).

No entanto, cabe colocar que há diversos conflitos quando se traz o termo revitalização para o contexto das alterações promovidas nos espaços da cidade, visto que, em



grande maioria dos casos, a revitalização de espaços públicos é tratada de uma forma reducionista, consistindo apenas em intervenções que visam a modificação de edifícios e monumentos, ruas, praças e outros espaços para a reordenação espacial da cidade, deixando as margens desse processo a diversidade e pluralidade de interesses sociais presentes nesses espaços “revitalizados”.

Inicialmente, as primeiras intervenções do PPRCH foram direcionadas à recuperação da infraestrutura urbana do Centro Histórico, com obras de saneamento básico, reestruturação de praças e jardins, alargamento de calçadas, criação de vias exclusivas para pedestres e estacionamentos periféricos, instalação de um sistema de hidrantes e a restauração de diversos edifícios que tiveram seus usos realocados (ANDRÈS, 1998).

**Figura 6:** Obras nas ruas provenientes do PPRCH



Fonte: ANDRÈS (2006)

Em 1990 inicia-se a quarta etapa do Programa, onde se observa uma das primeiras ações voltadas para a articulação da comunidade local e os espaços do Centro Histórico de São Luís. O Governo do Estado deu continuidade ao programa implementando o Projeto Piloto de Habitação, que consistia na restauração de um sobrado para ser utilizado como residência por moradores mais antigos da região da Praia Grande (SILVA, 2009).

Muitos exemplos desse tipo de adaptação ainda podem ser vistos no Centro Histórico de São Luís – MA, no entanto, houve uma queda significativa de habitantes nesses sobrados, sendo estes direcionados apenas para uso comercial de pequenos empreendedores locais. Isso

pode ser explicado pela falta de preservação desses prédios e poucas condições básicas para a habitação nesses espaços, dificultando a permanência de pessoas para moradia efetiva.

**Figura 7:** Imóvel em ruínas da Rua da Palma adaptado para abrigar 5 apartamentos e 5 lojas no térreo



Fonte: ANDRÈS (2006)

De fato, o Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís – MA traz muitas contribuições no processo de modificação da região, reconfigurando seus espaços e garantindo que muitas intervenções urbanas ajudassem a manter o simbolismo do patrimônio arquitetônico da área central da cidade, embora tenha sido constantemente um reprodutor de interesses particulares no gerenciamento desses espaços.

De acordo com Wall (2009), o Centro Histórico de São Luís – MA requalifica-se e integra-se à cidade contemporânea a partir do momento em que, por meio do Programa de Preservação e Revitalização promovido pelo Estado do Maranhão, são recuperados os espaços públicos e a infraestrutura urbana. Este programa levou São Luís a ser incluída na Lista de Patrimônio Mundial da UNESCO, em 1997 e se tornou uma das iniciativas mais respeitadas no campo da conservação, com mérito internacional.

Neste cenário positivo e as diversas intervenções urbanísticas feitas em prol da revitalização do Centro Histórico de São Luís, que começaram a despertar o interesse de organismos de financiamento, novas intervenções foram possibilitadas e fortaleceram a preservação do conjunto arquitetônico e, em seguida, sua utilização como fonte de renda por meio do turismo (SILVA, 2009).

O reconhecimento como Patrimônio Mundial pela UNESCO, além das demais iniciativas de preservação estadual e federal, sem dúvidas, acelerou a entrada de atividades de lazer e turismo no Centro Histórico de São Luís, desencadeando um processo de promoção turística do local em um momento que não se poderia avaliar as consequências econômicas e socioculturais que esse fenômeno poderia causar (CORRÊA, 2003).

O fato é que a concepção do Projeto Praia Grande/Reviver esteve desde sua fase inicial atrelado às estratégias do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste<sup>2</sup>, que foi elaborado em âmbito federal em 1973, com o objetivo de potencializar a atividade turística no território nordestino (SILVA, 2009).

Nesse contexto, as políticas de preservação do patrimônio arquitetônico do Centro Histórico de São Luís – MA começam a se articular com as políticas voltadas para atividades de lazer e turismo. Isto é evidenciado desde a década de 1970, onde, de acordo com Aires (2007), a preservação da identidade maranhense e o ideal de desenvolvimento fundamentado no turismo passou a figurar, de forma muito articulada, o foco das políticas públicas.

Essa premência em atrelar o fomento do turismo a preservação do patrimônio tornou-se um verdadeiro amalgama, pois com o tombamento federal de 1974, a questão do aproveitamento do potencial turístico passa a ser prioridade, ao mesmo tempo em que para o crescimento do turismo cultural era necessário um planejamento público com vistas a melhorar a infraestrutura urbanística do conjunto urbano (SILVA, 2009, p. 122).

Em 1995 foi elaborado o Plano Estadual de Turismo, favorecido pelo contexto de avanço do turismo na região nordeste do Brasil. Criado com o intuito de captar recursos provenientes de políticas federais em âmbito nacional e regional, o plano configura-se como uma proposta de planejamento turístico para o desenvolvimento da atividade no Estado. Em 2000, o plano é reapresentado com a denominação de Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo no Maranhão, popularmente conhecido como Plano Maior (MARANHÃO, 2000).

Com a criação do Plano Maior, em um momento de grande apelo para o desenvolvimento do turismo, a cidade de São Luís figurou entre um dos Polos Turísticos mais importantes do estado. Logo, o Centro Histórico, detentor de rico acervo histórico e cultural, passa a ter seus espaços cada vez mais apropriado para objetivos turísticos. De acordo com Costa (2015, p. 20), os planos “aparecem assim como um instrumento que impulsiona a

---

<sup>2</sup>

O Programa de Cidades Históricas (PCH: 1973-1979) foi o primeiro programa em nível federal que investiu recursos para a recuperação do patrimônio cultural urbano. Tendo sido implementado pelo Ministério do Planejamento visava o desenvolvimento econômico das cidades históricas e dialogava com outros assuntos em pauta na década de 1970, como o turismo cultural e o desenvolvimento regional (CORREA, 2016).

apropriação desses espaços pelo e para o turismo, alterando o uso do território, produzindo nova materialidade e/ou possibilitando novos arranjos especulativos”.

Seguindo essa mesma tendência de expansão da atividade turística, a versão seguinte do plano intitulado Plano de Desenvolvimento Estratégico de Turismo do Estado do Maranhão – Plano Maior 2020 – elaborado em 2010 (MARANHÃO, 2012), enuncia o Estado do Maranhão como uma fonte de diversos espaços a serem descobertos, tanto aqueles providos de atrativos naturais quanto aqueles em destaque por sua historicidade e cultura, a exemplo do Centro Histórico de São Luís – MA.

Costa (2015, grifo do autor), pontua que, neste contexto de proposição de novos espaços a serem descobertos, o Estado cumpre a função de evidenciar a condição de *espaço de reserva* para expansão do uso turístico do território, contribuindo, assim, para a expansão contemporânea de um novo uso capitalista do território.

[...] uma cidade histórica como um lugar que atrai um grande número de pessoas e quem tem, em seu ambiente, características especiais que fazem o turismo representar um papel muito importante em sua existência e sem seu desenvolvimento. Essas características são mais específicas no ambiente construído, que é a atração principal, seguido pela paisagem natural, que o complementa. No presente, essas cidades usam o turismo para atrair investimentos e oferecer lazer e recreação para os visitantes (ROBINSON, 1976 apud OLIVEIRA, 2003).

Em vista disso, o Centro Histórico encontrou-se fortemente ligado à atividade turística, tendo seus espaços cada vez mais ocupados por projetos e ações de lazer e turismo, direcionados, principalmente para a consolidação da região enquanto território de atração turística, ao tempo que houve, progressivamente, significativo distanciamento da população local da gestão desses espaços.

No entanto, como reflete Velloso (1996), o turismo não deve ser mais importante que a articulação com sociedade nos processos de requalificação de áreas históricas e situa que algumas experiências de renovação e valorização dessas regiões históricas e conjuntos urbanos da década de 90, já continham esforços para uma maior inserção de números maiores de protagonistas que representassem os mais contraditórios interesses da sociedade.

O autor ainda coloca que, havendo ou não intervenções mais rigorosas dos poderes públicos, já era possível a superação de conflitos comuns que sempre permearam esse processo de requalificação e já se notava uma concretização de parcerias entre as esferas governamentais, o trade e setores da sociedade civil (VELLOSO, 1996).

Sendo assim, o entendimento dos moradores locais, principalmente aqueles que estão próximos dos espaços públicos do Centro Histórico, de que o gerenciamento desses espaços

dialoga com seus processos cotidianos, facilita a inserção desses agentes na gestão dos espaços da cidade e na preservação dos sítios históricos.

A participação da comunidade é imprescindível e essencial. Contudo é quase sempre esquecida. Em São Luís, por exemplo, para o bem, e, para o mal também, a população carente do centro histórico conservou prédios, ruas, sobrados, montando e gerenciando cortiços, pensões, bordéis, dormitórios etc. O abandono dos prédios pelos herdeiros da antiga burguesia comercial maranhense resultou num processo de ocupação popular do sítio histórico. O surpreendente nesse caso é que o sítio histórico não "morreu", continuou vivo nessas ações heterodoxas de preservação efetuadas pela população que se apossou destes prédios. Cabe avaliar essas ações "preservacionistas" da população e ouvir o que elas pensam sobre o processo de patrimonialização que atualmente está se dando na área (CORRÊA, 2003, p. 135).

As iniciativas de requalificação dos espaços da cidade para a implementação de atividades de lazer e turismo não podem deixar de considerar a "complexidade da verdade" do cenário urbano, tentando excluir as comunidades locais desse processo e preocupando-se apenas em construir imagens favoráveis para funcionalizar a estrutura da cidade (TUAN, 2012).

Logo, é necessário que se formule políticas públicas com intuito de buscar uma integração do Centro Histórico com os demais espaços da cidade, pois assim este deixa de ser encarado como um grande museu de visitação turística e torna-se um ambiente propício para a implementação de projetos culturais, de lazer, comércio e habitação. Além disso, por meio de medidas que tencionem a promoção dos espaços urbanos do Centro Histórico primeiramente para os cidadãos, se alcançará maior eficácia na sua integração com o cotidiano local (SILVA, 2009).

Ademais, como afirma Xavier (2007), os residentes locais esperam que essas atividades de lazer e turismo forneçam oportunidades para melhorar seu sustento e a qualidade de vida da comunidade receptora, e isto é possibilitado apenas com a utilização dos valores locais, do saber-fazer, sentimentos e das relações com o ambiente e com a cultura local.

## **6 PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM PROJETOS DE LAZER E TURISMO EM ESPAÇOS PÚBLICOS DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS - MA**

Na existência de iniciativas que percebam a heterogeneidade e complexidade social que uma cidade apresenta, são deixados para trás as dimensões de um planejamento centralizado, pois começa-se a pensar os espaços da cidade como algo diverso e, portanto, necessária a implementação de políticas que compreendam essa diversidade. Daí a necessidade de promover mecanismos participativos nos projetos que ocupam os espaços do Centro Histórico de São Luís – MA.

Embora se tenha feito, desde as primeiras proposições de requalificação, muitos esforços para a recuperar a usabilidade dos espaços públicos do Centro Histórico, a região ainda encontra muitos entraves na consolidação de um conjunto de políticas públicas que fomentem a preservação do acervo arquitetônico, aliadas à intervenções urbanísticas participativas que garantam a utilização efetiva e adequada da área.

O que se observa no cenário do Centro Histórico é um emaranhado de atividades articuladas, complementares ou distintas, que formam um ambiente diverso e ocupado de formas tão diversas quanto. Também pode-se observar muitas nuances de vazios urbanos, falta de dinâmica social e abandono do patrimônio material e arquitetônico.

Dentre as inúmeras faces assumidas pelo Centro Histórico de São Luís (residencial, comercial, misto, “abandonado”), o panorama do “bairro” da Praia Grande tem ocupação parcial dos prédios, com predomínio de vazios urbanos e o escasso movimento de pessoas nas ruas aos domingos e feriados, embora haja o crescimento da oferta de serviços turísticos, impulsionada pela intervenção do poder público com implementação do programa de revitalização que objetivou mudar a função desse espaço urbano (SILVA, 2010, p. 83).

No entanto, mesmo com a predominância de vazios urbanos e falta de usabilidade de muitos espaços públicos do Centro Histórico, alguns desses espaços ainda conseguem captar atividades de interesse social e turístico, que por sua vez, ajudam a mantê-los preservados e providos de movimentos e dinâmicas de socialização.

Dentre estes, estão os espaços selecionados para a pesquisa, que representam sítios urbanos do Centro Histórico que contém relevante simbolismo cultural e significativa presença de turistas e moradores locais. Movimentação potencializada pela realização de projetos de caráter cultural e artístico.

A Casa do Tambor de Crioula é um Centro de Referência da manifestação da cultura popular maranhense Tambor de Crioula. A Casa é um espaço para fortalecimento do processo

de salvaguarda da manifestação. Tem caráter museológico, antropológico e sociológico, bem como de um centro de pesquisa, memória e documentação da história dos afrodescendentes, além de ser um local de difusão da manifestação (MARANHÃO, 2019a).

O espaço cultural de multiuso é destinado a exposição permanente, apresentações /vivências, mas também para atividades de ensino e formação – oficinas de saberes tradicionais como ritmo/dança, confecção de indumentárias e de tambores, artesanato e demais inúmeras formas de produção e reprodução material e imaterial sobre a manifestação (MARANHÃO, 2019a).

**Figura 8:** Casa do Tambor de Crioula



Fonte: SECMA (2019)

Outro espaço é o Largo do Palácio, onde fica localizado o Palácio dos Leões, atual sede do Governo do Estado do Maranhão e este “apresenta em sua ala social os salões nobres, espaço aberto à visitação pública, com exposição de obras do século XVII ao XX, entre elas, mobiliário, telas, porcelanas, esculturas, pratarias e gravuras (MARANHÃO, 2017, p. 18).

O palácio dos Leões, mais do que simples testemunho da grandeza e da opulência do passado, se constitui num monumento histórico do Maranhão, lugar de origem da cidade, guarda a herança cultural de diversos povos, lugar de memória, portanto, parte indissociável de um imenso patrimônio – Patrimônio Cultural da Humanidade (RODRIGUES; OSSWALD, 2018, p. 167)

Com três mil metros quadrados de área construída, esculpido com o primor da arquitetura neoclássica e localizado em frente à Baía de São Marcos, ficou conhecido como Palácio dos Leões (Forte de São Felipe) devido aos leões de bronze que guardam suas

entradas. Erguido sobre o que um dia foi o Forte de São Luís, ganhou forma de palácio em 1776, quando o Governador Joaquim de Mello e Povoas remodelou a construção com materiais aproveitados da extinta casa dos jesuítas em Alcântara. Completamente restaurado, também possui tesouros artísticos e relíquias guardadas em seu interior (IBGE, 2019).

**Figura 9:** Largo e Palácio dos Leões



Fonte: SECMA (2019)

Devido a sua localização privilegiada, o Palácio dos Leões se configura como um dos pontos mais visitados pelos turistas e pelos moradores locais, onde estes podem observar as vazantes da maré e apreciar o pôr do sol da Baía de São Marcos.

O Complexo Deodoro detém as praças com maior grau de utilização da cidade, a Praça Deodoro e a Praça do Pantheon, por onde circula todos os dias a maior número de pessoas que se encontra no centro da capital. Um espaço que é cenário para diversas manifestações populares relacionadas à história de São Luís (BORGES, 2005).

O Complexo Deodoro, considerada como um conjunto de espaços públicos interligados, é um espaço privilegiado por sua localização na área central do Centro Histórico da cidade de São Luís – MA, o que reforça sua característica como referência para o centro da cidade; por sua área, cerca de 1,78 hectares; por sua cobertura vegetal, um espaço dentro da estrutura da cidade colonial, que apresenta grande quantidade de oitzeiros centenários e por sua história, rica trajetória histórica, tendo sua origem no final dos anos de 1700 (BORGES, 2005, p. 105)

No começo do ano de 2019, o Complexo Deodoro foi entregue após um período de revitalização, desta forma, considerado como espaço historicamente importante para a cidade,



a área tem se transformado em um novo local de lazer para moradores e turistas que visitam São Luís (PREFEITURA DE SÃO LUÍS, 2019).

O espaço que recebe o Sarau Histórico, bem como outras atividades organizadas pelo Poder Público e pela comunidade, além de situar-se na região onde funciona o principal ponto de comércio da cidade, também faz parte da área registrada como patrimônio histórico estadual, guardando significativa representatividade para a história maranhense.

**Figura 10:** Complexo Deodoro



Fonte: Mirante (2019)

Os espaços públicos do Centro Histórico de São Luís representam fortemente o legado histórico e cultural da cidade, pois guardam nas dimensões espaciais de seus monumentos elementos que fizeram a capital ser reconhecida como símbolo histórico do Brasil. Desta forma, pode-se dizer que, assim como a Torre Eiffel expressa Paris por metonímia (BARTHES, 1964), esses espaços expressam São Luís do Maranhão.

Assim, esses espaços públicos precisam ser compreendidos, prioritariamente, como espaços sociais e que suas transformações são influenciadas pelas necessidades dos indivíduos ao longo de suas histórias (ROSSI, 1995).

Essas necessidades dos residentes locais, de acordo com Tomelin et al. (2012), são armazenadas por toda estrutura física da cidade e resulta na permanência de fragmentos de diversas paisagens que foram vivenciadas pela sociedade em distintos momentos históricos.

Por isso, dotados de importante valor histórico e cultural, esses espaços cooptam múltiplas atividades, sendo constantemente ocupados por políticas e projetos promovidos pelo Poder Público. Estes, por sua vez, incorporam ainda mais representatividade espacial a estes

territórios, facilitando, por exemplo, a integração de ações culturais e de lazer que são consumidas, paralelamente, por moradores e turistas.

Desde a estadia do arquiteto John Ulric Gisiger<sup>3</sup> ao Centro Histórico de São Luís, embora calcada em intentos preservacionistas, ele já apontava que a recuperação e ampliação das atividades comerciais e *culturais* representavam uma oportunidade para dinamizar o turismo (GISIGER, 1978, grifo nosso).

Os projetos de caráter cultural contribuem para a requalificação de espaços vazios da cidade, com poucos ou sem nenhum tipo de uso turístico ou social. O Centro Histórico de São Luís – MA, devido ser um dos principais atrativos da cidade, recebe muitos programas e projetos, que dentro de um conjunto de interesses, buscam articular estratégias de promoção turística da cidade e a gestão dos espaços públicos da cidade.

Assim, para se fazer a análise da participação social na gestão de espaços públicos do Centro Histórico utilizou-se como objeto de estudo, de forma complementar, 03 (três) projetos de lazer e turismo direcionados para os espaços citados, os quais são coordenados diretamente pelo Poder Público.

A partir disso, buscou-se verificar, por meio de estudo documental e empírico, os mecanismos de inserção da comunidade local no planejamento, gestão e avaliação dos projetos Quarta do Tambor, Pôr do Sol no Palácio e Sarau Histórico. Cabe ressaltar que todos os projetos articulam atividades artísticas e culturais, que fazem referência à cultura maranhense e buscam alcançar processos de ocupação desses espaços públicos.

A análise aqui empreendida fundamenta-se, integralmente, no resultado de pesquisa documental e entrevistas com os gestores dos projetos selecionados, estes últimos representados por uma gestora informante da Secretaria de Cultura do Maranhão (SECMA), no que se refere aos projetos Quarta do Tambor e Pôr do Sol no Palácio e por uma gestora informante da Secretaria Municipal de Turismo (SETUR São Luís), no que se refere ao projeto Sarau Histórico.

Os projetos Quarta do Tambor e Pôr do Sol no Palácio surgiram a partir de um programa maior intitulado Mais Cultura e Turismo<sup>4</sup>, que foi iniciado em 2015 pelo Governo

---

<sup>3</sup>

Arquiteto americano contratado pela Secretaria de Planejamento do Estado para a realização de estudos voltados para a recuperação da área central de São Luís, culminando no documento “Renovação Urbana da Praia Grande, São Luís – MA”, onde havia um diagnóstico preliminar e algumas proposições sensatas e importantes sobre o Patrimônio Histórico e Patrimônio Imobiliário, Turismo e Urbanismo da Praia Grande (ANDRÈS, 2006).

<sup>4</sup>

O programa “Mais Cultura e Turismo” atua em diversas categorias de atividades, mas especificamente “música, teatro, atividades recreativas, ocupações dos espaços públicos, gastronomia, artesanato, interiorização

do Estado por meio da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo<sup>5</sup>. Posteriormente, esses projetos foram inseridos em uma agenda própria por meio de editais de ocupações. Com os editais foi possível intensificar a produção cultural local e trazer dinâmica para os centros culturais de São Luís, atraindo turistas e gerando renda (MARANHÃO, 2017, p. 15).

As atividades começaram a ser executados de forma independente ao Programa Mais Cultura e Turismo e se estender durante o ano todo. Após o desmembramento das Secretarias de Cultura e Turismo, os projetos Quarta do Tambor de Crioula e Pôr do Sol no Palácio ficaram sob coordenação da Secretária de Estado da Cultura (SECMA) e foram lançados editais de credenciamento distintos no final do primeiro semestre de 2019.

O Projeto Pôr do Sol no Palácio é realizado em um dos mais conhecidos cartões postais da ilha de São Luís, o Largo do Palácio dos Leões, localizado na Avenida Dom Pedro II, e consiste na utilização de música instrumental no final da tarde (MARANHÃO, 2017).

**Figura 11:** Projeto Pôr do Sol no Palácio



Fonte: Autor (2019)

No edital de credenciamento do ano de 2019, fica estipulado que a categoria de instrumental é toda produção musical composta por músicos, cujo o foco seja a interpretação e expressão musical, através de temas instrumentais e de improviso melódico, sem a presença

---

das atividades culturais, melhoria da infraestrutura nos pontos turísticos e edição de férias”. Criado em 2015, o programa promove eventos culturais em vários pontos de São Luís e outras cidades do Estado e busca possibilitar o acesso às diversas expressões artístico-culturais, além de buscar favorecer a vivência comunitária (MARANHÃO, 2017, p. 14)

<sup>5</sup> Em 2019, a Secretaria de Estado da Cultura e Turismo se dividiu em duas, transformando em Secretaria de Estado da Cultura (SECMA), localizada no bairro Ponta D’areia e a Secretaria de Estado do Turismo, localizada no Centro Histórico de São Luís.

de um interprete vocal, sendo realizada entre os meses julho e dezembro de 2019. Fica estabelecido que o ritmo musical preferencial seja o jazz e o choro (MARANHÃO, 2019b).

De acordo com a gestora informante da Unidade Gestora de Ação e Difusão Cultural da Secretaria de Cultura do Maranhão (SECMA), a ideia do Projeto Pôr do Sol no Palácio é proporcionar programações para além daquelas previstas no calendário cultural oficial.

[...] a partir da ocupação, a gente passa a proporcionar uma outra experiência, para além da contemplação da paisagem, a gente tem também a música, o som ambiente, com características de ser som, músicos, bandas, grupos instrumentais, que tem uma outra característica que se relaciona muito bem com o espaço físico, com os monumentos históricos ali presentes (**Gestora SECMA**, entrevista, 2019).

A gestora coloca que no espaço já existia um significativo fluxo de pessoas devido o lugar ser um ponto de constante visitação, além do atrativo paisagístico que pode ser observado a partir do Palácio do Leões. Assim, o projeto poder ser visto como um complemento a este potencial natural para o lazer e turismo.

O segundo projeto é o Projeto Quarta do Tambor de Crioula, que começou inicialmente a ser realizado na Praça da Faustina as quartas-feiras (MARANHÃO, 2017), porém, devido a inauguração da Casa do Tambor de Crioula, a realização do projeto foi remanejada para a frente da Casa do Tambor de Crioula, localizada na Rua da Estrela.

O projeto conta com duas categorias de atividades, as oficinas que contém atividades práticas e teóricas ligadas à dança, canto e percussão, que têm o objetivo de possibilitar contato e vivência coma temática dos saberes tradicionais da prática do Tambor de Crioula Maranhense. E também conta com a própria manifestação do Tambor de Crioula, as quais podem ser coletivos de manifestação inspirada na cultura africana, mas que seja genuinamente maranhense, ou seja, apresentar as características particulares identificadas no modo de fazer do Maranhão (MARANHÃO, 2019c).

Salienta-se que somente após o reconhecimento como Patrimônio Imaterial Cultural do Brasil, ao Tambor de Crioula do Maranhão foi atribuído o status de manifestação popular do Brasil, deixando de ser apresentado apenas nas casa de particulares em formato religioso e passando a ser realizado nas praças públicas em festas juninas e no carnaval, onde há grande circulação de turistas (PACHECO, 2014).

O edital de credenciamento de 2019, estabelece a realização da atividade entres os meses de setembro e dezembro, e possibilita que diversos grupos que trabalhem a manifestação de expressão matriz afro-brasileira ocupem o pátio interno da Casa do Tambor

de Crioula e da Rua da Estrela, envolvendo os expectadores com dança circular, canto e percussão de tambores.

**Figura 12:** Projeto Quarta do Tambor na Casa do Tambor de Crioula



Fonte: Autor (2019)

A gestora informante da Unidade Gestora de Ação e Difusão Cultural da Secretaria de Cultura do Maranhão (SECMA) pontua que logo após a inauguração da Casa do Tambor de Crioula, sentiu-se a necessidade de se promover a realização de manifestações para além da exposição. Isto porque as manifestações, aliadas às atividades complementares, possibilitariam que a população, visitantes e turistas conhecessem de fato como é que acontece o Tambor de Crioula.

Então, todas as quartas podem sentir um pouquinho do que é o tambor de crioula realizado no Maranhão, e agora, nessa edição do projeto, o edital foi finalizado agora [...] e a gente vai ter ao longo desses próximos meses, além dos grupos de tambor de crioula, oficinas. Então, esses grupos vão se apresentar e vão ministrar oficinas de dança, de percussão, de canto, ligadas a manifestação do tambor de crioula (Gestora SECMA, entrevista, 2019).

Já o Sarau Histórico é um projeto coordenado pelo Poder Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Turismo. O projeto faz parte do Programa Reviva<sup>6</sup> e consiste em uma

<sup>6</sup>

O Reviva é um programa criado pela Prefeitura de São Luís, por meio da Secretaria Municipal de Turismo (Setur), que acontece de julho a dezembro, com o objetivo de dar vida ao Centro Histórico. Fazem parte dele o Sarau Histórico, o Passeio Serenata e o Roteiro Reggae, todos trabalhando em conjunto para contar a história de São Luís ao público (SETUR, 2019).

mistura cultural de literatura, teatro, música e história, direcionado para a comunidade local, visitantes e turistas (SETUR, 2019).

**Figura 13:** Realização do Sarau Histórico no Complexo Deodoro



Fonte: Autor (2019)

De acordo com a gestora informante da Secretaria Municipal de Turismo, o Sarau Histórico foi iniciado em 2016, idealizado pela Secretária Municipal de Turismo, Socorro Araújo, e durante a execução do projeto, atores são caracterizados com roupas de época e fazem uma digressão poética do passado áureo da cidade.

A gestora pontua que a atividade começou a ser realizada na Praça Benedito Leite e tem o objetivo de transmitir uma sensação de nostalgia aos expectadores, ao mesmo tempo que fomenta a aprendizagem da história de São Luís.

A ideia era fazer com que a cidade, a comunidade conhecesse os personagens da nossa história, [...] mas através da poesia. Então a gente foi buscar os principais poetas. O sarau é para contar a história de São Luís através da poesia dos poetas em um local permanente. O melhor local que a gente identificou foi a Praça Benedito Leite, que é uma praça que não tinha muita utilidade. A praça na época tinha sido reformada, ela estava toda arborizada e agente decidiu começar os trabalhos por lá (Gestora SETUR São Luís, entrevista, 2019).

O Sarau caracteriza-se como uma tematização da história e cultura local com o intuito de beneficiar o turismo e lazer local. De acordo com Valls (2006, p. 32), a tematização baseia-se na recriação de espaços e sensações a partir de contribuições intensivas referentes a outros âmbitos, lugares ou épocas. Os componentes mais efetivos “são a recriação e a animação de

personagens, de espaços naturais e monumentos, de elementos da cultura tradicional, de arte, de gastronomia etc., que se entrecruzam para provocar as experiências”.

Essas experiências contribuem, significativamente, para construção das percepções que os moradores e visitantes adquirem da cidade, aproximando-os da vontade coletiva de participar do planejamento e gestão das políticas direcionadas para esses espaços, para, assim, cobrar os elementos democratizantes necessários para a descentralização da gestão dos espaços públicos do Centro Histórico de São Luís.

Na revista *Cultura e Turismo*, lançada em 2017 pelo Governo do Estado em parceria com a Secretaria de Turismo e Cultura, o poder público comenta algumas revitalizações de espaços públicos do Centro Histórico de São Luís e pontua a importância da democratização desses espaços para o fortalecimento da cidadania, sem deixar de enaltecer a importância turística dessas intervenções.

No centro histórico de São Luís, ponto de encontro de turistas e moradores da cidade, e onde acontece grandes eventos culturais, foram revitalizadas as praças Nauro Machado, da Faustina e Valdelino Cécio. Foram recuperadas, ainda, a escadaria do Beco Catarina Mina, as barraquinhas de artesanato, o piso da Rua da Alfandega e os monumentos históricos Pedra da Memória, o Coreto da Beira-Mar e a Pirâmide de Manuel Beckman. Todas com forte apelo turístico e social, já que a redemocratização desses espaços públicos contribui para o fortalecimento da cidadania e a recepção de visitantes (MARANHÃO, 2017, p. 32).

No entanto, será discutível essa intenção de democratização, uma vez que, em termos de planejamento e gestão desses espaços, os moradores locais não forem inseridos como parte do conjunto de agentes responsáveis por esses processos de pensar e organizar a cidade e os projetos que dela se apropriam. Isto porque, entende-se que a democratização não se refere apenas às ações que visem facilitar o acesso dos cidadãos às intervenções no espaço público, mas também compreende mecanismos existentes para absorver essas camadas da população como parte do corpo técnico que irar gerir essas intervenções, mesmo que seja como consultores.

Para isso, consoante aos objetivos da pesquisa, faremos a análise dos processos de planejamento e gestão dos projetos sob duas perspectivas diferentes, a perspectiva do Poder Público e a perspectiva dos moradores locais. Cabe ressaltar que a intenção não é a polarização, mas o estabelecimento, dialético, de uma articulação entre as duas percepções sobre os projetos, buscando, assim, evidenciar os desencontros e as integrações existentes para um gerenciamento mais articulado com as demandas sociais vigentes.

## 6.1 Análise da participação social nos projetos de lazer e turismo do Centro Histórico de São Luís na perspectiva do Poder Público

A análise dos movimentos de inserção da participação social no planejamento e gestão dos projetos realizados nos espaços públicos do Centro Histórico, na perspectiva do Poder Público, será feita por meio dos dados obtidos nas entrevistas concedidas pelas gestoras informantes da SECMA e SETUR São Luís. Os projetos Quarta do Tambor e Pôr do Sol no Palácio, terão suas análises feitas com base nos apontamentos feitos pela gestora informante da Unidade Gestora de Ação e Difusão Cultural da Secretaria de Cultura do Maranhão (SECMA) e do Projeto Sarau Histórico, nos mesmos moldes, pela gestora informante da Secretaria Municipal de Turismo (SETUR São Luís).

Assim, o tratamento dos dados obtidos na coleta de dados será feito de forma integrada e complementar, tendo em vista que se busca a noção geral dos mecanismos para a participação social presentes neste conjunto de projetos direcionados para os espaços do Centro Histórico de São Luís do Maranhão.

Tanto a gestora dos projetos estaduais como a gestora do projeto municipal consideram que estes são direcionados para turistas e para a população local, encaixando-os em categoria de projetos de turismo e lazer. Evidenciam a importância de se estabelecer uma articulação entre os intuitos de fortalecimento das atrações turísticas locais e a função social que estes projetos adquirem para os moradores locais. De acordo com Beni (2000), essa articulação é uma das responsabilidades do governo, ele precisa garantir a aceitação completa do tipo de turismo desenvolvido, bem como garantir que os benefícios dele extraídos não sejam obtidos em detrimento das necessidades sociais e culturais.

Como a secretaria tem esse papel de fomentar a cultura, não só para o turismo, mas também para a população maranhense, o intuito não é só o turismo [...], mas a população maranhense também é contemplada, também é objetivada, tanto na concepção, quanto na execução dos projetos (**Gestora SECMA**, entrevista, 2019).

A gestora do Projeto Sarau Histórico ressalta, ainda, que somado a importância da presença dos moradores locais nos projetos, existe o potencial que estes indivíduos têm para o aumento da presença de turistas, uma vez que, muitas pessoas que visitam a cidade se hospedam na casa de amigos e familiares, que por sua vez, induzem estes turistas a participarem dos projetos, garantindo, assim, um maior público.



A gente sabe que aqui em São Luís, as pesquisas mostram isso, muita gente se hospeda em casa de parente e família. Então aquela comunidade que já veio e que já participou do projeto faz questão de trazer os visitantes que estão hospedados em suas casas para conhecer os projetos da Secretaria (**Gestora SETUR São Luís**, entrevista, 2019).

Esse movimento enuncia alternativas para a absorção dos moradores como multiplicadores dos projetos, entretanto não se configura como uma gestão partilhada com o Estado, na qual, de acordo com Costa (2016), as políticas rompem as fronteiras estatais e envolvem um conjunto diversificado de sujeitos.

Dessa maneira, embora estes estejam atuando como agentes de atração de turistas que fazem parte dos seus ciclos de referência social, uma integração, mais formal e profunda, desses moradores ao planejamento e gestão possibilitaria uma maior aproximação dos moradores locais com os projetos de lazer e turismo desenvolvidos pelo Poder Público.

Essa aproximação mais genuína ocorreria caso houvesse essa instrumentalidade da co-gestão, criando, assim, um sistema democrático que permitiria que os moradores locais intervissem na própria realidade, respondendo, ao mesmo tempo, como agente políticos e produtores/consumidores (RAMOS; BARBOSA, 2002).

Uma das primeiras iniciativas necessárias para a integração da comunidade local à gestão dos projetos é o desenvolvimento de mecanismos informativos que, por diversos meios de comunicação, ajudem a tornarem conhecidas as atividades realizadas nos espaços do Centro Histórico de São Luís – MA. Dowbor (2004, p. 153), já ressaltava que “para que uma sociedade funcione, é preciso que seja bem-informada. Não é condição suficiente, mas seguramente necessária”.

De acordo com as gestoras, a divulgação dos projetos é feita principalmente por meio de redes sociais, acrescida de canais como Rádio, Jornal e TV. Em relação a divulgação especificamente do Sarau Histórico, a gestora municipal também pontua a importância da propaganda “boca a boca”, aquela feita por meio de conversas entre os moradores da cidade.

Todavia, embora a divulgação seja potencializada por estes canais complementares, as redes sociais dominam a forma de difusão dos projetos desenvolvidos nos espaços do Centro Histórico, tanto os que fazem parte da gestão estadual, quanto os projetos municipais.

Hoje, a gente tem uma rede social que tem ganhado força, que é o instagram. Já tem o twitter. Então, tem se tornado o principal veículo hoje. A gente tem site também, onde a gente divulga. Não só o site da secretaria, mas o site do governo do estado. E outras contas das redes sociais também divulgam nossas agendas (**Gestora SECMA**, entrevista, 2019).

O avanço da tecnologia e dos espaços virtuais tem se tornado um importante aliado na gestão de projetos pelo Poder Público, uma vez que este adquire um maior alcance na propagação de suas ações, além de contar, em muitos casos, com a participação da população local como suporte para a divulgação de suas atividades, visto que, estas pessoas utilizam suas redes sociais pessoais para impulsionar os projetos do Poder Público.

Castells (1999), salienta que a internet pode trazer contribuições para a expansão dos vínculos sociais em uma sociedade que apresente algum tipo de ruptura cívica e individualização de seus processos. O autor coloca que a comunicação on-line permite discussões mais desenvoltas, assim, a internet favorece a expansão e intensidade de relações fracas entre as pessoas para gerar uma camada de interação fundamental.

No entanto, embora muitas pessoas façam esse tipo de divulgação informal dos projetos do Poder Público, para que exista uma consolidação da percepção sobre a importância das atividades e interesse da população em contribuir, esta precisa se reconhecer enquanto parte do processo, ou seja, membro pertencente do grupo interessado diretamente na realização desses projetos. Ferrara (1993), ressalta a importância da comunidade em perceber a cidade e suas representações, visto que, nessa perspectiva se reconhecerão nos processos da cidade e exercitarão a sua cidadania.

Em outra variável, questionadas sobre os princípios que são priorizados nas concepções dos projetos, a participação da comunidade aparece em todos os projetos como uma das principais prioridades. Este divide espaço com outros princípios como a Aprendizagem de conhecimentos sobre a cidade, Entretenimento, Estética e Escapismo, os quais são verticalmente priorizados, como pode ser observado no Quadro 6:

**Quadro 6:** Princípios priorizados na concepção dos projetos

QUARTA DO TAMBOR		PÔR DO SOL NO PALÁCIO		SARAU HISTÓRICO	
Ordem	Princípios	Ordem	Princípios	Ordem	Princípios
1º	Participação da comunidade	1º	Participação da comunidade	1º	Aprendizagem de conhecimentos sobre a cidade

2º	Aprendizagem de conhecimentos sobre a cidade	2º	Aprendizagem de conhecimentos sobre a cidade	2º	Participação da comunidade
3º	Entretenimento	3º	Entretenimento	3º	Estética
4º	Escapismo	4º	Estética	4º	Entretenimento
5º	Estética	5º	Escapismo	5º	Escapismo

Fonte: Autor (2019)

Com isso, nota-se que o Poder Público compreende a importância do processo de transformação das atividades desenvolvidas nos espaços públicos do Centro Histórico em ação de interesse social, optando pela tentativa da aplicação de uma função social em seus projetos. De acordo com Pinto (2003), esta função social poderá ser cumprida apenas se o patrimônio, seus espaços e seus recursos naturais e culturais forem aproveitados e utilizados de forma racional para o bem-estar social e fundamentado no interesse coletivo.

A instrumentalização da participação da comunidade pressupõe uma relação entre atores e o Estado, onde a comunidade utiliza determinados recursos disponíveis nos espaços públicos, com o intuito de suprir seus interesses, valores e aspirações (TEXEIRA, 2002). Isto se torna importante, uma vez que, caso a comunidade não seja incluída nos projetos de lazer e turismo, conseqüentemente, esta não compreenderá a razão para a realização das atividades, o que pode gerar conflitos e disfunções a curto ou a longo prazo (VALLS, 2006).

Nesse contexto, a participação social adquire um papel essencial no processo de atração dos moradores locais para o planejamento e gestão das questões sociais, onde, participando de forma ativa dos projetos e intervenções promovidas pelo Poder Público nos espaços do Centro Histórico, estes ocupem, por meio de um processo da expansão da democracia, lugares de agentes de transformação da sua realidade por meio do exercício constante da sua cidadania.

O próprio viver na cidade é sinalizador de que o espaço é dotado de uma variabilidade de práticas sociais e usanças, expressivas da dimensão criativa e relacional de apropriação do espaço citadino feita por moradores ou visitantes. [...] A cidade emerge como “sujeito político” supondo a vigência de atores capazes de intervir e definir práticas coletivas com base em decisões partilhadas de forma democrática (BARREIRA, 2012, p. 219).

De acordo com Bobbio (2007), essa ampliação da democracia acontece quando existem procedimentos que possibilitam a participação de todos os atores sociais interessados em deliberações coletivas na esfera pública. Sendo assim, com o objetivo de alcançar esse nível democrático, caberia o incremento da participação da comunidade desde as primeiras etapas de concepção e planejamento dos projetos.

De acordo com a gestora do SECMA, o processo de concepção dos projetos Quarta do Tambor e Pôr do Sol no Palácio foi feito pela gestão do Secretário Diego Galdino, que deixou a SECMA em 2019 para assumir a Secretaria de Governo do Estado, e da sua então Secretária Adjunta Vanessa Leite. Atualmente, a gestão dos projetos fica a cargo da Unidade Gestora de Ação e Difusão Cultural. Salienta que esta gestão é feita em conjunto com diversos departamentos da SECMA.

Participam (diversos departamentos da SECMA) desde a concepção, que foi o planejamento feito pela secretária adjunta com o UGADC junto ao secretário, como credenciamento, que é o setor que recebe as inscrições, que faz todo o processo de [...] habilitar, credenciar e selecionar os grupos. [...] Até o financeiro, que faz pagamento. O protocolo, que recebe as inscrições. São muitos setores (**Gestora SECMA**, entrevista, 2019).

A gestora coloca que durante a concepção e planejamento do projeto não houve integração com o setor privado, havendo apenas uma parceria com o Conselho Estadual de Cultura, que participa do planejamento dos projetos de forma consultiva, ou seja, de acordo com Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), esse tipo de participação não tem poder de decisão vinculante sobre as políticas tratadas, apenas de consulta (IPEA, 2010).

Novamente percebe-se uma fragilidade na concepção democrática adotada, uma vez que, a democracia representativa não abrange todas as dimensões necessárias para o processo participativo efetivo. Souza (2004, p. 12), ressalta que os sujeitos sociais que desejam a descentralização da gestão da cidade, “como protagonistas da produção do espaço urbano, devem e precisam ter muito a dizer sobre soluções e propostas, e não apenas como críticos daquilo que lhes agrada, mas como autores de estratégias e planejamentos alternativos”.

Já o Sarau Histórico, no que concerne a sua concepção, embora seja gerenciado na sua maioria pela Secretaria Municipal de Turismo, apresenta uma colaboração com o Instituto Federal do Maranhão (IFMA), isto porque, logo que o projeto foi criado os recursos eram poucos e, devido a isso, a Secretaria buscou parceria com a instituição de ensino.

[...] os alunos do IFMA que foram os intérpretes. A Secretaria contratou um costureiro. O Enoque Silva desenhou os figurinos e a gente mandou fazer as roupas de época. Então teve todo um trabalho de pesquisa e ele fez aquelas roupas de época, os guarda chuvas, as cartolas. A gente fez o ensaio com os alunos do IFMA [...] A gente fazia uma pequena seleção, depois a capacitação, treinamentos e ensaios. A gente fazia tudo junto, as vezes íamos para lá e ensaiava os meninos. As vezes eles vinham para cá ensaiar. As vezes íamos para o local de apresentação, a própria Praça (**Gestora SETUR São Luís**, entrevista, 2019).

A inclusão dos estudantes do Instituto Federal do Maranhão, portanto, não se configura como um movimento concreto de participação social, havendo uma minimização do potencial e protagonismo da participação social no planejamento (SOUZA, 2004), uma vez que se estabeleceu de forma cooperativa apenas na realização do projeto, sem muita autonomia na tomada de decisão dos estudantes e da instituição de ensino.

Já durante a realização, propriamente dita, dos projetos estaduais, o Poder Público ocupa-se de todas as dimensões da gestão dos projetos, estando a comunidade local presente somente como espectadora ou como manifestante das intervenções culturais realizadas nos espaços supracitados.

Quem executa é UGADC (Unidade Gestora de Ação e Difusão Cultural), que organiza, chama o fornecedor, acompanha a montagem, chama os grupos, convoca os grupos, liga, acompanha a execução como um todo, a parte de segurança, a parte de estrutura, a parte de programação, a gente que organiza [...]. Temos parceria com a SMTT, Blitz urbana [...] e a polícia militar, através da BPTUR, que é o batalhão da polícia de turismo lá do Centro Histórico (**Gestora SECMA**, entrevista, 2019).

O mesmo acontece com o projeto municipal, o Poder Público, representado pela Secretaria Municipal de Turismo, executa todas as etapas necessárias para a realização do projeto em parceria com outros órgãos municipais.

A gente faz todo o planejamento e execução. [...] Quando eu falo Poder Público é a Prefeitura. Porque além da Secretaria de Turismo tem outros parceiros. [...] A SMTT que organiza o trânsito. A Blitz Urbana que organiza a questão dos ambulantes do comércio informal. A Secretaria de Segurança Municipal que colocam os grupos policiais para dá a segurança (**Gestora SETUR São Luís**, entrevista, 2019).

Isto reforça mais uma vez a dificuldade, ainda encontrada, na articulação do Poder Público com a comunidade local para a democratização do planejamento e gestão dos projetos de lazer e turismo que ocupam os espaços do Centro Histórico de São Luís. De acordo com Souza e Tricárico (2016, p. 200), esses projetos de lazer e turismo não deveria envolver apenas as secretarias do Poder Público, “mas igualmente todos os atores que direta e indiretamente interferem na percepção da imagem deste destino”.

De acordo com a gestora da SETUR São Luís, a instituição ocupa-se de todos os processos burocráticos e de aperfeiçoamento do Projeto Sarau Histórico desde a sua criação, tendo como preocupação central a satisfação dos espectadores, sejam eles turistas ou moradores locais.

No começo não tínhamos orçamento para isso, a gente trabalhava com o pouco que a Secretaria tem e não tínhamos condições de pagar o profissional. Então íamos pegando os alunos, pessoas que tinha habilidades artísticas. Com a ampliação a gente foi fazendo parcerias com o Poder Público para contratação de serviços teatrais e musicais. Aí o Sarau foi crescendo, foi ganhando notoriedade e houve a necessidade de ir aperfeiçoando, o público vai ficando mais exigente. A questão do som. A gente começou a incluir os profissionais e houve um investimento maior (**Gestora SETUR São Luís**, entrevista, 2019).

O trabalho das secretarias, de fato, representa um notável compromisso com a difusão da cultura e história local, todavia, tendo em vista a centralização dos processos de planejamento e gestão dos projetos, utilizando a reflexão de Oliveira (2003, p. 79), “as decisões podem vir a serem tomadas, muitas vezes, por grupos de interesse, que acabam por se sobreporem aos interesses da comunidade.

Dessa maneira, os gestores deveriam encorajar “a participação da comunidade desde as primeiras fases do planejamento, de modo que os residentes possam ter expectativas realistas do futuro e participar de sua construção” (OLIVEIRA, 2003, p. 163).

No que se refere ao processo de avaliação dos projetos, em todos os casos, é feito inicialmente nos ambientes internos, tanto da Secretaria de Estado da Cultura, quanto na Secretaria Municipal de Turismo. Havendo também, de forma externa, ações avaliativas do Conselho Estadual de Cultura, que avalia o Projeto de Ocupações, do qual fazem parte os Projetos Quarta do Tambor e Pôr do Sol no Palácio; e da Equipe Técnica do Instituto Federal do Maranhão, no que tange as atividades do Sarau Histórico.

Internamente, a gente faz essa avaliação, a gente tem reuniões semanais, por exemplo, onde gente avalia o desenrolar do processo, propõe novas formas de organização, interno. E Conselho Estadual, através de suas reuniões, fóruns, também avaliam os projetos realizados pela Secretaria como um todo, aí entra o projeto ocupações (**Gestora SECMA**, entrevista, 2019).

As avaliações, geralmente, são feitas na semana seguinte coma equipe técnica. A gente faz a nossa interna. A gente vai avaliando por categorias (equipamento, artistas, profissionais). A gente chama a equipe técnica do IFMA pra verificar se houve alguma coisa que precisa melhorar. Mas primeiro a gente faz com o corpo técnico da Secretaria (**Gestora SETUR São Luís**, entrevista, 2019).

Observa-se, assim, no processo avaliativo, outra limitação na democratização da gestão das políticas de ocupação dos espaços do Centro Histórico, uma vez que, situado nos limites das instituições do Poder Público, a avaliação dos benefícios, impactos e/ou alterações causadas pelos projetos não contempla a grande massa da população. Isto dificulta a cooptação de percepções mais particulares dos moradores, como por exemplo, o uso da *sociologia dos bairros*<sup>7</sup>, que trata da análise das perspectivas gerais da cidade por meio do entendimento dos espaços microssociais (BARREIRA, 2012).

Desse modo, de acordo com Souza (2004, p. 34, grifo nosso), os *especialistas* que trabalham com planejamento deveriam trabalhar como consultores e assessores da sociedade civil, colocando seus conhecimentos a disposição para a melhor concretização das políticas públicas para o espaço da cidade, mas não decidindo sobre os rumos dessa política, uma vez que estes profissionais não podem “substituir a experiência, os sentimentos e as aspirações dos homens e das mulheres que vivem nos lugares e são usuários dos espaços que serão, eventualmente, objeto de alguma intervenção”.

A maior abertura, para além da função consultiva dada ao Conselho Estadual de Cultura e ao Instituto Federal do Maranhão, possibilitaria a construção de uma governabilidade fundamentada na criação de novos espaços públicos, onde, por meio de uma relação mais direta com a sociedade civil, haveria uma combinação das forças sociais e políticas para a democratização do Estado como catalisador da vontade coletiva.

Um outro benefício proveniente da maior inclusão da comunidade local nos métodos avaliativos das políticas públicas urbanas seria o desenvolvimento de pesquisas de verificação e qualificação das atividades que ocupam os espaços públicos do Centro Histórico de São Luís – MA, essencialmente, no que tange as atividades turísticas, uma vez que, o campo dos estudos em turismo é bastante abrangente e carente em pesquisas que busquem analisá-lo não apenas como um fato gerador de renda, mas também um acontecimento que envolve diversos aspectos do existir humano (PANOSSO NETTO, 2005).

Segundo a Gestora da SECMA, os projetos da instituição detêm elementos democratizantes, uma que, de forma aberta, possibilita que todas as pessoas interessadas pleiteiem vagas para comporem as atividades dos projetos de ocupações desenvolvidos pelo Poder Público. Dessa forma, a Secretaria busca cumprir seu papel enquanto fomentadora de

---

<sup>7</sup>

O bairro, como lugar expressivo de práticas sociais, permite ultrapassar a lógica linear de certas generalizações, atentando para situações mais densas e contraditórias vivenciadas no cotidiano da cidade. Cotidiano permeado de ações insurgentes, rotinas e modos de apreender a cidade nem sempre cabíveis nos modelos convencionais de observação da realidade (BARREIRA, 2012, p. 199).

políticas públicas, possibilitando a aproximação dos fazedores de cultura, os mestres de cultura e outros.

[...] em termos de gestão, a gente consegue democratizar o projeto, porque a gente consegue trazer semanalmente grupos, que historicamente eram convidados a participar somente em alguns momentos pontuais do calendário cultural, e hoje eles têm uma participação maior. E, também, pelo fato de a gente abrir um processo democrático que é o processo de credenciamento de edital e seleção. Então, esses grupos têm a possibilidade de encaminhar projetos, encaminhar portfólio e serem selecionados para participar, não só um chamamento, não só um convite. Então, é um processo popular e democrático (**Gestora SECMA**, entrevista, 2018).

Além disso, de acordo com a Gestora Estadual, no que concerne à Cultura e ao Turismo, o Projeto Quarta do Tambor ajuda a difundir e promover o patrimônio imaterial do estado, além de incrementar as possibilidades de entretenimento nos espaços do Centro Histórico de São Luís.

[...] a gente promove, difunde uma manifestação que é patrimônio imaterial, e isso afeta também a questão turística, porque a gente também promove uma alternativa de programação às quartas-feiras no Centro Histórico. Então, tem todo um apelo turístico envolvido [...] a gente possibilita que grupos escolares, grupos de visitantes, grupos de turistas conheçam a manifestação (**Gestora SECMA**, entrevista, 2019).

O uso do patrimônio histórico e cultural como alternativas para turismo já é uma estratégia adotada por muitos gestores de cidade. Todavia, é essencial que se oriente a direção do consumo dos espaços e as representações culturais como atrativo turístico, visto que, de acordo com Ouriques (2005), em situações de mercantilização da paisagem, o turismo promove a venda da natureza, das construções históricas e das manifestações culturais.

Já o projeto Pôr do Sol no Palácio, segundo a Gestora, traz contribuições significativas para a valorização dos espaços públicos do Centro Histórico, agregando valor aos atrativos naturais da região, bem como a abertura de espaços para artistas desenvolverem sua arte e formação de plateia para a difusão cultural nesses locais.

Por ser um ponto turístico, a Praça Dom Pedro II, toda aquela região ali, que já é uma região que já tem um apelo turístico, já tem um fluxo natural, mas a gente incrementou a questão da experiência, [...] as pessoas podem, também, ter um fundo musical ali para compor o cenário, para compor o momento vivenciado [...] Traz um pouco da questão da música popular, da música erudita. Tem muito a ver com essa questão da difusão e da formação de plateia para gente, culturalmente falando (**Gestora SECMA**, entrevista, 2019).

Em relação ao Sarau Histórico, a gestora da SETUR São Luís, evidencia que uma vez que a função da Secretaria é atender a comunidade, os turistas e visitantes, esta tem



conseguindo cumprir seu papel, gerando credibilidade para os seus projetos diante da sociedade.

Então, como nosso (a Secretaria Municipal de Turismo) objetivo é atender a comunidade, os turistas e visitantes que chegam aqui, eu acredito que temos conseguido atingir o objetivo, porque a comunidade tem participado muito de todos os nossos projetos. [...] como gestora eu acredito que a gente tem conseguido ter visibilidade, credibilidade, porque a gente envolve outras Secretarias, parcerias da Secretaria de Obras, Secretaria de Transportes. É um projeto que já está conhecido dentro da Prefeitura. Todas as Secretarias se envolvem, não trabalhando, mas elas se envolvem participando. Muito bem avaliado. Tanto que serviu de inspiração para o Programa Reviva. O Programa Reviva foi gerado a partir dos nossos projetos (**Gestora SETUR São Luís**, entrevista, 2019).

Para a Gestora Municipal, o Projeto Sarau Histórico tem ajudando a disseminar a cultura e a história maranhense para os turistas e visitantes, mas principalmente para a comunidade local. Evidencia que as estratégias para se trabalhar o pertencimento nos moradores locais ajudam a transformar esses indivíduos em aliados na promoção do turismo na cidade.

A gente tem uma grande procura pela comunidade. A comunidade é o público maior. No mês de julho tem muito turista, mas a partir de setembro já diminui a quantidade de turista. Então a comunidade participa bastante e ela interage com os guias, querendo saber da história. A partir daí ela passa a se apropriar, conhecer a nossa história e dá valor na cultura. Então você não vai conseguir atingir o objetivo de ampliar a quantidade de turistas se você, como morador, não se sente pertencente daquele público, daquela comunidade. [...] E a partir do momento que você conhece, ver que a história é rica, você começa a admirar o seu patrimônio, [...] começa a perceber o quão é bonito os nossos prédios, nossos monumentos, nossas igrejas. [...] A gente como pessoa, como integrante da cidade passa a ser um multiplicador da sua cidade, do seu patrimônio, dos seus bens culturais (**Gestora SETUR São Luís**, entrevista, 2019).

Nessa perspectiva, a gestora compreende a importância do contato e cooptação da comunidade local para os projetos de lazer e turismo desenvolvidos. De acordo com Castro (2002), o turismo é uma estrutura de produção de capital, mas também precisa de interação social cultural para ser operacionalizada e otimizada. Isso evitaria, por exemplo, a adoção de atitudes hostis dos residentes com os turistas e visitantes que compartilham essas atividades realizadas nos espaços públicos do Centro Histórico.

Dessa maneira, percebe-se uma preocupação latente do Poder Público em fomentar a participação dos moradores locais na realização dos projetos que ocupam os espaços públicos, tendo estes, já citado anteriormente, como público alvo dos projetos desenvolvidos. No entanto, esta participação ainda se estabelece em uma dimensão limitada, contemplando apenas mecanismos de facilitação do acesso às intervenções urbanas promovidas pelo Poder

Público, não demonstrando, em nenhuma das fases, a participação ativa dos moradores locais enquanto promotores e gestores dessas atividades.

Ramos e Barbosa (2002), defendem a inversão deste processo, atribuindo à comunidade local um papel maior no processo de estruturação das políticas e deixando a cargo do Poder Público a função de coordenar as medidas aprovadas pela maioria da população.

É preciso garantir que por esse sistema os representantes sejam muitos mais encarregados da realização de tarefas do que de tomada de decisões, competindo-lhes, primeiro, preparar as grandes opções para que possam ser então submetidas à deliberação popular; segundo, supervisionar a implementação dessas deliberações; e terceiro, dedicar-se a assuntos recorrentes, a decisões de menor ordem, apenas acessórias às primeiras, que pela sua importância devem ser sancionadas por todos os “cidadãos” (RAMOS; BARBOSA, 2002, p. 131).

A participação por representação ou mecanismos frágeis de absorção da comunidade local, notadamente nas ações que ocupam os espaços da cidade, devido ao seu poder de alteração social, já não são suficientes para cumprir a integração da população. De acordo com Bava (2004, p. 107), o fundamental, no que tange a defesa da cidadania e da democracia, seriam novas articulações entre Poder Público e Sociedade Civil, nas quais o Estado exerça um papel de “regulador que controle a voracidade dos agentes do mercado e crie as condições para um maior protagonismo de atores coletivos da sociedade civil comprometidos com a construção da inclusão social”.

A cessão de um maior protagonismo dos moradores locais possibilitaria uma inclusão dos sujeitos sociais em uma dimensão de participação política, definida como um prática ético-política que se estrutura levando em consideração a comunidade em sua totalidade, a forma de organização social vigente e aspectos relacionados à hegemonia do poder de decisão nas questões sociais (NOGUEIRA, 2004). Se comparada com as outras dimensões de participação estipuladas no Quadro 03 do capítulo 03, esta seria, então, a dimensão mais democrática para a participação social na gestão dos espaços públicos do Centro Histórico de São Luís ocupados pelos projetos de lazer e turismo.

De encontro a isso, analisados os dados e as informações neles contidas, observa-se uma predominância de uma participação mais assistencialista, promovendo atividades que afastam, em vez de aproximar, os cidadãos do lugar de planejadores e gestores de sua própria realidade e da sua cidade, apresentando-se, mais uma vez, somente enquanto assistidos e beneficiários das políticas, projetos e ações realizadas pelo Poder Público. Entretanto, antes

que se tome isto como assertiva, cabe suscitar a verificação das percepções dos moradores locais sobre a participação social nos projetos aqui analisados.

## 6.2 Análise da participação social nos projetos de lazer e turismo do Centro Histórico de São Luís na perspectiva dos moradores locais

Para se fazer a análise da participação dos moradores locais nos projetos estudados, fez-se aplicação de questionários com espectadores dos projetos, onde estes foram questionados em relação à diversas variáveis, que ajudaram a estabelecer uma interpretação da forma como estes indivíduos são inseridos no processo de planejamento e gestão de projetos de turismo e lazer, os quais são direcionados para os espaços públicos do Centro Histórico de São Luís.

Como primeira estratégia para a compreensão da participação social no processo de planejamento e gestão dos projetos, deu-se ênfase na descrição etária, educacional, profissional e de localização dos moradores que estavam presentes durante a realização dos projetos. Estas informações estas descritas no Quadro 7.

**Quadro 7:** Descrição dos moradores abordados

Entrevistado	Idade	Escolaridade	Ocupação	Bairro
1º	45	Superior	Professor Universitário	Turu
2º	22	Superior	Estudante	Cidade Olímpica
3º	42	Superior	Autônoma	Filipinho
4º	27	Superior	Jornalista	Anil
5º	29	Superior	Bombeiro Militar	Cidade Operária
6º	29	Superior	Jornalista	Cohatrac
7º	35	Ensino Médio	Doméstica	Coroadinho
8º	20	Ensino Médio	Fiscal de Caixa	São Cristovão
9º	40	Superior	Mestre de Cerimônia	Lira
10º	32	Superior	Estudante	Madre Deus
11º	48	Superior	Psicanalista	Ponta D'areia
12º	34	Superior	Autônomo	Centro Histórico
13º	50	Ensino Médio	Autônomo	Centro Histórico
14º	35	Superior	Assessor Municipal	Anil
15º	26	Superior	Assistente Social	Maranhão Novo
16º	26	Superior	Professora de Yoga	Bequimão
17º	24	Ensino Médio	Autônoma	Liberdade
18º	53	Ensino	Técnica em	Apiadoro

		Médio/Técnico	Enfermagem	
19º	59	Superior	Estudante	Cohatrac
20º	29	Ensino Médio	Desempregado	Aurora
21º	25	Superior	Estudante	Retiro Natal
22º	24	Superior	Jornalista	Parque Vitória
23º	37	Ensino Médio	Gari	Turu
24º	55	Superior	Técnico em enfermagem	Coreia
25º	21	Ensino Médio	Estudante	Sá Viana
26º	30	Superior	Turismóloga	Liberdade
27º	35	Superior	Gestor de RH	Liberdade
28º	23	Superior	Estudante	Centro Histórico
29º	34	Ensino Médio	Vendedora	Sacavém
30º	18	Ensino Médio	Estudante	Sá Viana
31º	37	Superior	Técnica em Radiologia	Jardim América
32º	26	Superior	Estudante	Sacavém
33º	21	Superior	Estudante	Bequimão
34º	21	Superior	Estudante	Bequimão
35º	33	Superior	Auxiliar Administrativo	Cidade Operária
36º	30	Ensino Médio	Eletricista	Liberdade
37º	57	Ensino Médio	Func. Pública Estadual	Bequimão
38º	28	Superior	Estudante	Cohab
39º	23	Superior	Artesão	Anil
40º	26	Superior	Supervisora	Bequimão
41º	24	Superior	Estudante	Apicum
42º	36	Superior	Professora	João de Deus
43º	28	Superior	Arqueólogo	Ivar Saldanha
44º	26	Superior	Estudante	Cohab
45º	20	Superior	Estudante	Cohatrac
46º	27	Superior	Arquiteto	Bairro de Fátima
47º	54	Superior	Servidora	Madre Deus
48º	29	Superior	Bailarino	Maranhão Novo
49º	26	Superior	Turismóloga	Anil
50º	34	Superior	Professora de Dança	Aurora
51º	19	Superior	Estudante	Divineia
52º	24	Superior	Secretária	Ribeira
53º	38	Superior	Funcionário Público	Angelim
54º	39	Ensino Médio	Desempregada	São Cristovão
55º	26	Ensino Médio	Vendedor	Vila Luizão
56º	40	Superior	Professor	Oitero da Cruz
57º	40	Superior	Cantora	Vinhais
58º	24	Ensino Médio/Técnico	Estudante	Calhau
59º	29	Superior	Auxiliar Administrativo	Maracanã
60º	55	Superior	Designer	Parque Amazonas

61°	18	Ensino Médio	Estudante	Anjo da Guarda
62°	55	Ensino Médio	Instrutor de Auto-Escola	Bom Jesus
63°	23	Ensino Médio	Autônoma	Jaracaty
64°	26	Ensino Médio	Vendedor	Centro
65°	34	Superior	Auxiliar Administrativo	Coroadinho
66°	25	Ensino Médio	Telefonista	Anjo da Guarda
67°	51	Superior	Professora	Centro
68°	68	Ensino Fundamental	Aposentado	Planalto Anil
69°	30	Superior	Estudante	Centro
70°	37	Ensino Médio	Estudante	Pontal da Ilha
71°	47	Superior	Professor	Anil
72°	37	Ensino Médio	Auxiliar Administrativo	Lira
73°	49	Superior	Professora	Parque Amazonas
74°	46	Superior	Professora	Parque Amazonas
75°	52	Superior	Professora	Cohama
76°	49	Superior	Professora	São Francisco
77°	50	Superior	Func. Público	Recanto Vinhais
78°	28	Superior	Recepcionista	Anil
79°	28	Ensino Médio	Autônomo	Novo Angelim
80°	30	Superior	Advogado	Chácara Brasil
81°	23	Superior	Estudante	Cohama
82°	52	Ensino Médio	Vendedora	Anjo da Guarda
83°	21	Ensino Médio/ Técnico	Eletromecânico	Parque Jair
84°	37	Superior	Assistente Social	Forquilha
85°	21	Ensino Médio	Estudante	Parque Vitória
86°	65	Ensino Médio	Representante Comercial	Cidade Operária
87°	22	Ensino Médio	Estudante	Vila Embratel
88°	20	Superior	Estudante	Cohab
89°	43	Ensino Médio	Autônoma	Calhau
90°	23	Ensino Médio	Fun. Público	Recanto Vinhais
91°	24	Superior	Estudante	Bequimão
92°	20	Superior	Estudante	Turu
93°	45	Superior	Assistente Social	Centro
94°	19	Superior	Estudante	Vila Embratel
95°	33	Superior	Estudante	Madre Deus
96°	20	Superior	Estudante	São Raimundo
97°	20	Superior	Estudante	Areinha
98°	28	Superior	Func. Público	Turu

99°	18	Ensino Médio	Estudante	Vila Palmeira
-----	----	--------------	-----------	---------------

Fonte: Autor (2019)

A análise descritiva da situação socioambiental, quais sejam a faixa etária, escolaridade, ocupação e localização, permite observar o contexto da relação entre os moradores locais abordados e os espaços ocupados pelos projetos de lazer e turismo, uma vez que, de acordo com Lang (1987), a percepção do espaço está articulada com os estímulos que orientam o comportamento de cada indivíduo, onde a qualidade espacial e a atratividade de um espaço público é medido de acordo com as necessidades fisiológicas, sociológicas e psicológicas dos usuários que se deslocam para o uso e apropriação deste espaço (HAAS, 2000).

Os moradores que foram abordados durante a aplicação de questionários provêm de diversos bairros da cidade, incluindo bairros do próprio Centro Histórico. Estes situam-se em múltiplas ocupações, sendo em sua maioria estudantes. A faixa etária dos moradores abordados está compreendida, na sua maioria, entre a população mais jovem, com idade entre 18 e 30 anos, correspondendo a 55% dos moradores, seguida dos moradores com idade entre dos 31 e 50 anos, 32% e por fim dos moradores com idade superior a 51 anos, correspondendo a 12% do total de moradores abordados.

A presença significativa de residentes mais jovens durante a realização dos projetos pode representar o amadurecimento de processos de apropriação social dos espaços públicos, notadamente, devido as mudanças demográficas e exigências das novas gerações por espaços qualificados para atividades de lazer, exigindo, assim, cada vez mais iniciativas de requalificação urbana (FERNANDES, 2012).

Silva (2009), salienta que a faixa etária é um elemento importante no processo de apropriação dos espaços públicos, pois esta ressalta as representações e interesses presentes na apropriação dos espaços públicos, que podem em um primeiro momento se configurar enquanto escolha individual e em outro por semelhanças de comportamentos em faixas etárias específicas. Em ambos os casos, esta informação permite conceber o perfil de um novo agente social, que em virtude de uma nova percepção da gestão da cidade, busca se apropriar dos espaços de participação e democratização da cidade.

Observa-se que o equivalente a 67% dos moradores presentes nos projetos detém ensino superior, menos 31% possui ensino médio e 1% tem apenas o ensino fundamental. Essa presença significativa de residentes com formação superior enuncia uma maior

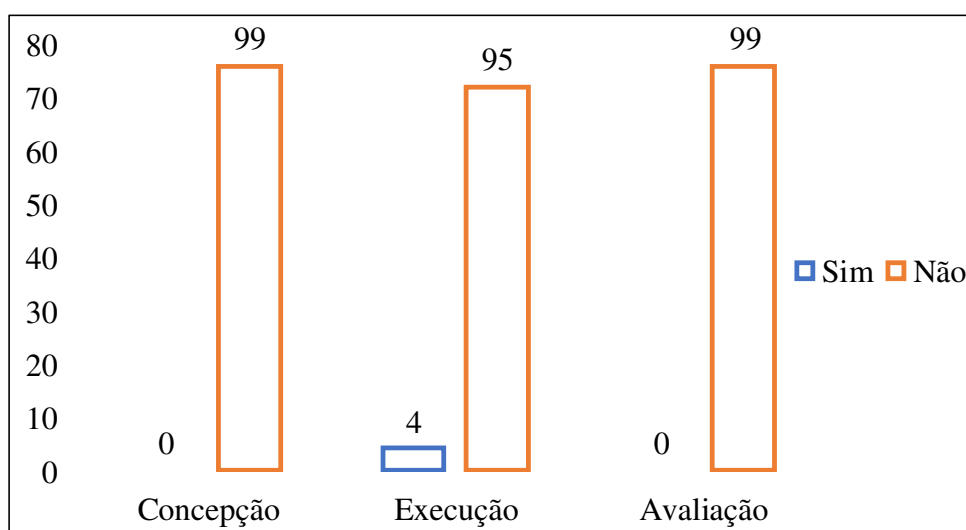
inclinação deste público para atividades de cunho cultural, o que aparece de forma mais amena entre os residentes com menor escolaridade.

De acordo com Marcellino (1983), considera-se que os indivíduos com maior acesso à educação possuem uma percepção mais flexível e ampla do espaço urbano, sendo menos suscetíveis ao comodismo cotidiano, logo, próximos de maiores possibilidades de práticas mais elaboradas de lazer ofertadas pelo Poder Público. A natureza social destes residentes locais que define seus padrões de consumo e hábitos de lazer, torna-se determinante na escolha dos espaços públicos (SILVA, 2009).

Contudo, a presença desses moradores nos espaços onde acontece os projetos, bem como a escolha por esse tipo de atividade não caracteriza a eficácia da participação social, sendo necessário aferir sobre a inserção destes indivíduos nas etapas que compreendem o planejamento e gestão dos projetos de lazer e turismo.

Questionados sobre a participação em algumas das etapas de construção e gestão dos projetos, quais sejam a concepção, execução ou avaliação, exposto no Gráfico 1, quase a totalidade dos moradores que responderam os questionários afirmaram que não fizeram parte de nenhuma das etapas de planejamento e gestão dos projetos, exceto como espectadores durante a sua realização nos espaços públicos do Centro Histórico de São Luís – MA.

**Gráfico 1:** Participação social em etapas de planejamento e gestão dos projetos



Fonte: Autor (2019)

Assim, verifica-se que as atividades necessárias para a realização dos projetos Quarta do Tambor, Pôr do Sol no Palácio e Sarau Histórico, desde o seu planejamento até a etapa de

avaliação, são desenvolvidas pelo Poder Público, seja na pessoa jurídica da Secretaria de Estado da Cultura ou da Secretaria Municipal do Turismo.

De acordo com Burnett (2008), no que diz respeito à essa atitude centralizadora no exercício do planejamento dos espaços da cidade, é necessária a invertida em processos mais participativos e democráticos, no qual estejam engajados todos os setores representativos da sociedade, para que se supere entraves para a construção de uma cidade sustentável. Essa cidade sustentável refere-se ao cumprimento da sustentabilidade nas diversas dimensões apontadas por Zanchetti (2002), quais sejam as dimensões econômica, política, social, ambiental e cultural, formando um conjunto multidimensional para a análise da sociedade.

Do universo de 99 (noventa e nove), 04 (quatro) pessoas afirmaram ter participado da gestão dos projetos, porém, cabe ressaltar que essas participações se concentraram na etapa de execução dos projetos, compreendendo atividades funcionais e operacionais, como estão descritas no Quadro 8.

**Quadro 8:** Atividades desenvolvidas por moradores participantes nas etapas indicadas

Entrevistado	Concepção	Execução	Avaliação
4º Entrevistado		Organização e estrutura do espaço (Som, cadeiras e suporte)	
17º Entrevistado		Integrante de manifestação de Tambor de Crioula	
22º Entrevistado		Fotojornalista e coleta de depoimentos para o SECMA	
41º Entrevistado		Estagiária da Casa do Tambor (Passa informações para os visitantes e participantes do projeto.	

Fonte: Autor (2019)

Desse modo, a efetivação da participação social ficou comprometida por ruídos de elementos dominantes e hierarquizantes, onde a atuação dos moradores durante a realização dos projetos limita-se apenas às funções de suporte e cooperação funcional.



Essa redução da dimensão da participação social acontece comumente no sistema democrático, de acordo com o contexto e interesses sociopolíticos presentes. A participação social seria, desta maneira, “um conceito em desenvolvimento e em disputa, estando em jogo sentidos e significados que ora são reduzidos ora são ampliados, servindo para justificar ou questionar a ordem social vigente”. (FREIRE, 2011, p. 19).

Entretanto, é fundamental que a sociedade civil se organize para ampliar seus espaços de atuação no que tange as questões urbanas. Souza (2004), salienta que, embora a sociedade civil seja extremamente heterogênea, provida de interesses, muitas vezes, diferentes e conflitantes, é indispensável que também participe efetiva e diretamente da construção de propostas, políticas públicas e projetos.

[...] a sociedade civil deve se organizar, de maneira autônomo e independente do Estado, para criar e realizar ações e projetos; estabelecer parcerias que fortalecem esse tipo de atividade; elaborar e propor ações, projetos e políticas públicas; fiscalizar e exigir do Estado o cumprimento das leis. (SOUZA, 2004, p. 71).

Por isso, a eficácia da participação social em sua dimensão mais ampla – a qual caracterizaria pela autonomia dos indivíduos para proposição e gestão de políticas públicas – só é alcançado caso haja mecanismos informativos e comunicativos mais potentes entre Sociedade Civil e Poder Público, bem como delegação de funções mais complexas aos moradores locais, estimulando suas capacidades criativas e permitindo a inclusão social. Este processo carece, mais do que compreender as necessidades dos residentes, valorizá-los enquanto indivíduos e cidadãos, desenvolver seu sentimento de pertencimento e promover a representação de seus interesses, com a finalidade de permitir o desenvolvimento de suas capacidades para participar dos processos de tomada de decisão (SOUZA, 2004).

Para se verificar a quantidade e o tipo de informação que os moradores locais possuem sobre os projetos, as informações dos projetos foram divididas em 08 (oito) categorias, referentes às dimensões de planejamento e gestão, quais sejam: a) Data; b) Local; c) Gestão; d) Atividades; e) Atividades Complementares; f) Investidura g) Manifestantes e h) Objetivos.

**Quadro 9:** Categorias de informações possuídas pelos moradores

<b>Entrevistado</b>	<b>Informações</b>
1º	Data – Local – Gestão – Manifestantes
2º	Não possui
3º	Não possui
4º	Investidura – Gestão
5º	Data – Local – Gestão
6º	Atividades – Atividades complementares – Objetivos

7º	Não possui
8º	Não possui
9º	Não possui
10º	Data e Local – Atividades – Objetivos
11º	Não possui
12º	Data – Local – Atividades – Objetivos
13º	Local
14º	Data – Atividades – Atividades Complementares
15º	Data – Local – Atividades
16º	Não possui
17º	Não possui
18º	Não possui
19º	Não possui
20º	Não possui
21º	Não Possui
22º	Gestão – Atividades – Objetivos
23º	Não Possui
24º	Não possui
25º	Objetivos
26º	Gestão – Objetivos
27º	Objetivos
28º	Não Possui
29º	Não Possui
30º	Não Possui
31º	Não Possui
32º	Não Possui
33º	Não Possui
34º	Não Possui
35º	Não Possui
36º	Não Possui
37º	Gestão – Objetivos
38º	Não Possui
39º	Objetivos
40º	Data – Local
41º	Data – Local – Gestão – Atividades – Atividades Complementares – Manifestantes – Objetivos
42º	Data – Local – Atividades – Objetivos
43º	Local – Atividades – Objetivos
44º	Não Possui
45º	Não Possui
46º	Não Possui
47º	Local – Atividades – Objetivos
48º	Não Possui
49º	Data – Local – Gestão – Atividades – Atividades Complementares – Manifestantes – Objetivos
50º	Não Possui
51º	Não Possui
52º	Não Possui
53º	Não Possui
54º	Local
55º	Não Possui
56º	Local – Objetivos
57º	Gestão
58º	Não Possui
59º	Não Possui
60º	Não Possui
61º	Não Possui
62º	Não Possui

63°	Não Possui
64°	Não Possui
65°	Data – Local
66°	Não Possui
67°	Não Possui
68°	Não Possui
69°	Não Possui
70°	Não Possui
71°	Não Possui
72°	Não Possui
73°	Gestão
74°	Data – Local – Gestão
75°	Gestão
76°	Gestão
77°	Gestão
78°	Não Possui
79°	Não Possui
80°	Não Possui
81°	Não Possui
82°	Objetivos
83°	Não Possui
84°	Não Possui
85°	Não Possui
86°	Data – Local – Gestão – Atividades
87°	Objetivos
88°	Não Possui
89°	Não Possui
90°	Não Possui
91°	Data – Local
92°	Não Possui
93°	Gestão
94°	Não Possui
95°	Data – Local – Gestão – Atividades
96°	Não Possui
97°	Não Possui
98°	Gestão – Objetivos
99°	Não Possui

Fonte: Autor (2019)

A data e local de realização dos projetos são as informações que os moradores mais possuem, seguidas de informações sobre as atividades realizadas e sobre os gestores que promovem os projetos. Percebe-se um amplo desconhecimento sobre a forma de adesão dos grupos e coletivos nos editais dos projetos, bem como atividades complementares que são realizadas em paralelo aos projetos. No entanto, o que mais chama a atenção é o alto volume de pessoas que afirmam não possuir nenhum tipo de informação em si, estando presente na realização dos projetos de forma involuntária.

Questionados sobre as informações possuídas sobre os projetos estudados, 62 (sessenta e dois) do universo de 99 (noventa e nove) pessoas, afirmaram não possuir nenhum tipo de informação sobre os projetos, o restante possui pelo menos uma das categorias de

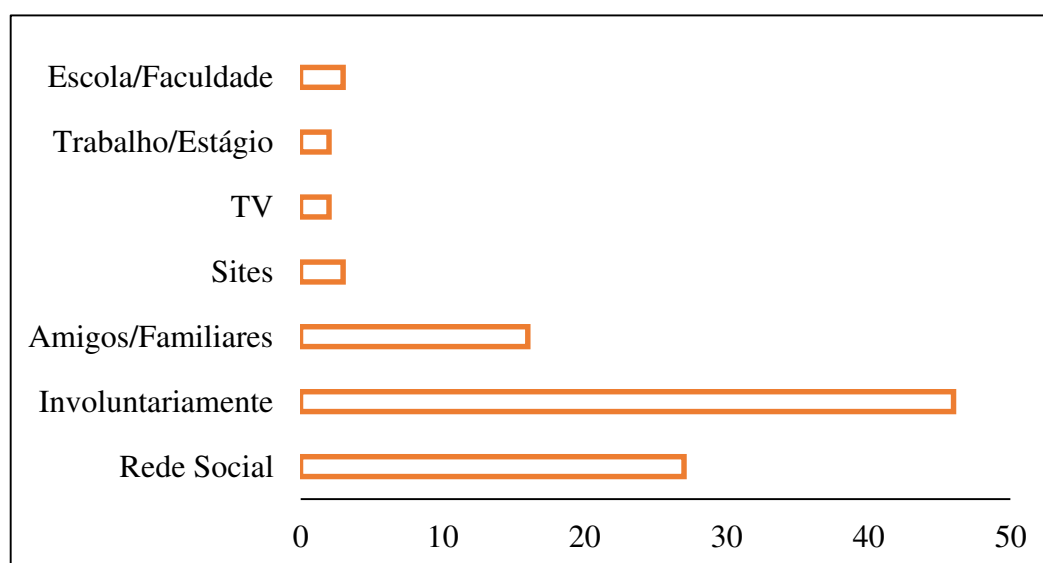
informação, como descrito no Quadro 9. O número elevado de moradores que não possui informações interfere no alcance da função social dos projetos e dificulta que esses indivíduos se posicionem enquanto agentes capazes de gerir as intervenções nos espaços urbanos.

O acesso à informação sobre as ações públicas é um elemento fundamental para a configuração democrática das iniciativas do Poder Público. Esse acesso é estipulado na Lei nº 12.527/2011 e garante que o Estado entregue aos cidadãos brasileiros informações mais precisas sobre as movimentações de todas as esferas do Poder Público Nacional (GIOVANELLA, 2014).

A informação é o primeiro passo para a criação de um ambiente onde os sujeitos sociais comuns, aqueles que não estão cotidianamente responsabilizados pela gestão dos espaços do Centro Histórico, assumam esse compromisso e se integrem ao processo de concepção, proposição, planejamento e gestão de projetos de turismo e lazer direcionados para a região. De acordo com Lima (2007), a informação é um fator crítico para que os indivíduos se sintam participativos ou não.

Esse déficit na difusão de informações relaciona-se diretamente com a variável sobre os canais de divulgação dos projetos que ocupam os espaços públicos do Centro Histórico de São Luís. De acordo com as gestoras, representantes do Poder Público, os canais utilizados para divulgação dos projetos estão entre rádio, televisão, jornal e redes sociais, sendo esta última onde há maior concentração de divulgação.

**Gráfico 2:** Proporção de moradores por tipo de canal de divulgação dos projetos



Fonte: Autor (2019)

No entanto, embora exista diferentes meios de divulgação, quando questionados sobre a forma como tiveram acesso às informações sobre os projetos, do universo de 99 (noventa e nove) moradores locais abordados, 27 (vinte e sete) afirmaram ter adquirido informações de forma preliminar em redes sociais e 46 (quarenta e seis) afirmaram ter chegado ao projeto de forma involuntária, não tendo tido acesso a conhecimentos preliminares sobre a realização dos projetos de lazer e turismo que ocupam os espaços do Centro Histórico aqui trabalhados.

Cabe ressaltar que esses canais de divulgação aqui mencionados são fontes de propagação apenas de informações referentes ao contexto mais superficial, como data, local e as atividades realizadas, não contemplando informações mais complexas como criação, estruturação e planejamento dos projetos. Observa-se que estes adotam uma função estratégica e promocional dos projetos, não expandindo-se enquanto mecanismos de incremento da participação social no planejamento e gestão das atividades em questão.

De acordo com Lima (2007, p. 77), a “gestão baseada em informações é requisito imprescindível à qualidade do processo decisório e parte natural de qualquer sistema efetivo de monitoramento e avaliação”. Esta fragilidade no conjunto de canais de divulgação dos projetos causa, conseqüentemente, uma falta de informações pelos moradores locais e demonstra fragilidade nos processos de gestão adotados pelo Poder Público, dificultando, portanto, a participação social.

Ainda segundo o autor, “não há gestão participativa sem disseminação oportuna de informação” (LIMA, 2007, p. 64). Assim, uma vez que os moradores locais se encontrem desprovidos de informações sobre os projetos, criam-se distanciamentos que prejudicarão a composição dos elementos para a democratização dos projetos de ocupação.

Pressupõe-se, assim, que este seja um dos motivos pelo qual, questionados sobre como poderiam ajudar na gestão dos projetos, os moradores locais tenham respondido, em sua grande maioria, o trabalho de divulgação dos projetos, alçando esta como a alternativa de cooperação mais evidente para eles.

Eu acho que a melhor forma da gente contribuir é realmente trabalhando na divulgação, propagando essa informação e participando. Convidando as pessoas para vir também [...] a melhor forma de contribuir é divulgar (Professor Universitário, **morador do Bairro Turu**, questionário, 2019).

Participação. Podendo tá divulgando para outras pessoas, para os familiares, trazendo os amigos, pessoas de fora que eu possa estar mostrando o projeto (Assistente Social, **moradora do Bairro Forquilha**, questionário, 2019).



Assim, a divulgação consolida-se como a principal forma de contribuição que os moradores acreditam que possam realizarem. Notadamente, devido aos próprios moradores evidenciarem a falta de uma divulgação mais potente. Estes argumentam, em sua maioria, que as informações sobre a realização dos projetos não alcançam grande maioria dos cidadãos, ficando estes cada vez mais distanciados dos projetos.

Divulgando. Nem todo mundo tem o conhecimento que acontece. A divulgação permite que as pessoas se interessem para a propagação da cultura (Professora de dança, **moradora do Bairro Aurora**, questionário, 2019).

Divulgação em outros estados. Precisa ter mais informações, que a informação chegasse à população para podermos ajudar (Empresária, **moradora do Bairro Calhau**, questionário, 2019).

Além disso, os moradores também chamaram atenção para a contribuição dada no ato de se fazer presente na realização dos projetos de turismo e lazer, que são direcionados para os espaços do Centro Histórico de São Luís.

Eu acho que eu como cidadão, participar, vir apreciar, já é uma forma de contribuir. Além disso, divulgação nas próprias redes sociais para meus amigos que não têm conhecimento. Convidando alguns colegas, alguns amigos. Coisas que eu já fiz, vim aqui na minha folga participar desse evento (Bombeiro Militar, **morador do Bairro Cidade Operária**, questionário, 2019).

Embora importante, esta dimensão de contribuição não alcança a participação social na sua forma mais ampla. À vista disso, os moradores também salientam a necessidade de maior abertura dos processos de planejamento e gestão dos projetos, onde a comunidade local consiga ter acesso a espaços de cooperação com o projeto e, assim, engajar-se mais, mesmo que seja apenas com a disponibilização de feedback.

Eu acredito que a forma de planejar deveria ter um espaço aberto ou na rede, na internet ou nas redes sociais para a gente dá sugestões ou fazer elogios ou críticas. E partir daí quanto mais frequentarmos mais estamos apoiando o projeto (Estudante, **morador do Bairro Bequimão**, questionário, 2019).

Aqui, pode-se ressaltar a eminência dos chamados portais de participação, espaços virtuais que tem foco na participação social, seja no que tange a promoção, a divulgação ou a experimentação de métodos participativos. Após a definição dos eixos sociais absorvidos pelos portais, os coordenadores poderiam definir meios para atender aos modos de participação de cada um desses segmentos (ALENCAR, 2014).

Se consideramos como público desejado os cidadãos, gestores, pesquisadores e estudantes, é possível delinear como atender a cada um desses grupos. O cidadão poderia se informar como atuar nos espaços de participação, que são ainda muito pouco conhecidas do público em geral [...]. Poderia contribuir com sugestões e fiscalizar a prestação de contas feitas pelos gestores. Os gestores, por sua vez, utilizariam o portal como ferramenta para prestar. [...] pode consultar a opinião dos cidadãos e suas sugestões a respeito das políticas públicas. Já os pesquisadores e estudantes poderiam, por meio do portal, divulgar estudos, pesquisas e participar de debates (ALENCAR, 2014, p. 09).

Em médio e longo prazo, a criação desses espaços, para coleta de depoimentos e opiniões da comunidade, pode abrir precedentes para maiores e mais complexas formas de participação social no planejamento e gestão dos projetos de turismo e lazer que ocupam os espaços públicos do Centro Histórico.

Estes movimentos iniciais permitiria a abertura de espaços mais amplos e sólidos de participação da comunidade, os quais possibilitaria, dentre outras ações, a permeabilidade de ideias advindas dos sujeitos sociais para uso dos espaços públicos do Centro Histórico, uma vez que, durante a aplicação dos questionários, questionados sobre possibilidades cooperação com os projetos, muitos moradores apontaram sugestões diversas para o gerenciamento.

Eu acho que dando mais ideias de como poder ocupar o Centro Histórico, porque aqui é um lugar muito abandonado e hoje em dia está se ocupando mais. Tendo mais ideias de fazer não só esse projeto, mas [projetos] com crianças, com idosos, enfim. Ocupar realmente o máximo do Centro Histórico que é um lugar muito legal para se estar e para curtir a cultura do Maranhão (Jornalista, **morador do Bairro Anil**, questionário, 2019).

Existiria, assim, a necessidade de maior valorização das capacidades de proposição e gestão de políticas públicas dos moradores locais, fundamentada no que Bava (2004), coloca como um objetivo seminal da inclusão social, a recepção desses indivíduos para além de suas necessidades enquanto consumidores das políticas, mas também como agentes aptos para participar dos processos que dizem respeito às decisões e estruturação de programas e projetos.

Além dessa sugestão de ampliação do público alvo, houve também moradores que sugeriram a ampliação do alcance territorial dos projetos, salientando a necessidade da extensão das iniciativas para outros bairros, não se limitando apenas aos bairros que compõe o Centro Histórico.

Como cidadão [...] eu poderia contribuir é como eu já contribuo. É vindo, é assistindo, participando, comunicando os amigos para vir participar, porque vale muito a pena. Eu gostaria que a nossa Secretaria de Cultura, junto com o Governo do Estado e Prefeitura, promovesse mais eventos como esse não só no Centro Histórico, mas que levasse esse tipo de projeto para os bairros [...] para fazer a



divulgação da cultura de um modo geral. Juntava todos os grupos para fazerem em cada bairro um evento social como esse, seria muito importante para a divulgação da nossa cultura (Representante Comercial, **morador do Bairro Cidade Operária**, questionário, 2019).

A ideia do morador adquire significativa relevância ao se pensar os bairros como ambientes que compõem os contextos mais particulares da cidade, onde se absorveria a maior parte das representações sociais da cidade. “Os bairros, nesse sentido, constituem lugares privilegiados de intervenção, funcionando como espécie de configuração espacial representativa da totalidade urbana.” (BARREIRA, 2012, p. 165).

Além dessas sugestões, diversos moradores vislumbram maneiras de se colocarem enquanto aliados do Poder Público, indicando vontades coletivas de participação social nas dimensões dos projetos e espaços trabalhados. Estes, questionados sobre possibilidades de participação, supõe múltiplas situações.

Divulgação e marketing do projeto. Ajudar incentivando a comunidade a participar. Propor ideias e fomentar a cultura popular (Consultor, **morador do Bairro Anil**, questionário, 2019).

Integrando de forma participativa. Trabalhando o diálogo com a comunidade e instituições. Fazendo mapeamento de espaços privilegiados para práticas de manifestações de matriz africana (Autônoma, **moradora do Centro Histórico**, questionário, 2019).

Proposição de projetos. Dar palestras e oficinas para promover o tambor (Servidora Pública, **moradora do Bairro Madre Deus**, questionário, 2019).

Os moradores também pontuam a possibilidade de integração junto às secretarias para proposições de projetos, bem como fiscalização dos projetos já existentes, e trazendo para a contextualização dessas políticas a questão da acessibilidade. Nesse contexto, os moradores locais se tornariam “controladores sociais”, os quais, de acordo com Lima (2007), ultrapassam a perspectiva de “clientes” do Poder Público e alcançam função de mantenedor da coisa pública, interessados não apenas na qualidade dos serviços públicos oferecidos, mas na qualidade das decisões e gastos do Poder Público.

Participando e divulgando em redes sociais. Propondo outros projetos em uma tentativa conjunta com as secretarias. Além de fiscalizar se esses projetos tem acessibilidade (Turismóloga, **moradora do Bairro Liberdade**, questionário, 2019).

Percebe-se, ainda que de forma tímida e sutil, existe a vontade de muitos moradores em participar de forma mais efetiva do planejamento e gestão dos projetos que ocupam o Centro Histórico, tornando-se consumidores participantes das atividades realizadas, como

produtores e articuladores também. Afinal, “consumir é participar de um cenário de disputas por aquilo que a sociedade produz e pelos modos de usá-lo” (CANCLINI, 2010, p. 62).

Dentro do universo da amostra, ainda sobre possibilidades participação social, alguns entrevistados, dentre eles professores, estudantes e profissionais, salientaram a necessidade de maior abertura dos projetos para o ambiente acadêmico, transformando-o em multiplicador das iniciativas do Poder Público.

Repassando informações e democratizando tanto para o público acadêmico quanto para a comunidade em geral (Estudante, **morador do Bairro Apicum**, questionário, 2019).

Sou professora. Trabalho com conhecimentos sobre cultura. Seria multiplicadora do projeto. Traria para os alunos das escolas. Mas se você não faz parte do processo, não pode contribuir (Professora, **moradora do Bairro Anil**, questionário, 2019).

Enquanto estudante posso realizar pesquisas direcionadas para as comunidades. Ajudar na difusão da manifestação (Estudante, **morador do Bairro Anil**, questionário, 2019).

Eu acredito que os projetos que acontecem aqui no Centro Histórico eles precisam de uma mobilização mais voltada num tipo de educação patrimonial, porque eles acontecem, mas a maioria das pessoas que visualizam elas não sabem como e porque acontecem. Então elas acabam mais vendo e não pegam a essência da intenção do projeto. Então o projeto acaba acontecendo só por acontecer. Então se a gente tem esse trabalho mais voltado nas escolas, quando os alunos verem esses projetos acontecendo eles já irão estar sabendo das intenções. O porquê da casa, o porquê das atrações. Não só da Casa do Tambor de Crioula, mas também de outros espaços culturais aqui do Centro Histórico (Turismóloga, **moradora do Bairro Forquilha**, questionário, 2019).

A articulação com as instituições de ensino traria diversos benefícios para a atuação do Poder Público, dentre eles o desenvolvimento de pesquisas e levantamentos referentes às necessidades mais específicas da população, gerando processos mais eficientes, não só nos projetos de ocupação dos espaços do Centro Histórico, mas também no planejamento e gestão das demais políticas públicas. Isto porque, de acordo com Lima (2007, p. 105), não há gestão excelente “quando se é muito capaz na gestão dos processos internos, mas não se tem igualdade de capacidade na gestão dos processos que atendem diretamente o cidadão e a sociedade”.

Cabe citar também os moradores que, embora não tenha se colocado enquanto planejadores dos projetos, anunciaram possibilidade de contribuírem de forma funcional, em atividades que consideram possuir habilidades e conhecimentos, durante a realização dos projetos.

Trabalhar como voluntário e divulgação (Fiscal de caixa, **morador do Bairro São Cristóvão**, questionário, 2019).

Participando. Dando suporte jurídico. Ajudar com meu trabalho (Advogado, **morador do Bairro Chácara Brasil**, questionário, 2019).

Divulgação de informações. Seria monitor (Estudante, **morador do Bairro São Raimundo**, questionário, 2019).

Portanto, estes depoimentos realçam o interesse de uma parcela dos moradores locais em contribuir com o planejamento e gestão dos projetos de turismo e lazer, que são direcionados para os espaços do Centro Histórico de São Luís – MA. Estes, como inclusive suscitam em seus depoimentos, podem iniciar essa participação com o envolvimento dos em assuntos ou atividades dos quais se julgam conhecedoras, comumente relacionadas com suas áreas profissionais (LIMA, 2007).

É evidente, porém, que exista outra parcela da população que, por falta de informação, descentralização e maiores mecanismos de participação social, não se sente acolhida para contribuir com os processos de gestão desempenhados pelo Poder Público.

Ajudaria se houvesse mais informação. Os projetos culturais são organizados de cima para baixo (Estudante, **morador do Centro Histórico**, questionário, 2019).

Logo, para ter uma boa gestão dos projetos de lazer e turismo que ocupam os espaços do Centro Histórico, o Poder Público dependeria, de acordo com Lima (2007), da sua capacidade de identificar e processar informações relevantes dos ambientes interno e externo, facilitando a disponibilização dessas informações e tornando-as instrumentos para a eficiência do processo de tomada de decisão.

Por isso, devido à falta de abertura dos processos de planejamento e gestão, ainda que o Poder Público evidencie as suas estratégias para o alcance da comunidade, os moradores locais, ao mesmo tempo que estão bastante presentes durante a realização dos projetos, consumindo essas políticas, também se encontram muito distantes da dimensão democrática desses projetos de ocupação.

Isto corrobora com os elementos observados na análise das informações adquiridas com as gestoras do Poder Público, evidenciando a predominância de nuances de participação assistencialista, na qual, inviabilizados de participarem ativamente como produtores e criadores de Projetos como a Quarta do Tambor, Pôr do Sol no Palácio e Sarau Histórico, os moradores se fazem presentes apenas como favorecidos das ações do Poder Público,

tornando-se cada vez mais dependentes do Estado e suas políticas assistencialistas (NOGUEIRA, 2004).

Dessa maneira, os moradores participam apenas como espectadores dos projetos, não sendo compreendidos e inseridos enquanto produtores e/ou gestores da cidade e das políticas que gerem seus espaços. Isto expressa uma centralização na gestão dos espaços públicos do Centro Histórico de São Luís, ou seja, uma limitação das dimensões que a democratização dos projetos poderia apresentar, assumindo, em muitos casos, valores turísticos que se sobrepõem aos valores sociais.

Deve haver um certo equilíbrio entre os habitantes e os turistas para que não se degradem os recursos culturais, oferecendo maiores possibilidades de abertura e comunicação entre visitantes e anfitriões, criando contatos e permitindo uma harmonia entre os diversos grupos. Um município com vocação turística necessita de uma gestão local, embasada em instrumentos modernos de capacitação, apoiada por grupos tanto do setor público como de residentes, administrando o espaço a que pertencem (OLIVEIRA, 2003, p. 163).

Essa administração começa desde o exercício da participação eleitoral, quando os cidadãos devem atentar para a escolha de representantes que priorizem os princípios democráticos de gestão da cidade e seus espaços, chegando até o desenvolvimento de uma criticidade em relação as políticas de participação assistencialistas, no qual os moradores locais estão, constantemente, submissos à hegemonia do Poder Público no trato dos conteúdos políticos, econômicos e sociais que envolvem o cenário do Centro Histórico de São Luís do Maranhão.

Para ir de encontro a isso, seria necessário que a participação assumisse uma dimensão política, amadurecendo a vontade democrática de inclusão social e integralização dos eixos estatais e populares. A dimensão política de participação social, segundo Frey (2001, p. 12), vem reivindicar “a transferência de maiores responsabilidades para os sistemas de negociação da sociedade civil e o aumento das possibilidades de informação, de influência e de controle exercidas pela sociedade”.

Por isso, de acordo com Lima (2007), a boa gestão deve disponibilizar canais efetivos de participação dos cidadãos nas decisões e avaliações das atividades do Poder Público. Assim, etapas de concepção, execução e avaliação de projetos de ocupação, a exemplo do Quarta do Tambor, Pôr do Sol no Palácio e Sarau Histórico, devem passar pela verificação dos elementos democratizantes necessários para a materialização da participação social na sua dimensão mais ampla possível, fortalecendo a cidadania e o compromisso com a função social desses espaços públicos que são ocupados por esses projetos.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve o intuito de considerar a participação social que alcance uma outra dimensão democrática, responsável pela reformulação dos modelos de planejamento e gestão dos espaços públicos do Centro Histórico de São Luís - MA. Por meio da articulação de conceitos referentes à gestão urbana, turismo, democracia e cidadania, buscou-se compreender as inclinações existentes para processos mais participativos na ocupação de espaços públicos por atividades de lazer e turismo, que por sua vez, culminam em múltiplas alterações espaciais, culturais e sociais.

O espaço público urbano esteve no centro das discussões, uma vez que, socio e espacialmente, compõe um conjunto de representações, sentidos, conflitos, bem como a atuação de interesses particulares e coletivos que moldam a forma como o Poder Público se posiciona e relaciona com a comunidade local no gerenciamento das políticas públicas direcionadas para esses espaços. A participação insuficiente e a falta de controle por parte do cidadão podem representar a regularidade de um comportamento centralizador do Poder Público na concepção de políticas públicas, a qual torna-se difícil de ser eliminada devido à aceitação passiva desse comportamento pelos cidadãos (LIMA, 2007).

A promulgação da Constituição de 1988 constituiu um marco para a abertura do poder público em relação à participação social em seus processos institucionais, fortalecendo o poder de voz da sociedade civil nos diversos espaços de reafirmação sociopolítica e, de acordo com Costa (2016, p.21), foi também referência instituinte “de políticas universalistas e legitimador da participação social na formação e execução dessas políticas”, tornando os cidadãos agentes capazes de influenciar, debater e contribuir alternativas para a metodologia de criação de políticas públicas socioespaciais.

Em espaços urbanos que também caracterizam-se como espaços históricos, a incorporação da participação social na concepção de políticas públicas de ocupação desses espaços emerge como estratégia necessária para a democratização do processo de gestão da cidade, evitando, assim, conflitos de representação social, que somados à presença da atividade turística, podem prejudicar, significativamente, a capacidade do Estado de produzir uma sinergia das suas iniciativas com as necessidades e vontade coletivas da população local.

O Centro Histórico de São Luís caracteriza-se pela convergência de espaços públicos e privados, direcionados para diferentes usos e apropriações. Desde a sua formação iniciada com a chegada dos europeus e a construção do Forte São Luís no século XVII pelo capitão

Daniel de La Touche (CORRÊA, 2003), seu território passou por inúmeras alterações espaciais e transformações urbanas. Reconhecido como patrimônio mundial a região composta por múltiplos bairros concentra volume expressivo de visitantes e turistas, que dividem os espaços e atividades existentes com os moradores locais que utilizam esses espaços como local de lazer e entretenimento.

Dessa maneira, o Poder Público tendeu a conceber atividades que compreendessem o atendimento das necessidades de lazer da comunidade local e as aspirações por diversificação das alternativas de entretenimento para os turistas e visitantes do Centro Histórico de São Luís do Maranhão. Nota-se, assim, que para valorizar as áreas históricas, as cidades tentam atrair novas atividades, sendo uma delas o turismo vinculado às atividades culturais (OLIVEIRA, 2003), que promovem novos usos para os espaços públicos da cidade.

Logo, a realização dos projetos de lazer e turismo que ocupam os espaços públicos do Centro Histórico, mais especificamente os analisados nesta pesquisa, quais sejam a Quarta do Tambor, o Pôr do Sol no Palácio e o Sarau Histórico, refletem uma aproximação e interação constante dos moradores locais e visitantes, dividindo os mesmos espaços públicos da cidade e consumindo as mesmas atividades. Desta maneira, de acordo com Oliveira (2003), muitos conflitos podem vir a surgir “como resultado dessa convivência espacial do turismo com o meio ambiente histórico e natural. O dano físico, intencional ou não, pode ser o resultado de um excesso de visitantes que procuram desfrutar da herança patrimonial da cidade”.

Em vista disso, a adoção de processos participativos apresenta-se como movimento fundamental para reduzir os conflitos de interesses entre Poder Público, Sociedade Civil, Turistas e demais agentes externos. A incorporação dos moradores locais em todas as etapas dos projetos, inclusive nas decisões mais relevantes, por meio de estratégias participativas, reconfiguraria positivamente a gestão dos espaços públicos, a população local sentir-se-ia mais acolhida e pertencente às iniciativas, os turistas teriam experiências mais reais e o Poder Público desenvolveria suas atividades sem riscos de grandes descontentamentos sociais.

Os projetos Quarta do Tambor, Pôr do Sol no Palácio e Sarau Histórico, aqueles coordenados pela Secretaria de Estado da Cultura e este pela Secretaria Municipal de Turismo, representam uma importante estratégia de difusão da cultura e história maranhense, e, em certa medida, permitem a aproximação da população dos espaços públicos urbanos do Centro Histórico, entretanto, estes não conseguem cumprir factualmente a função democratizante da gestão da cidade.

Isto porque, a participação dos moradores locais limita-se somente à etapa de realização dos projetos, na qual ocupam a função de espectadores dos projetos, distanciando-

se dos processos relacionados ao planejamento e gestão das atividades. Esta posição dos moradores denota uma passividade em relação às ações e atividades promovidas pelo Poder Público, implicando no conseqüente retraimento da possibilidade construtiva de uma gestão democrática dos espaços públicos do Centro Histórico.

Uma expressiva parcela da população declara o desprovimento de informações em relação aos projetos, notadamente, no que se referem às etapas iniciais da criação e planejamento dos projetos. Isto enuncia a ineficácia dos canais para publicidade e divulgação utilizados pelas Secretarias do Poder Público responsáveis pelos projetos.

Talvez por isso, grande parte da população local acredita que poderia contribuir na ação de divulgação dos projetos, bem como ocupar diversas outras funções, quais sejam a fiscalização e monitoramento dos projetos, a difusão das atividades em outros espaços da cidade, a articulação com as instituições de ensino, dentre outras que, no âmago da democratização, representam a abertura de espaços legítimos para a participação social na gestão dos espaços públicos onde estes projetos são operados.

Assim, com base nos resultados da pesquisa, presume-se que a otimização do poder de voz dos sujeitos sociais comuns, a compreensão dos processos sociais e a otimização de estratégias participativas para gestão da cidade que tenha presença de atividades como o turismo, ainda não é uma prioridade dos planejadores urbanos, embora os avanços relacionados à questão tenham se expandido, principalmente, devido ao fato de que a sociedade civil esteja adquirindo cada vez mais consciência política e afirmando-se como parte essencial na idealização de um método democrático de administração turístico-urbana dos espaços públicos.

Diante disto, seria necessária a estruturação de um sistema de gestão que se ocupe de integrar a gestão dos espaços públicos urbanos e o desenvolvimento de atividades que detenham algum tipo de apelo turístico, fundamentando todas as ações implementadas com elementos participativos para os moradores locais, para que estes exerçam o papel de produtores/planejadores e deixem de estar presentes apenas como consumidores e beneficiários dos projetos de ocupação.

Para isso existem diversas estratégias participativas que podem ser implementadas pela Sociedade Civil ou pelo Poder Público, bem como em parcerias interativas entre os dois setores. A priori, destaca-se a necessidade de suscitar a consciência política dos moradores locais em relação à sua função social e desenvolver, por meio de aprendizagens coletivas suas habilidades para atuar na gestão dos espaços públicos do Centro Histórico.

O que parece árduo é a estruturação de um cenário com metodologias pensadas para garantir a participação social em sua dimensão política e interativa, com a criação de espaços abertos e democráticos como os conselhos, fóruns e redes de cooperação. Isto é dificultado ainda mais pelo conjunto de interesses diversos encontrados na prática da atividade turística e de lazer em espaços públicos urbanos. Todavia, este não deve ser impedimento para a vontade de alcançar a gestão participativa, a qual, devido sua essencialidade em uma sociedade democrática, deve ser buscada incessantemente.

Ademais, ressalta-se que por se tratar de um estudo por amostragem, não é possível compreender a totalidade da diversidade social existente na cidade de São Luís e, portanto, não se poderia ilustrar o universo de interpretações que toda população tem em relação aos projetos de ocupação. Porém, uma vez abordados os moradores presentes na realização dos projetos, foi possível integrar uma série de percepções relevantes para suscitar o debate sobre a participação social na gestão de espaços públicos do Centro Histórico.

Isto garante o não comprometimento da noção final de que é necessário a ampliação e solidificação de estratégias participativas para a democratização da gestão de políticas públicas, tendo em vista que, mesmo que haja apenas um indivíduo que tenha interesse em participar, que tenha ideias para propor, que acredite ser capaz de ajudar no desenvolvimento social e conscientização política do seu bairro ou da sua cidade, e não consegue, devido à falta de mecanismos e espaços de inclusão social, será necessário questionar e reformular o processo de gestão adotado pelo Poder Público.

Por fim, a inserção de elementos democráticos na gestão dos projetos de lazer e turismo promovidos pelo Poder Público do Maranhão configura-se como um esforço, tanto do Estado quanto da Sociedade Civil, para a abertura de espaços de interação e integração no trabalho de gerir os espaços públicos urbanos do Centro Histórico de São Luís – MA, refletindo as tomadas de decisões em estruturas participativas que considerem os cidadãos como agentes de mudança e transformação social, capazes de propor políticas públicas, influenciar as decisões e planejar, em cooperação direta com o Poder Público, as atividades direcionadas para esses espaços.



## REFERÊNCIAS

- AIRES, E. **Interesses políticos nas cenas do patrimônio histórico cultural: o caso de São Luís, “Patrimônio da Humanidade”**. Vol. 01. São Luís: Outros Tempos, 2007.
- ALENCAR, J. L. O. Ideias para a construção de um portal interativo com participação social em Curitiba. In: **Estado, planejamento e administração pública**. (org.) Instituto Municipal de Administração Pública. Curitiba: IMAP, 2014.
- ALLIS, Thiago. **Projetos urbanos e turismo em grandes cidades: o caso de São Paulo**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, USP, 2012.
- ANDRÈS, L. P. C. C. **Reabilitação do Centro Histórico de São Luís: análise crítica do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís/PPRCHSL, sob o enfoque da conservação urbana integrada**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.
- ANDRÈS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro. **Centro Histórico de São Luís Maranhão: patrimônio mundial**. São Paulo: Audichromo, 1998.
- ARANTES, Antonio. A guerra dos lugares: fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano. In: FORTUNA, Carlos (Org.) **Cidades, cultura e globalização: ensaios de sociologia**. Oeiras: Celta Editora, 1997.
- ARANTES, Oflíia. **O lugar da arquitetura depois dos modernos**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2000.
- ASHWORTH, G.; PAGE, S. J. **Urban tourism research: recent progress and current paradoxes**. *Tourism Management*, n. 32, v. 1, p. 1-15, 2011.
- ATOUT FRANCE. **Piloter l’attractivité touristique des destinations urbaines**. Paris: Atout France, 2012.
- BARREIRA, I. **Cidades Narradas – Memória, representações e práticas de turismo**. São Paulo: Pontes Editores, 2012. Coleção Cultura e Política vol. 4.
- BARTHES, Roland. **La tour Eiffel**. Paris: Delpire, 1964.
- BAVA, Silvio C. “Democracia e poder local.” In: **Participação popular nos governos locais**. São Paulo: Polis, 1994.
- BAVA, S. C. Tecnologia social e desenvolvimento local. In: **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Editora do SENAC, 2000.

BERGER, P., BERGER, B. **Socialização: como ser um membro da sociedade.** In FORACCHI, M. L. e MARTINS, J. S. Sociologia e sociedade. Rio de Janeiro, LTC, 1977, p. 200-214.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade: para uma teoria geral da política.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2007.

BORGES, D. G. **Usos e territórios do espaço livre público. O caso da ‘Praça Deodoro’ em São Luís – MA.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano – Universidade Federal de Pernambuco, 2005.

BORJA, Jordi. As cidades e o planejamento estratégico: uma reflexão europeia e latino-americana. In: FISCHER, Tânia (org). **Gestão Contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1997.

BRASIL. **Centro Histórico de São Luís (MA).** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Distrito Federal: 2019. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/34>>. Acesso em: 03 Mai. 2019.

BRASIL. **São Luís (MA).** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Distrito Federal: IPHAN, 2019. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/291>. Acesso em: 30 Ago. 2019.

BURNETT, F. L. **Urbanização e desenvolvimento sustentável: a sustentabilidade dos tipos de urbanização na cidade de São Luís do Maranhão.** São Luís: UEMA, 2008.

BUTLER, Richard W. Problemas e temas da integração do desenvolvimento do turismo. In: **Desenvolvimento em turismo e temas contemporâneos.** Douglas G. Pearce, Richard W. Butler (orgs.); [tradução de Edite Sciulli]. – São Paulo: Contexto, 2002.

CAMARGO, L. O. Hospitalidade. In: TRIGO, L. G. G. (Org.). **Análises globais e regionais do turismo brasileiro.** São Paulo: Roca, 2005.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização.** 8. ed. 1ª reimpr. Rio de Janeiro: Editora URFJ, 2010.

CARLOS, Ana Fani A. **“Novas contradições do espaço”.** In: DAMIANI, Amélia L.; CARLOS, Ana Fani A; SEABRA, Odette. (orgs). O espaço no fim de século – a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999.

CARLOS, Ana Fani A. **Uma Leitura Sobre a Cidade.** Revista Cidades. Presidente Prudente, n.1, p. 79-95, 2004.

CARVALHO, M. C. A. et al. **Orçamento Participativo nos municípios paulistas: gestão 1997-2000.** São Paulo, Pólis, 2002.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** 6º ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. **As cidades como atores políticos.** Novos Estudos CEBRAP, nº. 45, p. 152-166, jul. 1996.

CASTRO, C. A. P. **Sociologia aplicada ao turismo**. São Paulo: Atlas, 2002.

CAZES, Georges; POTIER, Françoise. **Le tourisme urbain**. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

CORRÊA, Alexandre Fernandes. **Vilas, parques, bairros e terreiros: novos patrimônios na cena das políticas culturais de São Paulo e São Luís**. São Luís: EDUFMA, 2003.

CORREA, S. M. O Programa de Cidades Históricas1: por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural urbano. IN: **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**. vol.24 n.1, São Paulo Jan./Apr. 2016.

COSTA, A. K. F. **Ações educativas e práticas preservacionistas no Centro Histórico de São Luís no período de 1995-2008**. São Luís: EDUFUMA, 2016.

COSTA, C. R. R. **O litoral do Maranhão, entre segredos e descobertas: a fronteira de expansão do turismo litorâneo na periferia do Brasil**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

COUTINHO, C. N. **A democracia como valor universal e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

CRUZ, R. C. A. **Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço**. En publicación: América Latina: cidade, campo e turismo. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.

CRUZ, R. C. A. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

CUNHA, G. **Maranhão 1908: álbum fotográfico**. São Luís: Edições AML, 2008.

D'ABBEVILLE, Claude. **História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas**. São Paulo: EDUSP, 1975.

DANIEL, Celso. **Gestão local e participação da sociedade civil**. In: Participação popular nos governos locais. São Paulo: Polis, 1994.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DE GRAZIA, Grazia (org.). **Plano Diretor, instrumento de reforma urbana**. Rio de Janeiro, Fase, 1990.

DEMO, Pedro. **Pobreza política**. 6 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

DOMINGUES, A. J. P.; JABLONSKY, T. **Cidade de São Luís (MA)**. São Luís: Acervo IBGE, 1957. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 24 ago. de 2019.

DOWBOR, L. Sistema local de informação e cidadania. In: **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1994. (Parte I – A Sociedade dos indivíduos).

ESPÍRITO SANTO, J. M. **Tipologia da arquitetura residencial urbana de São Luís do Maranhão: um estudo de caso a partir da Teoria Muratoriana**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

FARIAS, Rosa S. S. **Planejamento e gestão participativos em Belém-PA: o Congresso da Cidade (2001-2004)**. Dissertação de Mestrado – (Programa de PósGraduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade de Rio Grande do Sul). Porto Alegre-RS, 2004.

FERNANDES, I. N. C. C. **Requalificação do espaço público urbano: caso de estudo Bairro Olival de Fora**. 2012. 85 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura Paisagística), Universidade Técnica de Lisboa, Portugal, 2012.

FERRARA, Lucrecia D'Alessio. **Olhar periférico: informação, linguagem e percepção ambiental**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

FERRARI, Pedro. **A dinâmica da pesquisa na área de filosofia e educação no programa de pós-graduação em educação da FE/Unicamp: teses de doutoramento defendidas no grupo de estudos e pesquisas em filosofia e educação paidéia (1985 – 2002)**. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP, 2008.

FERREIRA, A. J. A. **A produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão: passado e presente; há futuro?**. São Luís: EDUFMA, 2014.

FREIRE, Juciely Silva Evangelista. **Participação e educação: concepções presentes nos estudos da Revista Educação & Sociedade (1978-2010)**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

FREY, K. A. Dimensão Político-Democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. In: **Ambiente & Sociedade**. ano IV, n.9, p.1-30, 2001.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIOVANELLA, M. V. Participação popular e a internet pública. In: **Estado, planejamento e administração pública**. (org.) Instituto Municipal de Administração Pública. Curitiba: IMAP, 2014.

GISIGER, J. U. **Renovação urbana da Praia Grande**. São Luís: Secretaria de Coordenação e Planejamento do Estado do Maranhão, 1978.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis, Vozes, 1985.

GOMES, M. F. C. M. Cidadania e espaço público numa experiência de política de urbanização de favelas. IN: **Metamorfoses sociais e políticas urbanas**. (org.) Maria Helena Rauta Ramos. – Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

GRINOVER, L. **A cidade, a hospitalidade e o turismo**. São Paulo: Aleph, 2007.

HAESBAERT, Rogerio. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à mutiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HALL, Collin Michael. **Planejamento do turismo – políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Ed. Contexto, 2001.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre a modernidade**. São Paulo: Ed. Loyola, 1992.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 2000.

HARVEY, David. **O direito à cidade**. Revista Lutas Sociais, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012.

HAAS, K. E. **Espaços abertos: indicadores da apropriação interna e a adaptação dos usos do entorno**. 2000. 248 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

HENRIQUES, Eduardo Brito. **A cidade, destino de turismo**. Revista da Faculdade de Letras, I série, vol XIX, Porto, p.163-172, 2003.

IBGE. **Palácio dos Leões: Avenida Pedro II: São Luís, MA**. Biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=434972>. Acesso em: 30 Ago. 2019.

IPEA. Instituições Participativas e Políticas Públicas no Brasil: características e evolução nas últimas duas décadas. In: **Brasil em Desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas**. / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, 2010.

IPHAN. **Centro Histórico de São Luís (MA)**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), 2019. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/34>>. Acesso em: 03 de mai. de 2019.

IPHAN. **Cidades históricas, inventário e pesquisa: São Luís**. Distrito Federal: Editora do Senado Federal, 2007.

JACOBI, Pedro. **Políticas sociais e ampliação da cidadania**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades.** / Jane Jacobs ; tradução Carlos S. Mendes Rosa ; revisão da tradução Maria Estela Heider Cavalheiro – 3 ed. – São Paulo : Editora WMF Martins Fontes, 2011.

JANSEN-VERBEKE, Myriam; LIEVOIS, Els. Análise de recursos históricos para o turismo urbano em cidades européias. In: **Desenvolvimento em turismo e temas contemporâneos.** Douglas G. Pearce, Richard W. Butler (orgs.); [tradução de Edite Sciulli]. – São Paulo: Contexto, 2002.

KNAFOU, Remy. **Turismo e território: para um enfoque científico do turismo.** In: Rodrigues, Adyr A. B. (Org). Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 2001.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens.** São Paulo: Aleph, 2000.

LANG, J. **Creating Architectural Theory: the role of the behavioral sciences in environmental design.** New York: Van Nostrand Reinhold Company, 1987.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea.** / Rogério Proença Leite – 2º ed. – Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP; Aracaju, Sergipe: Editora UFS, 2007.

LIMA, P. D. B. **Excelência em gestão pública: a trajetória e a estratégia do gespública.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

LOPES, J. A. V. **Capital Moderna e Cidade Colonial: o pensamento preservacionista na história do urbanismo ludovicense.** Dissertação de Mestrado – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

LOPES, José Antonio Viana. **São Luís, Cidade Radiante: O Plano de Expansão da Cidade de São Luís do Eng. Ruy Ribeiro de Mesquita (1958).** São Luís: FAPEMA, Gráfica e Editora Sete Cores, 2016.

LOPES, J. A. V. **São Luís Ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem.** / José Antonio Viana Lopes (org.). Servilha: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección de Arquitectura y Vivienda, 2008.

LOPES JUNIOR, Edmilson. **População e meio ambiente nas paisagens da urbanização do Nordeste: o caso de Natal.** In: TORRES, Haroldo; COSTA, Heloisa. (orgs.) 2000. População e meio ambiente; Debates e desafios. São Paulo: Ed. SENAC, 2000.

LUCHIARI, Maria Tereza. **Urbanização turística, um novo nexos entre o lugar e o mundo.** In: CRUZ, Luiz (org.). Da cidade ao campo: a diversidade do saber fazer turístico. Fortaleza: UECE, 1998.

MARANHÃO. GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo no Maranhão: Plano Maior.** São Luís: GEPLAN, 2000.

MARANHÃO. SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. **Casa do Tambor de Crioula do Maranhão**. São Luís, 2019. Disponível em: <http://www.sectur.ma.gov.br/casa-do-tambor-de-crioula-do-maranhao/#.XWnwcDZKhPY>. Acesso em: 30 Ago. 2019a.

MARANHÃO. SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. **Edital de credenciamento nº 02/2019 – UGCAC/SECMA – Pôr do Sol no Palácio 2019**. São Luís: SECMA, 2019b.

MARANHÃO. SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. **Edital de credenciamento nº 05/2019 – UGCAC/SECMA – Quarta do Tambor 2019**. São Luís: SECMA, 2019c.

MARANHÃO. SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA. **Revista Cultura e Turismo**. São Luís, 2017.

MARANHÃO. SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO. **Plano Maior 2020 – Plano Estratégico de Turismo do Estado do Maranhão**. Relatório Final. São Luís: SETUR-MA, 2012.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e humanização**. Campinas – SP: Papyrus, 1983.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política**. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo, Boitempo, 2013.

MATHIESON, A.; WALL, G. 1990. **Turismo. Repercusiones econômicas, físicas y sociales**. México: Trillas, 1990.

MILES, M. B.; HUBERMAN, A. M. **Qualitative data analysis: An expanded sourcebook**. Thousand Oaks: Sage, 1994.

MODESTO, N., S., D. A **“ausência assistida” do poder político na compreensão dos sentidos das ações dos sujeitos sociais na produção do espaço**. In: Por uma geografia das existências: movimentos, ação social e produção do espaço / Catia Antonia da Silva, Andreilino Campos, Nilo Sérgio d’Avila Modesto. – Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

NOGUEIRA, M. A. **Um Estado para a sociedade civil: Temas éticos e políticos da gestão democrática**. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

NOGUEIRA, M. A. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. 2 ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, F. V. **Capacidade de carga nas cidades históricas**. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

OLIVEIRA, J. A. **Cidades Brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais** / Jose Aldemir de Oliveira, organizador. – Manaus: Editora da UFAM, 2010.

OMT. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Rocca, 2001.

OURIQUES, H. R. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. São Paulo: Editora Alínea, 2005.

PACHECO, Conceição de Maria dos Santos. Tambor de crioula do Maranhão. **Revista Científica Ciência em Curso** – Palhoça, SC, v. 3, n. 1, p. 69-74, jan./jun. 2014.

PALLAMIN, V. M.(org); LUDEMANN, M. (Coord). **Cidade e cultura: esfera pública e transformação urbana**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

PANOSSO NETTO, Alexandre. **Filosofia do turismo: teoria e epistemologia**. São Paulo: Aleph, 2005.

PÉREZ, G. P. **Semântica Do Espaço: Entre A Casa E A Rua Numa 'Vila' Da Galiza**. Antropológicas, nº2, 93-99, 1998.

PIRES AP. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. (Org.) Poupart J, Deslauriers JP, Groulx LH, Lapemère A, Mayer R, Pires AP. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. p. 154-211.

PINTO, Antônio Carlos Brasil. **Turismo e meio ambiente: aspectos jurídicos**. Campinas: Papirus, 2003.

PONTUAL, P. de C. **O Processo Educativo no Orçamento participativo: Aprendizado dos Atores da Sociedade Civil e do Estado**. 2000. 305 f. Tese (Doutorado em Educação História Política e Sociedade) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

PREFEITURA DE SÃO LUÍS. **Revitalizado pelo Iphan e Prefeitura, Complexo Deodoro é novo espaço de lazer em São Luís**. Secretaria Municipal de Comunicação. Disponível em: <http://www.agenciasaoluís.com.br/noticia/22802/>. Acesso em: 25 de out. de 2019.

PRETTY, J. N.; VODOUHÊ, S. D. Using rapid or participatory rural appraisal. In: SWANSON, B. E.; BENTZ, R. P.; SOFRANKO, A. J. **Improving agricultural extension**. A reference manual. Rome: FAO, 1998.

RAMOS, M. H. R.; BARBOSA, M. J. S. Globalização, novas relações econômicas e impactos em cidades brasileiras. IN: **Metamorfoses sociais e políticas urbanas**. (org.) Maria Helena Rauta Ramos. – Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

RAMOS, M. H. R. Políticas urbanas, conselhos locais e segregação socioespacial. IN: **Metamorfoses sociais e políticas urbanas**. (org.) Maria Helena Rauta Ramos. – Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

REBOLLO, Jose Fernando et al. **Análisis territorial del turismo: Una nueva geografía del turismo**. Barcelona: Editorial Ariel, 1997.

RECHIA, Simone. **Espaço e planejamento urbano na sociedade contemporânea: políticas públicas e a busca por uma marca identitária na cidade de Curitiba**. Movimento, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 49-66, 2005.

RIBEIRO, A. C. **Por uma sociologia do presente**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.



RIBEIRO, L. C. Q., CARDOSO, A. L. **Reforma urbana e gestão democrática: romessas e desafios do Estatuto da Cidade**. Org. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, Adalto Lucio Cardoso – Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2003.

RIBEIRO, Renata M.; SILVEIRA, Marco Aurélio T. **Planejamento urbano, lazer e turismo: os parques públicos em Curitiba - PR**. Turismo – visão e ação, Camboriú, v.8, n.2, p. 309-321, 2006.

RODRIGUES, A.M. **Desenvolvimento sustentável e atividade turística**, in: LUCHIARI, M.T.D.P. (org.). Turismo e meio ambiente. Coleção Textos Didáticos. Campinas:IFCH/UNICAMP, 1997.

RODRIGUES, E. M., OSSWALD, M. C. T. G. Um tópico da tradição emblemática: o leão e a estética de persuasão no palácio dos leões em São Luís, capital do estado do Maranhão, patrimônio de emblemas portugueses. IN: **Revista Multidisciplinar Infinitum**, v. 1, n. 1. São Bernardo, 2018.

ROSSI, A. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SÁNCHEZ, F. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó; Argos, 2003.

SAMPAIO, P. A. Participação Popular. In TEIXEIRA, A. C. C. (Org.) **Os sentidos da democracia e da participação**. São Paulo: Instituto, Pólis, 2005.

SANTANA, Raimunda Nonata do Nascimento. **Metamorfoses cidadinas: constituições do urbano, disputas territoriais e segregação sócio-espacial em São Luís/MA/Brasil**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

SANTOS, B. S. S. (Org.). **Democratizando a democracia: os caminhos da democracia participativa**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SÃO LUÍS. SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO. **Programa Reviva**. São Luís: SETUR, 2019. Disponível em: <http://turismosaoluis.com.br/reviva/22>. Acesso em: 30 Ago. 2019.

SAULE JÚNIOR, N. **Marco Legal da Participação Popular no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Polis, 2002

SILVA, Aline Martins. **Atratividade e Dinâmica de Apropriação de Espaços Públicos para o Lazer e Turismo**. Porto Alegre, UFRGS, 2009. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

SILVA, Edna Lúcia da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Edna Lúcia da Silva, Estera Muszkat Menezes. – 4. ed. rev. atual. – Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, Georgia Patrícia. **De Volta à Praia Grande: o “velho” centro com o “novo” discurso**. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2010.

SILVA, J. R. C. **A construção do patrimônio: a trajetória de preservação do acervo arquitetônico e paisagístico do centro histórico de São Luís**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009.

SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos** / Marcelo Lopes de Souza – 6.<sup>a</sup> ed. – Rio de Janeiro: Bertrand, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. / Marcelo Lopes de Souza e Glauco Bruce Rodrigues. – São Paulo: UNESP, 2004.

SOUZA, S. M. **Rua do Giz: uma análise das transformações dos edifícios e seus efeitos na conservação urbana**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

SOUZA, U. Orçamento participativo: experiência do Rio Grande do Sul. In: **Orçamento participativo: a experiência de Porto Alegre**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

SOUZA, V. S.; TRICÁRIO, L. T. **Olhares Cruzados: o Centro Histórico de São Luís**. 1. Ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

STEINBERGER, M. Turismo, território usado e cidade: uma discussão pré-teórica. IN: Territórios Turísticos no Brasil Central. Brasília: LGE Editora, 2009.

TATAGIBA, L. Os desafios da articulação entre Sociedade Civil e Sociedade Política sob o marco da democracia gerencial. O caso do Projeto Rede Criança em Vitória/ES. In: DANINO, E. OLVERA, A. J. e PANFICHI, A. (orgs.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra; Campinas, SP: Unicamp, 2006.

TENÓRIO, Fernando G.; ROZEMBERG, Jacob E. **Gestão pública e cidadania: metodologias participativas em ação**. In: Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro: EBAP/ FGV, v.31, n. 4, p. 101-125, jul./ago./1997.

TEXEIRA, E. C. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TOMELIN, C. A.; ROSSINI, D. de M.; FONTANELLA, F. L. P.; ANJOS, F. A.; OLIVEIRA, J. P.; TRICÁRIO, L. T. Turismo cultural e paisagem urbana: análise dos cascos de Itajaí e de São Francisco do Sul – Santa Catarina, Brasil. **Revista Turismo e Desenvolvimento**. N. 17/18. Universidade de Aveiro, 2012.

TORO, B.; WERNECK, N. D. **Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação**. Belo Horizonte: Autêntica; 2004.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo de percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Londrina: EDUEL, 2012.

TYLER, Duncan; GUERRIER, Yvone e ROBERTSON, Martin (org.). **Gestão de turismo municipal. Teoria e prática de planejamento turístico nos centros urbanos**. São Paulo: Futura, 2003.

URRY, J. **O olhar do turista**. São Paulo: Editora Studio Nobel/SECS, 2001.

VALLS, Josep-Francesc. **Gestão integral de destinos turísticos sustentáveis**. Trad. Cristiano Vasques e Liana Wang. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

VELLOSO, Rui. **Relatório 7 – Conservação e reabilitação do patrimônio cultural**, 1996.

VILLAÇA, F. Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. In: SOUZA, M.A.A. **Metrópole e globalização: conhecendo a cidade de São Paulo**. São Paulo: CEDESP, 1999.

WALL, Marluce. Construção da cidade dispersa e invenção da cidade histórica: as centralidades contemporâneas em São Luís do Maranhão. In: PINHEIRO MACHADO, Denise (org). **Tipo e Urbanismo: Novas Espacialidades no Século XX** - Coleção Arquitetura Urbana Brasileira. 1 ed. Porto Alegre: Marcavisual, 2009.

XAVIER, Herbe. **A percepção geográfica do turismo**. São Paulo: Aleph, 2007.

YÁZIGI, E. **A sedução da cidade para nós e o turismo**. In: TRIGO, L. G. G (Org.). **Análises globais e regionais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005.

YÁZIGI, E. **Civilização urbana, planejamento e turismo: discípulos do amanhecer**. São Paulo: Contexto, 2003.

ZANCHETTI, S. M. O desenvolvimento sustentável urbano. In: **Gestão do Patrimônio Integrado**. Recife: CECI – Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

ANEXOS

## Anexo A – Parecer do Comitê de Ética

UFMA - UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO MARANHÃO



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO DE ESPAÇOS URBANOS PARA O TURISMO:  
uma análise do bairro histórico Praia Grande, São Luís/MA

**Pesquisador:** VANDERLEY RABELO DE JESUS

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 12369819.6.0000.5087

**Instituição Proponente:** UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.294.336

#### Apresentação do Projeto:

##### Resumo:

O estudo busca investigar como se dá a participação social na gestão que visa promover o consumo turístico de espaços do bairro da Praia Grande em São Luís do Maranhão, tendo como cenário o bairro histórico da Praia Grande, localizado na região metropolitana de São Luís do Maranhão. Para isso foram levantados 5 (cinco) espaços do bairro Praia Grande, todos potenciais espaços de efervescência cultural, religiosa e de lazer (Praça do Reggae, Catedral Metropolitana, Praça Benedito Leite, Rua Portugal e Palácio dos Leões) e posteriormente serão levantadas, por meio de arquivos e documentos, as políticas de gestão urbana e turística existentes para esses espaços e se verificará a presença de mecanismos de inserção da participação dos sujeitos sociais nesses instrumentos, concomitante a realização de entrevistas com esses sujeitos frente a necessidade de identificar as noções deles sobre a gestão desses espaços, bem como seus envolvimento nesse processo. Por fim, será realizada a análise crítico-dialética, com base no resultado da coleta de dados, documental e empírica, da forma como esses espaços são planejados, buscando, assim, identificar os modelos de gestão existente para esses espaços, como são consumidos por seus usuários e destacando a participação social nesse processo. Os possíveis resultados ajudarão a fortalecer o debate sobre turismo e espaço urbano e a reflexão sobre os interesses que se perpetuam na gestão urbana de cidades turísticas.

##### Introdução:

**Endereço:** Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho  
**Bairro:** Bloco C, Sala 7, Comitê de Ética **CEP:** 65.080-040  
**UF:** MA **Município:** SAO LUIS  
**Telefone:** (98)3272-8708 **Fax:** (98)3272-8708 **E-mail:** cepufma@ufma.br

Continuação do Parecer: 3.294.336

A participação social nas questões urbanas vem adquirindo consideráveis atribuições quanto as demandas por sistemas de gestão mais democráticos, nos quais as políticas públicas e programas de gerenciamento urbano adotem uma conduta descentralizada, inclusiva e articulada com as demandas e necessidades dos sujeitos sociais. Quando se trata da implementação da atividade turística em espaços urbanos, o tema ganha novas reflexões, haja vista, a capacidade do turismo de consumir o espaço urbano, transformando a cidade, não apenas em contextos territoriais, mas também no plano social. Partindo dessa problemática, objetiva-se investigar como se dá a participação social na gestão que visa promover o consumo turístico de espaços do bairro da Praia Grande em São Luís do Maranhão. A pesquisa tem como local o bairro histórico da Praia Grande, localizado na região metropolitana de São Luís, tendo como recorte os espaços que são utilizados como locais de lazer e/ou de produção de atividades de entretenimento, sejam elas providas de intenções mercadológicas ou não. Para isso foram levantados 5 (cinco) espaços do bairro Praia Grande, todos potenciais espaços de efervescência cultural, religiosa e de lazer, posteriormente serão levantadas, por meio de arquivos e documentos, as políticas de gestão urbana e turística existentes para esses espaços e se verificará a presença de mecanismos de inserção da participação dos sujeitos sociais nesses instrumentos, concomitante a realização de entrevistas com esses sujeitos frente a necessidade de identificar as noções deles sobre a gestão desses espaços, bem como seus envolvimento nesse processo. Por fim, será realizada a análise crítico-dialética, com base no resultado da coleta de dados, documental e empírica, da forma como esses espaços são planejados, buscando, assim, identificar os modelos de gestão existente para esses espaços, como são consumidos por seus usuários e destacando a participação social nesse processo. Os possíveis resultados deste estudo, além de elucidar questões de caráter gerencial da atividade turística em espaços urbanos do bairro histórico Praia Grande em São Luís, tem como contribuição complementar a identificação dos interesses que se perpetuam no processo de gestão de espaços urbanos nos quais o turismo se faz presente, para assim fornecer alternativas que levem as cidades a edificarem modelos de gestão turístico-urbana mais democráticos e socialmente responsáveis.

#### Metodologia Proposta:

Na fase bibliográfica da pesquisa serão trabalhados os conceitos de Gestão Urbana, Participação Social, Turismo, Cidadania e demais noções teóricas referentes às questões a serem levantadas no estudo. Na fase documental da pesquisa serão levantados arquivos e documentos que portem políticas públicas e programas de gestão orientados para os espaços selecionados e se verificará a existência da participação dos sujeitos sociais locais na concepção desses instrumentos. Na fase

**Endereço:** Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho  
**Bairro:** Bloco C, Sala 7, Comitê de Ética **CEP:** 65.080-040  
**UF:** MA **Município:** SAO LUIS  
**Telefone:** (98)3272-8708 **Fax:** (98)3272-8708 **E-mail:** cepufma@ufma.br

UFMA - UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO MARANHÃO



Continuação do Parecer: 3.294.336

empírica serão identificadas quais as atividades são executadas nesses espaços, por meio de observação e entrevistas, e como estas se constituem concernente à participação social, através de questionários e entrevistas, compondo um quadro de percepções dos sujeitos sociais (moradores locais, gestores, empreendedores e turistas) que permitirá buscar refletir a participação social em um contexto amplo de observação e análise.

**Critério de Inclusão:**

Pretende-se incluir:

1. Os turistas maiores de 18 anos, com estadia na cidade superior a 3 dias, pois pressupõe-se que estes já tenham tido experiências suficientes nos espaços da cidade para observar o gerenciamento dos espaços da cidade.
2. Sujeitos sociais, com residência na cidade de São Luís que tenham feito e/ou façam uso dos espaços do bairro Praia Grande nos últimos 12 meses.
3. Gestores e funcionários da Secretaria Municipal de Turismo (SECTUR) que tenham funções diretas no que tange a elaboração de políticas, programas e planos de gestão turística dos espaços históricos do bairro da Praia Grande.

**Critério de Exclusão:**

Pretende-se excluir:

1. Menores de idade;
2. Sujeitos sociais que não tem contato com os espaços da Praia Grande;
3. Turistas com menos de 3 dias de estadia na cidade.

**Metodologia de Análise de Dados:**

O procedimento de análise será feito de forma qualitativa, podendo ser utilizada a estrutura de análise estipulada por Miles e Huberman (1994), no qual divide a análise qualitativa em três etapas, denominadas de a) redução (seleção e organização dos dados); b) exibição (classificação e diagramação dos dados) e c) conclusão/verificação (revisão e validação, interpretação e análise). Assim, os dados serão tabulados e analisados crítico dialeticamente, confrontando as variáveis e correlacionando os dados obtidos na análise documental e na pesquisa de campo.

**Desfecho Primário:**

Grande parte dos espaços urbanos são também espaços públicos, que inicialmente utilizados pelos moradores locais, poderão ser paralelamente empregados para usufruto dos visitantes e,

**Endereço:** Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho  
**Bairro:** Bloco C, Sala 7, Comitê de Ética **CEP:** 65.080-040  
**UF:** MA **Município:** SAO LUIS  
**Telefone:** (98)3272-8708 **Fax:** (98)3272-8708 **E-mail:** cepufma@ufma.br

UFMA - UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO MARANHÃO



Continuação do Parecer: 3.294.336

portanto, os gestores devem levar em conta, nos seus mecanismos de gerenciamento urbano, as pretensões dos sujeitos sociais locais, promovendo, assim, a participação democrática na gestão urbana para o turismo.

**Desfecho Secundário:**

Contribuições de caráter técnico para a formulações de modelos de gestão de espaços urbanos inclusivos e democráticos.

Tamanho da Amostra no Brasil: 105

**Objetivo da Pesquisa:**

**Objetivo Primário:**

Investigar como se dá a participação social na gestão que visa promover o consumo turístico de espaços urbanos do bairro histórico da Praia Grande em São Luís – MA.

**Objetivo Secundário:**

Verificar os modelos de gestão e políticas públicas existentes para os espaços selecionados; Identificar quais práticas turísticas são realizadas nesses espaços;

Investigar como os sujeitos sociais contribuem para a realização dessas práticas;

Analisar crítico-dialeticamente como os modelos de gestão desses espaços se constituem e como incluem a participação dos sujeitos sociais nesse processo.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

O risco relacionado com sua participação na pesquisa poderá ser no âmbito psicológico, como desconforto frente à presença do pesquisador durante a entrevista. Contudo, o desenvolvimento deste estudo ocorrerá de forma adequada, respeitando os itens dispostos na Resolução Nº 510, de 07 de Abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde, visando minimizar a ocorrência de tal desconforto, contando com a formação teórico-prática do pesquisador na área. Quanto aos riscos físicos, também não haverá possibilidades de ocorrer, visto que a coleta de dados ocorrerá em espaços públicos seguros ou dentro de salas e/ou escritórios apropriados, da própria instituição de ensino participante da pesquisa, o que poderá ser de escolha do participante, considerando as percepções de local mais seguro e confortável. Você terá como benefício orientações e/ou esclarecimentos a respeito de todo o processo de aplicação dos instrumentos, bem como terá conhecimento dos objetivos acerca do estudo da participação social na composição de modelos de gestão de espaços urbanos para o turismo. Caso aceite gostaria que soubesse que será realizada a coleta de dados por meio de aplicação de entrevistas semiestruturadas e observação não participante. Os resultados serão utilizados exclusivamente para fins científicos, como divulgação

**Endereço:** Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho

**Bairro:** Bloco C, Sala 7, Comitê de Ética **CEP:** 65.080-040

**UF:** MA **Município:** SAO LUIS

**Telefone:** (98)3272-8708 **Fax:** (98)3272-8708 **E-mail:** cepufma@ufma.br



UFMA - UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO MARANHÃO



Continuação do Parecer: 3.294.336

em revistas e em congressos da área, sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, identificá-lo, será mantido em sigilo.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A investigação tem importância para o desenvolvimento do turismo no Maranhão e articula a seguinte hipótese: A cidade como destino turístico e como espaço de uso público e social demonstra ser um fator relevante para a consequente reincidência de situações prejudiciais às experiências turísticas quando não há uma articulação dos gestores dessa atividade e os gestores urbanos. - A gestão urbana acaba por articular os seus espaços de forma majoritária para fins turísticos e mercadológicos, comumente sem a vinculação dos aspectos

sociais presentes na construção dessas experiências, ainda que a apropriação desses espaços esteja permeada de uma intrínseca relação entre seus usos sociais, caracterizados pelas intervenções sociais, ocupações, serviços públicos e outros. - Os setores responsáveis pelo planejamento turístico terão que lidar com os contributos, sejam eles positivos ou negativos, da gestão urbana vigente nos espaços desse bairro, assim como a gestão urbana precisará levar em conta as práticas turísticas que coexistem nesses espaços, em ambos os casos, envolvendo diretamente os sujeitos sociais.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Os termos de apresentação obrigatória estão de acordo com as recomendações da CONEP.

**Recomendações:**

Não há.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Sem pendências

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB INFORMACOES_BASICAS_DO_P ROJETO_1314929.pdf	08/04/2019 15:12:05		Aceito

**Endereço:** Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho

**Bairro:** Bloco C, Sala 7, Comitê de Ética **CEP:** 65.080-040

**UF:** MA **Município:** SAO LUIS

**Telefone:** (98)3272-8708 **Fax:** (98)3272-8708 **E-mail:** cepufma@ufma.br

UFMA - UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO MARANHÃO



Continuação do Parecer: 3.294.336

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVR E_ESCLARECIDO.docx	08/04/2019 15:10:51	VANDERLEY RABELO DE JESUS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	08/04/2019 15:01:33	VANDERLEY RABELO DE JESUS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.docx	08/04/2019 15:01:13	VANDERLEY RABELO DE JESUS	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	AUTORIZACAOSECTUR.pdf	15/03/2019 15:57:50	VANDERLEY RABELO DE JESUS	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	15/03/2019 15:23:28	VANDERLEY RABELO DE JESUS	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

SAO LUIS, 30 de Abril de 2019

---

Assinado por:  
FRANCISCO NAVARRO  
(Coordenador(a))

**Endereço:** Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho  
**Bairro:** Bloco C, Sala 7, Comitê de Ética **CEP:** 65.080-040  
**UF:** MA **Município:** SAO LUIS  
**Telefone:** (98)3272-8708 **Fax:** (98)3272-8708 **E-mail:** cepufma@ufma.br

## APÊNDICES

**Apêndice A: Roteiro de entrevista com Gestoras do Poder Público**

QUESTIONÁRIO 03 (GESTORES – 30 a 45 min)

**PROJETO(S):** \_\_\_\_\_

1. Como surgiu a ideia de criação do(s) projeto(s)?

--

2. De acordo com as etapas de construção do(s) projeto(s), sinalize as seguintes informações:

CONCEPÇÃO	
Participantes por setor	Função

EXECUÇÃO	
Participantes por setor	Função

AVALIAÇÃO	
Participantes por setor	Função

3. No que se refere os resultados trazidos pela realização desse(s) projeto(s), o que pode ser afirmado nos âmbitos da cultura, do turismo e da gestão pública?

CULTURA	TURISMO	GESTÃO PÚBLICA

4. Qual o público alvo desse(s) projeto(s)?

	Usar verso
--	------------

5. Quais os meios de divulgação desse(s) projeto(s)?

Usar verso
------------

6. Como a experiência dos turistas é potencializada na execução desse(s) projeto(s)?

Usar verso
------------

7. Dos princípios abaixo, quais são priorizados nas concepções do(s) projeto(s) (por ordem de prioridade)?

<b>PRINCÍPIOS</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
Entretenimento					
Escapismo					
Estética					
Aprendizagem de conhecimentos sobre a cidade					
Participação da comunidade					

8. Quais ações são priorizadas durante o processo de execução do(s) projeto(s)?

9. Quais ações são priorizadas na avaliação do(s) projeto(s)?

**Apêndice B:** Roteiro de entrevista com moradores locais

## QUESTIONÁRIO 02 (SUJEITOS SOCIAIS – (10 a 15 min)

**PROJETO:**

\_\_\_\_\_

<b>Dados Descritivos</b>	
Idade:	
Escolaridade:	
Ocupação:	
Bairro:	

3. Você fez parte de alguma das etapas de planejamento e gestão deste projeto?

( ) Sim

( ) Não

3.1. Caso sua resposta seja positiva, pode marcar a etapa do projeto que fez parte e descrever a função exercida?

<b>CONCEPÇÃO</b>	<b>EXECUÇÃO</b>	<b>AVALIAÇÃO</b>
Função:	Função:	Função:

4. Você possui outras informações sobre esse projeto? Caso sim, poderia citar algumas?

Usar verso

5. Como acha que poderia contribuir nesses e em outros projetos semelhantes?

Usar verso

6. Por qual tipo de canal de comunicação você soube da realização do projeto?

Usar verso

**Apêndice C: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Caro (a) Senhor (a), estou realizando uma pesquisa de mestrado intitulada “PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS E ATIVIDADE TURÍSTICA: análise de projetos de ocupação no Centro Histórico de São Luís - MA”, cujo objetivo geral é **investigar a participação social nas etapas de planejamento e gestão de projetos de lazer e turismo que ocupam espaços públicos do Centro Histórico de São Luís – MA.**

A Pesquisa conta com a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Conceição de Maria Belfort de Carvalho da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Venho convidá-lo (a) a participar voluntariamente da Pesquisa. Sua participação nesta pesquisa é opcional, você pode não aceitar participar ou desistir em qualquer fase dela, a qualquer momento, sob qualquer condição, sem nenhuma penalização ou prejuízo em sua relação com o pesquisador, com a UFMA ou qualquer outra instituição envolvida. Vale ressaltar que não há compensação financeira relacionada à sua participação, pois esta pesquisa será desenvolvida sem nenhum orçamento lucrativo. O risco relacionado com sua participação na pesquisa poderá ser no âmbito psicológico, como desconforto frente à presença do pesquisador durante a entrevista. Contudo, o desenvolvimento deste estudo ocorrerá de forma adequada, respeitando os itens dispostos na Resolução N° 510, de 07 de Abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde, visando minimizar a ocorrência de tal desconforto, contando com a formação teórico-prática do pesquisador na área. Quanto aos riscos físicos, também não haverá possibilidades de ocorrer, visto que a coleta de dados ocorrerá em espaços públicos seguros ou dentro de salas e/ou escritórios apropriados, da própria instituição de ensino participante da pesquisa, o que poderá ser de escolha do participante, considerando as percepções de local mais seguro e confortável. Você terá como benefício orientações e/ou esclarecimentos a respeito de todo o processo de aplicação dos instrumentos, bem como terá conhecimento dos objetivos acerca do estudo da participação social na composição de modelos de gestão de espaços urbanos para o turismo. Caso aceite gostaria que soubesse que será realizada a coleta de dados por meio de aplicação de entrevistas semiestruturadas e observação não participante. Os resultados serão utilizados exclusivamente para fins científicos, como divulgação em revistas e em congressos da área, sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, identificá-lo, será mantido em sigilo. Você receberá uma via deste termo assinada por ambas as partes, onde consta o telefone e o endereço do

pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento. Agradeço sua participação e me coloco à disposição para maiores esclarecimentos através do e-mail **vanderleydejesus21@gmail.com** ou pelo contato (98) 985124753. Vanderley Rabelo de Jesus (Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade). O Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos CEP/UFMA, poderá ser contatado para apresentar recursos ou reclamações em relação à pesquisa pelo e-mail: cepufma@ufma.br. Telefone: 3272-8708. Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho, Bloco C, Sala 7, Comitê de Ética. São Luís/MA. CEP: 65.080-040.

Tendo sido orientado e informado quanto ao teor do estudo aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, declaro que entendi os riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar voluntariamente.

São Luís,     /     /

---

Participante da Pesquisa

#### IDENTIFICAÇÃO

Nome: \_\_\_\_\_

Data de nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Data de Resposta à Entrevista: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

Ocupação: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

#### **CONTATOS EXTRAS PARA INFORMAÇÕES DA PESQUISA:**

ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup> CONCEIÇÃO DE MARIA BELFORT DE CARVALHO

[cblefort@globo.com](mailto:cblefort@globo.com) ou (98) 991120474

#### PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE

Prédio do Centro de Ciências Humanas – CCH, Térreo, Bloco 02

Av. dos Portugueses, nº 1966, Cidade Universitária, Bacanga.

Telefone: (98) 3272-8387/3272-8389

E-mail: pgcult.secretaria@gmail.com





QR Code – Participação Social na Gestão de Espaços Públicos e Atividade Turística:  
análise de projetos de ocupação no Centro Histórico de São Luís - MA  
**Aproxime um leitor de QR Code e será direcionado para  
arquivos sobre a pesquisa.**